



**PATTUR**

NÚCLEO DE PESQUISA EM TURISMO:

PATRIMÔNIOS, TERRITÓRIOS DESCOLONIAIS E TRABALHO

# **TURISMO E ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: possibilidades incipientes da migração por amenidades em tempos de pós-COVID 19**



Virginia Martins Fonseca  
Amanda Luiza de Azevedo

**UFVJM**

Outubro de 2022



MARTINS FONSECA, V.; AZEVEDO, A.L. **Turismo e Áreas Naturais Protegidas:**  
possibilidades incipientes da migração por amenidades em tempos de pós-COVID 19.  
Diamantina: UFVJM, 2022.

MARTINS FONSECA, V.; AZEVEDO, A.L. **Turismo e Áreas Naturais Protegidas:**  
possibilidades incipientes da migração por amenidades em tempos de pós-COVID 19.  
Diamantina: UFVJM, 2022.

**Virginia Martins Fonseca**

**Amanda Luiza de Azevedo**

**TURISMO E ÁREAS NATURAIS  
PROTEGIDAS:  
possibilidades incipientes da  
migração por amenidades em  
tempos de pós-COVID 19**

**1ª Edição**

**Diamantina**  
**Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**  
**2022**

MARTINS FONSECA, V.; AZEVEDO, A.L. **Turismo e Áreas Naturais Protegidas:**  
possibilidades incipientes da migração por amenidades em tempos de pós-COVID 19.  
Diamantina: UFVJM, 2022.

Elaborado com os dados fornecidos pelo (a) autor(a).

M386t Martins Fonseca, Virginia  
Turismo e áreas naturais protegidas: possibilidades incipientes da  
migração por amenidades em tempos de pós-COVID19 [recurso  
eletrônico] / Virginia Martins Fonseca, Amanda Luiza de Azevedo. –  
1. ed. – Diamantina: UFVJM, 2022.  
144 p. :il.

ISBN: 978-65-87258-86-7

1. Parques. 2. Sempre-vivas. 3. Biribiri. 4. Pico do Itambé. 5. Rio  
Preto. 6. Serra do Intendente. I. Fonseca, Virginia Martins. II.  
Azevedo, Amanda Luiza de. III. Título. IV. Universidade Federal dos  
Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 338.4791**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária Viviane Pedrosa– CRB-6/2641

## RESUMO

Territórios com áreas naturais protegidas ganham visibilidade, seja para serem consumidas pelo turista; seja para serem adotadas como lugares de empreendedorismo de pequena a grande escala, e a expansão do turismo em áreas naturais configura-se como possível legado pós-COVID-19. Neste sentido, o crescimento da procura por atividades relacionadas ao turismo em áreas naturais protegidas pode desencadear uma série de fatores que alteram drasticamente o cotidiano das pessoas dentre as quais a especulação imobiliária que, atraindo possíveis investidores que queiram ou fixar segunda moradia nesses locais ou investirem em negócios que deem retornos lucrativos, acabam procurando por imóveis nas proximidades dessas localidades. Assim, compreende-se como uma conjectura factível que o processo de migração por amenidades possa se tornar uma tendência pós-COVID-19, principalmente no entorno de unidades de conservação de proteção integral, como as localizadas próximas à cidade de Diamantina. A pesquisa realizou a análise de referencial teórico que trata do contexto das transformações que as migrações por amenidades podem gerar no entorno de unidades de conservação de proteção integral, considerando o desenvolvimento do turismo na região de Diamantina, em Minas Gerais. Foi realizado um levantamento documental considerando os planos de manejo do Parque Nacional Sempre-Vivas; e dos Parques Estaduais: Biribiri, Pico do Itambé, Rio Preto, e Serra do Intendente. Esta pesquisa se classifica quanto aos critérios de finalidade como pesquisa aplicada, e pode ser classificada de natureza qualitativa. Quanto aos seus objetivos, compreende-se que se trata de uma pesquisa prioritariamente exploratória, que adotou como procedimentos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica; b) pesquisa documental; e c) estudo de caso. Para tanto, foram aplicados, diante da anuência do CEP/UFVJM, um formulário on-line com os gestores de tais áreas protegidas, que se consolidaram como dados para subsidiar a análise territorial de cada AP quanto aos processos de ocupação em seu entorno, ainda que as mesmas tenham sido contextualizadas sob perspectiva macro. Obteve-se como resultados uma fundamentação teórica consistente, que contextualiza temáticas relevantes como: patrimonialização da natureza; turismo em áreas protegidas; ciclo de vida do produto turístico/destino turístico; turismo de segunda residência; tipos de migração e migração por amenidades; e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). A contextualização das áreas protegidas evidenciou informações referentes as especificidades das mesmas, com especial interesse acerca das localidades que estão no entorno destes territórios, considerando as informações disponíveis em seus respectivos planos de manejo. O formulário proposto aos gestores procurou sanar informações a respeito de vários fatores que interferem e

modificam as localidades do entorno dos cinco parques analisados. As respostas obtidas trazem, de modo geral, informações a respeito de como se ocorre o turismo e sua possível influência e, ou presença no uso e ocupação do solo, assim como parcelamentos irregulares. Os dados obtidos, a partir da aplicação do formulário on-line, com 38 questões abertas, foi dividido em cinco dimensões, a saber: ambiental; social; cultural; econômica; territorial e político-institucional. As respostas obtidas foram contextualizadas aos aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos, além de problemas acarretados devido a atividade turística mal planejada e desorganizada nos territórios do entorno destes parques, considerando referências teóricas diversas. Para tanto, foram pautadas publicações científicas das áreas protegidas relacionadas a temática, assim como demais documentos técnicos disponíveis que tratam da situação de ocupação territorial no entorno destes territórios protegidos. E tais conteúdos versam, diretamente, com a possibilidade de desenvolvimento da migração por amenidades nestas localidades que, considerando as hipóteses iniciais, poderiam ser melhor corroboradas caso houvesse a oportunidade de realização de trabalho de campo, prejudicado pela pandemia e falta de recursos para a pesquisa, que vem sofrendo um desmonte sem precedentes. Ainda assim, como considerações finais se reconhece que, ainda que os resultados da pesquisa sejam incipientes, fica evidente o quão a mesma é contemporânea por associar a área de conhecimento do turismo em áreas naturais protegidas à pandemia do COVID-19, se mostrando uma questão importante de ser debatida diante das tendências do conceito de 'viajar' ter que se reinventar, assim como o próprio conceito de 'turista'.

## Sumário

1 – INTRODUÇÃO .....	8
2 – OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo Geral.....	11
2.2 Objetivos Específicos .....	11
3 – PROCEDIMENTO DE PESQUISA .....	12
4 – REFERENCIAL TEÓRICO .....	14
4.1 Apontamentos teóricos iniciais .....	14
4.2 Turismo em áreas naturais protegidas .....	16
4.3 Ciclo de Vida do Produto Turístico/Destino Turístico .....	19
4.4 Turismo e segunda residência .....	23
4.5 Tipos de migração e migração por amenidades .....	27
4.6 Objetivos de desenvolvimento sustentável.....	31
5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	35
5.1 Contextualização das Áreas Protegidas .....	35
Parque Nacional das Sempre-Vivas.....	35
Parque Estadual da Serra do Intendente .....	55
Parque Estadual de Biribiri .....	72
Parque Estadual do Pico do Itambé.....	82
Parque Estadual do Rio Preto.....	92
5.2 – ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS GESTORES.....	104
7 – CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS .....	136
8 – REFERÊNCIAS .....	140

## 1 – INTRODUÇÃO

Iniciativas de pesquisa que busquem subsidiar a importância da preservação ambiental nunca foram tão necessárias como atualmente em nosso país, já que apesar da epidemia do coronavírus no Brasil, o desmatamento tem batido recordes enquanto o poder Executivo avança na agenda de flexibilização das regras de proteção ambiental. Por outro lado, é notório que a criação de áreas protegidas (AP) é de fundamental importância para a preservação dos ecossistemas, proporcionando pesquisas científicas, manejo e educação ambiental na busca pela conservação do meio ambiente, ademais as práticas de lazer e turismo.

Esta pesquisa buscou contextualizar as possíveis transformações que as migrações por amenidades podem gerar no entorno de unidades de conservação (UC) de proteção integral, considerando o desenvolvimento do turismo na região de Diamantina, em Minas Gerais. Foi realizado um levantamento documental considerando os planos de manejo do Parque Nacional Sempre-Vivas; e dos Parques Estaduais: Biribiri, Pico do Itambé, Rio Preto, e Serra do Intendente.

Cabe esclarecer que esta categoria, parque, foi definida especialmente por dois motivos: 1º) por se tratar de categoria de unidade de conservação de proteção integral que tem como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto relacionados a fins educacionais, recreativos e turísticos dos seus bens naturais e; 2º) em um raio de 150 km da cidade de Diamantina, existem sete parques, sendo um nacional (PARNA Sempre Vivas), cinco estaduais (Parque Estadual de Biribiri; Parque Estadual do Rio Preto; Parque Estadual do Pico de Itambé; Parque Estadual Serra do Intendente e; Parque Estadual Serra Negra) e um municipal (Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo).

Neste contexto, se evidenciam alguns aspectos das inter-relações estabelecidas entre a preservação ambiental e o fenômeno turístico, no qual é primordial realizar estudos e pesquisas que busquem compreender a problemática presente nas relações estabelecidas entre os territórios naturais patrimonializados, sua apropriação pela atividade turística como possibilidade de desenvolvimento socioeconômico e, conseqüentemente, o surgimento da especulação imobiliária diante das possibilidades de rentabilidade proporcionadas por este setor em tais territórios.

Concomitantemente, a modernidade tem proporcionado condições para os indivíduos ascenderem com prosperidade tanto no que tange as facilidades de mobilidade como ao acesso às tecnologias de comunicação. E, ainda que tais aspectos estejam

disponíveis no mundo todo, tais benefícios não são, contudo, universalmente acessíveis. Entre a minoria de privilegiados que podem obter livremente acesso aos frutos da tecnologia e da liberdade de movimento [característica do mundo globalizado] estão os migrantes por amenidades ou por estilo de vida (McIntyre, 2009). Neste caso, acompanhando as mobilidades, o fenômeno de segundas residências tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos, produto de ditos avanços tecnológicos, que permitem combinar trabalho, lazer e amenidades (McIntyre *et al.*, 2006).

Assim, compreende-se como uma conjectura factível que o processo de migração por amenidades possa se tornar uma tendência pós-COVID-19, principalmente no entorno de unidades de conservação de proteção integral, como as localizadas próximas à cidade de Diamantina.

Diamantina se distingue no cenário mineiro por diversas características, dentre elas, sua localização privilegiada em relação a capital mineira bem como a presença da atividade turística de forma incipiente, o que garante certa autenticidade frente a outros destinos turísticos semelhantes que integram como atrativos diferenciais os patrimônios natural, cultural e arquitetônico. Ademais, destinos que apresentem competitividade semelhante a Diamantina já se encontram em fases do ciclo de vida de destinações turísticas em contexto mais avançado, o que potencializa Diamantina como destino promissor para aquele migrante que busca o equilíbrio entre qualidade de vida e a subsistência socioeconômica, considerando o panorama que vem sendo traçado desde meados do sec. XXI.

Portanto, nesse contexto se faz essencial o desenvolvimento de projetos que antecipem este cenário, a partir da compreensão de qual é a conjuntura atual assim como a necessidade de acompanhar de modo constante como se darão tais tendências na realidade de influência do curso de Turismo da UFVJM, posta a necessidade eminente de contribuição para o desenvolvimento científico, socioeconômico e cultural na região em que o curso está inserido.

Cabe salientar que o desenvolvimento da presente pesquisa, devido a mesma ter sido realizada em meio a ocorrência da Pandemia da COVID-19, entre setembro de 2020 e agosto de 2022, sofreu vários desafios para alcançar os resultados esperados. Ainda assim, no primeiro ano foi possível constituir um referencial teórico bastante fundamentado e o segundo ano potencializou a análise das áreas protegidas selecionadas, se constituindo como uma oportunidade ímpar de aprendizagem para as duas bolsistas selecionadas, desde o início desta iniciação científica. Desta forma, frisa-se que os resultados foram bastante satisfatórios, como pode ser percebido neste relatório final, que proporcionarão, em breve, a publicação

de um artigo em periódico, assim como apresentação em eventos científicos. A primeira bolsista desenvolveu parte significativa do referencial teórico, ainda que a segunda bolsista tenha aprofundado alguns aspectos, esta desenvolveu, principalmente, a contextualização a respeito dos cinco parques analisados a partir das informações contidas nos seus respectivos planos de manejo. A mesma bolsista, a partir da renovação do projeto, realizou análise dos questionários aplicados aos gestores, correlacionando as informações e trazendo de uma forma geral a opinião dos entrevistados segundo cada questão aplicada.

## **2 – OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar o contexto das transformações que as migrações por amenidades podem gerar no entorno de unidades de conservação de proteção integral do entorno da região de Diamantina, em Minas Gerais.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Descrever as fases do ciclo de vida de um destino turístico, associado a realidade específica do turismo de natureza em área protegidas;

- Identificar os pressupostos teóricos das comunidades e cidades sustentáveis em termos ambientais, territoriais, econômicos e socioculturais;

- Avaliar as características da migração por amenidades assim como identificar suas respectivas influências para a qualidade de vida da população local; para a preservação ambiental no entorno das unidades de conservação de proteção integral e; para a cadeia produtiva do turismo nas localidades envolvidas;

- Estabelecer critérios de observação orientados: à apropriação do território pelas comunidades locais; e à preservação ambiental das zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral, em que estão inseridas as localidades envolvidas;

- Realizar um levantamento documental considerando os planos de manejo do Parque Nacional Sempre-Vivas; e dos Parques Estaduais: Biribiri, Pico do Itambé, Rio Preto, e Serra do Intendente;

- Elaborar e aplicar um questionário on-line com os gestores das áreas protegidas definidas, a partir de parecer do CEP;

### 3 – PROCEDIMENTO DE PESQUISA

Esta pesquisa se classifica quanto aos critérios de finalidade como pesquisa aplicada, já que visa despertar no bolsista “a necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos” (CERVO, BERVIAN, 1983, p. 54). Neste caso, se evidencia como um dos principais problemas a fragmentação de territórios rurais próximos a unidades de conservação de proteção integral, considerando o desenvolvimento da atividade turística nas localidades envolvidas.

A pesquisa pode ser classificada de natureza qualitativa, já que visa uma análise mais aprofundada sobre o tema, mesclando tanto métodos qualitativos como quantitativos, por meio das relações que serão estabelecidas entre pontos de convergência e complementares dos dados primários e secundários obtidos.

Já quanto aos seus objetivos, compreende-se que se trata de uma pesquisa prioritariamente exploratória, por se tratar da primeira aproximação com o tema que é muito incipiente no Brasil e, principalmente na região de Diamantina. No entanto, não deixa de adquirir uma conotação de pesquisa descritiva, pois buscará analisar, de maneira sistemática, o fenômeno do turismo e suas conseqüências nestes territórios. Desta forma, optou-se como procedimentos metodológicos:

1) Pesquisa Bibliográfica, já que busca trazer “subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica” (BOCCATO, 2006, p. 266). Os principais temas que foram elucidados são: análise de conjuntura da preservação ambiental no Brasil; áreas naturais protegidas; ciclo de vida de destinos turísticos; fenômeno da segunda residência e migração por amenidades; comunidades e cidades sustentáveis; dentre outros;

2) Pesquisa documental, em que são entendidos como documentos todas as realizações produzidas pelo ser humano que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto (BRAVO, 1991) que tenham aproximação com a realidade das UC e localidades do entorno, priorizando-se a análise dos planos de manejo, no período de 06/21 até 08/2021, sendo parte desta realizada pela bolsista Azevedo. Foram selecionadas as comunidades do entorno dos parques considerando os apontamentos de cada plano de manejo trabalhado.

3) Estudo de Caso: Considerando o universo de sete áreas protegidas potenciais, foi realizado o convite a todos os gestores destas unidades de conservação, no qual, cinco concordaram em contribuir com a pesquisa, por meio de um formulário disponibilizado no Google Formulários. Ou seja, no intuito de contextualizar, de maneira ampliada e detalhada, as especificidades locais e as temáticas do projeto. Foram entrevistados os gestores dos Parque Nacional Sempre-Vivas; Parques Estaduais: Biribiri, Pico do Itambé, Rio Preto, e Serra do Intendente. Foi desenvolvido um questionário para identificar a conjuntura dos problemas relacionados a preservação ambiental, migração por amenidades e ciclo de vida do destino turístico.

4) Assim mesmo, foram contextualizados os resultados com pesquisas científicas dos territórios que possuíam associação com a temática.

5) O projeto obteve anuência do Comitê de Ética em Pesquisa, assim como as devidas autorizações do IEF e do ICMBio (Anexos).

Segundo as etapas metodológicas acima descritas, foi possível atingir os objetivos propostos.

## 4 – REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1 Apontamentos teóricos iniciais

A patrimonialização da natureza, por meio do reconhecimento de territórios como Áreas Protegidas está marcada, para além de toda a prerrogativa de gestão específica do território, de um imaginário social e de um poder simbólico que evidenciam três conceitos, a priori: a) um caráter de sistema simbólico de vida social, como instrumento estruturado e estruturador, posto que comunica e dá a conhecer ao mesmo tempo em que legitima algumas práticas; b) um caráter utópico de desejo por uma outra sociedade em que a relação homem-natureza seja qualificada, pois se apresenta de maneira integrada e; c) um caráter de representação coletiva, como depositário de uma memória afetiva-social de uma cultura (MARTINS FONSECA, 2018).

Assim mesmo, as AP como espaços destinados a conservação ambiental, tem como discurso manter a integridade dos atributos cênicos, autênticos e endêmicos de determinado bioma, bem como, claros interesses de provocar sentimentos de pertencimento, orgulho e identidade nacional. Tal complexidade percebida nos processos de patrimonialização da natureza transpassam tais pressupostos pois envolvem, muitas vezes, atores sociais que compreendem o território desde outras óticas ou perspectivas (MARTINS FONSECA, 2018).

Sob a perspectiva político institucional brasileira, a definição das áreas naturais protegidas é regida pela Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que define 12 categorias, a partir de duas tipologias. Dentre as UC que compõem o grupo de Proteção Integral, estão a Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA); Monumento Natural (MONA); e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS). Já as UC de uso sustentável compreendem a Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva de Fauna (REFAU); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); e Reserva Extrativista (RESEX).

A atividade turística, como uma das áreas mais estratégicas do setor de serviços, tem como condição *sine qua non*, o território como base de seu desenvolvimento e, nesse sentido, deve ser pensada em termos relacionais (a partir da demanda turística, principalmente, mas sem esquecer os aspectos relacionados à oferta turística) para compreender os conflitos que surgem nestas relações. Salienta-se assim, quanto a necessidade de considerar a relação de

subordinação presente nesta situação, pois é a demanda que busca em determinado destino o que ela não encontra em seu lugar de origem. O que traz à tona outra perspectiva intrínseca relevante, a valorização do lugar é externa, porque é o turista que define o que deve ser valorizado (MARTINS FONSECA, 2018).

Segundo Choay (2001), a valorização do patrimônio se dá no mundo sob um combate desigual onde uma forte tendência se confirma: a de transformar o patrimônio num produto econômico, consumível por plateias cada vez maiores. As consequências destas práticas resultam, muitas vezes, em exclusão da população local, uma vez que é necessário fornecer ao produto, tanto uma embalagem, como um conteúdo apropriado para a venda. Esta exclusão também se relaciona à valorização do espaço geográfico que tende a criar uma pressão do mercado imobiliário sobre as comunidades locais.

Neste contexto, o turismo está nas dimensões simbólicas enquanto distinção social porque o turista reforça a estrutura social e econômica quando retorna ao seu lugar de origem e influencia o meio em que vive, conforme a experiência que obteve, reforçando as relações de poder na sociedade contemporânea. Neste sentido, o atrativo pode ser autêntico se o entendimento de autenticidade do turista o define como autêntico. Não se pode ignorar que os destinos, no entanto, também participam deste processo ativamente, principalmente quanto aos impactos deflagrados, sejam positivos, sejam negativos. O destino turístico possui qualidades, a princípio aspecto inerente a qualquer lugar, mas se distingue quanto à forma como sua imagem é percebida e consolidada, diante de interesses múltiplos e pontuais (MARTINS FONSECA, 2018).

Assim, dentre os diversos conflitos que o turismo gera em determinada localidade, Bertonecello (2010) destaca como uma das principais tensões do turismo a venda do território e do patrimônio turístico como diferencial de sustentabilidade, quando na realidade não é, pois se trata, mais uma vez, de uma reprodução capitalista, uma vez que é o turismo/turista quem define o que é ou não é estético, por quanto tempo será e onde está, implicando em interesses econômicos associados à seleção, hierarquização e leitura dos processos de construção das dimensões simbólicas significativas para aquele período.

*Es aquí donde la “presencia” de patrimonio cobra pleno sentido, en la medida en que carga al lugar donde se encuentra, de cualidades distintivas que le permiten colocarse en un “mercado de lugares (destinos) turísticos” desde una posición privilegiada, apropiándose de la carga simbólica y del prestigio que el patrimonio otorga a sus atractivos turísticos.[...] el éxito que los actores sociales puedan tener en activar su patrimonio deja ya de tener consecuencias sólo culturales o simbólicas para, a través de la valorización turística de este patrimonio, inscribirse plenamente en la lógica económica. (ALMIRON; BERTONCELLO; TRONCOSO, 2006, p. 113-114)*

Assim, territórios que possuem áreas naturais protegidas, como as unidades de conservação de proteção integral, ganham visibilidade: seja para serem consumidas pelo turista; seja para serem adotado como lugares para promoção do empreendedorismo, desde a pequena até a grande escala.

Diversas organizações institucionais e do terceiro setor iniciaram um debate ampliado acerca da questão. Ainda é cedo para contextualizar resultados consistentes das pesquisas realizadas, mas criou-se a expectativa, considerando as discussões realizadas em ambiente virtual, que a preocupação socioambiental, muito provavelmente, estará em alta. Pelo menos no mundo, já que no Brasil não se apresenta como uma pauta prioritária em tempos atuais. Assim mesmo, se já estava em expansão o turismo em áreas naturais, ainda acreditamos que dentre os possíveis “legados da pandemia” se configurará como tema emergente a consciência ambiental e social, uma vez que os tais argumentos justificam a adoção de novos hábitos considerando a escassez de bens ademais a compreensão do impacto que o consumo da viagem tem sobre o desenvolvimento e a diminuição da desigualdade. Assim mesmo, não apenas o turismo nacional vem sendo fortalecido posto que a demanda turística contribui para a economia local, como principalmente as viagens regionais estão em expansão significativa pela facilidade de locomoção com o carro. Portanto, parece ser consenso entre os estudiosos que houve crescimento substancial pela busca por destinos e experiências de integração com a natureza, onde as áreas naturais são tidas como ambientes mais seguros para praticas turísticas, podendo se configurar com tendência de crescimento após tanto tempo de distanciamento social.

#### **4.2 Turismo em áreas naturais protegidas**

A atividade do turismo quando pensada sob a perspectiva da preservação e conservação de espaços naturais pode ser entendida como um agente que atua considerando duas possibilidades bastante antagônicas: ora como propulsor de degradação socioambiental, ora como possibilidade de desenvolvimento social e econômico, aliados ao conceito de sustentabilidade. Para Ribeiro e Stigliano (2010) o debate acerca da atuação da atividade turística em espaços naturais tem sido promovido a partir da análise dessas duas perspectivas.

Entretanto, embora o turismo possa ser usado como estratégia que promove uma parceria entre os âmbitos social, cultural e econômico não pode ser desconsiderado o fato de que mesmo as atividades do turismo (e nesse caso do ecoturismo) trazem consequências para os espaços naturais e para as comunidades que residem no entorno das áreas protegidas.

Nesse sentido, Fonseca e Oliveira (2016) apontam que a importância do turismo na dimensão econômica e social é um fator que se destaca em todos os níveis da gestão territorial, citando o fato de que organizações como a OMT (Organização Mundial do Turismo) e a WTTC (*World Travel and Tourism Council*), associados aos governos em níveis nacional, estadual e municipal, estão empenhados em desenvolver o turismo em suas regiões. Esse fato deixa evidente que é necessário que haja um planejamento correto quanto ao manuseio das atividades que serão desenvolvidas em áreas naturais protegidas.

Vale ressaltar que a utilização de espaços naturais deve estar atrelada a capacidade que esses lugares possuem de se recuperar. Por isso, o planejamento quanto à gestão das áreas naturais protegidas deve estar pautado para o uso dos espaços de maneira a amenizar os impactos que tal atividade pode trazer para a localidade. Ruschmann (1997) defende que a questão fundamental está na necessidade de controlar o crescimento quantitativo do fluxo turístico em todo o mundo, uma vez que os ecossistemas apresentam danos irreversíveis quando se ultrapassa o limite de sua capacidade de carga.

Ruschmann (1997, p. 83) define o planejamento turístico como “um conjunto de atividades que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar os objetivos propostos”. Ele tem por objetivo o provisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades, referindo-se a importância de buscar pela integração quando se trata da construção do chamado turismo sustentável.

Já Beni (2001, p. 09) direciona sua definição para o ponto de vista governamental, defendendo que o planejamento turístico é “um processo que estabelece objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingi-los e determina os recursos necessários para sua consecução”. Afirma, ainda, que esse planejamento deve ser contínuo e dinâmico, além de chamar a atenção sobre as etapas do processo: “planejamento é o processo de interferir e programar os fundamentos definidos do Turismo que, conceitualmente, abrange em três pontos essenciais e distintos: estabelecimento de objetivos, definição de cursos de ação e determinação da realimentação”. (BENI, 1999, p. 10).

Apesar das diferenças entre os conceitos relacionados ao planejamento da atividade do turismo, alguns pontos são comuns entre as definições. O que se deve evidenciar entre o turismo e as áreas protegidas é o ponto de equilíbrio para que a “atratividade dos recursos naturais não seja a causa de sua degradação” (RUSCHMANN, 1997, p.18). Esse ponto de equilíbrio pode ser encontrado uma vez que se leve em consideração a multidisciplinaridade da atividade do turismo no momento da realização do planejamento que norteará as ações que serão realizadas nessas áreas naturais protegidas.

Rodrigues (2009) defende que o uso de parques nacionais com finalidade de visitação permeia diferentes interesses sociais e ambientais nas esferas do poder público e privado. Então, pode-se dizer que não se trata apenas de uma discussão acerca da apropriação desses lugares, mas também perpassa sobre questões como o impacto que essas atividades emitem para com o meio ambiente e a população local.

Nesse contexto, Rodrigues (2009) afirma que a busca pela formulação de ações que tenham por objetivo incrementar a renda para a conservação da biodiversidade, alinhando tais ações com um desenvolvimento que apresente pouco teor de degradação ambiental é ainda um grande desafio para a esfera do poder público. A autora defende que o turismo desponta como um propulsor do uso das áreas naturais protegidas, visto que, a oferta de serviços relacionados a atividade vai em direção a um certo uso desenfreado de recursos naturais que deveriam estar sendo protegidos da ação humana que, visando o lucro alimenta uma rede de atitudes que em nada contribuem para a conservação de áreas naturais. Frisa-se que a criação de parques de proteção integral tem como principal objetivo “a proteção da natureza, mas elas possibilitam também a pesquisa, a educação e interpretação ambiental e a recreação e o turismo em contato com a natureza” (RODRIGUES, 2009, p.51).

Para além da preservação ambiental das áreas naturais protegidas, não podemos esquecer dos povos tradicionais que vivem no interior e entorno dessas AP. Tende-se a limitar a discussão acerca do uso de unidades de conservação à questão ambiental, sem levar em consideração que a manutenção desses espaços inalterados, na maioria dos casos, está diretamente ligada ao estilo de vida desses povos, que através de seus costumes acabam por manter o espaço territorial com suas características originais.

Nesse sentido, Calegare *et al* (2014) defende que a gestão, de tais territórios, deve ser compartilhada com os povos tradicionais que habitam tal localidade. Os autores ainda defendem que excluir a participação destes coletivos nas tomadas de decisão é abrir precedentes para o questionamento da legitimidade do processo de implementação e/ou desenvolvimento de qualquer atividade ao redor das áreas protegidas. Sob a perspectiva do turismo, aspectos positivos e negativos ganham destaque.

No que se refere ao potencial que essas áreas possuem para incrementar o desenvolvimento socioeconômico, Rodrigues (2009) avalia que para que esse potencial seja utilizado deve haver implementação de políticas públicas que ultrapassem as questões ambientais e que permeiam também necessidades básicas, como a garantia da saúde, educação, transporte, segurança. Para a autora, entre os pontos negativos, destacam-se os impactos que essas áreas podem sofrer, com uma iminente mudança no estilo de vida da

população local, visto que o crescimento da procura por atividades relacionadas ao turismo em áreas naturais protegidas pode desencadear uma série de fatores que alteram drasticamente o cotidiano das pessoas. Dentre estas mudanças, podemos citar a especulação imobiliária que, atraindo possíveis investidores que queiram ou fixar segunda moradia nesses locais ou investirem em negócios que deem retornos lucrativos, acabam procurando por imóveis nas proximidades dessas localidades. Ademais, um dos principais problemas relacionados ao manejo dessas áreas naturais se refere a dificuldade na contratação de funcionários e na fiscalização de atividades ilegais dentro das unidades de conservação.

Assim, Rodrigues (2009) afirma que, se pode dizer que existe por trás da movimentação para preservar tais áreas, uma motivação oculta que tem por objetivo garantir o uso e apropriação dos recursos naturais.

A validação de um planejamento que tende a ser sustentável deve ser obtida quando a gestão e manejo das áreas naturais protegidas levarem em consideração o fato de que o ciclo de vida dessas áreas está diretamente ligado a manutenção de povos que, durante gerações, contribuem para que as características naturais e culturais que são tão apreciadas pelos turistas permaneçam, ao menos, autênticas. O turismo em áreas naturais protegidas só será realmente ético quando o ponto de equilíbrio Ser Humano x Natureza for encontrado.

Enquanto isso, considerando a perspectiva enviesada do turismo sob a ótica socioeconômica, cabe discorrer sobre alguns aspectos relacionados ao ciclo de vida do produto ou destino turístico.

### **4.3 Ciclo de Vida do Produto Turístico/Destino Turístico**

Embora as mudanças e intervenções acerca do conceito da sustentabilidade alinhada com o desenvolvimento estejam de certo modo estagnadas, percebe-se que novas pesquisas e estudos indicam uma mudança na percepção que se tem sobre o tema. O turismo por se tratar de uma atividade multidimensional apresenta possibilidades para um desenvolvimento sustentável, que alinhe o crescimento do setor com a capacidade de recuperação dos recursos naturais.

O ciclo de vida de determinado destino turístico leva em consideração a evolução da atividade do turismo em localidades ao longo do tempo. Rangel e Chaves (2012) analisam que a busca pela sustentabilidade nesses destinos tem sido cada vez mais alvo de preocupação por parte dos agentes planejadores. Essa preocupação se deve ao fato de que a atividade do turismo contribui para a degradação de recursos naturais nos locais visitados.

Rangel e Chaves (2012) afirmam que, no que tange às áreas naturais protegidas a questão é ainda mais grave, uma vez que a concessão de uso para fins turísticos das unidades de conservação restringe os possíveis benefícios dessa atividade aos agentes externos, ou seja, os turistas, deixando assim a população local à mercê dos impactos negativos que tal fenômeno pode acarretar. Essas comunidades são, na maioria dos casos, responsáveis pela manutenção de um estilo de vida que colabora para a continuidade da diversidade cultural e ambiental dessas localidades.

A análise dos destinos turísticos enquanto evolução permite que tais danos sejam, de certa forma, amenizados visto que o estudo seria feito tendo como base a capacidade de recuperação dos recursos naturais e os impactos que o turismo causaria na vida da população local.

Assim, trazendo a luz da discussão algumas reflexões conceituais, por ciclo de vida dos destinos turísticos se compreende que se trata de um dos aspectos de maior importância para a análise da competitividade turística, já que mostra a evolução de um destino no decorrer do tempo, e assim é possível identificar a melhor estratégia de planejamento a cada momento.

Butler (1980) propõe um modelo de ciclo de vida de destinos turísticos (*Tourism Areas Life Cycles - TALC*<sup>1</sup>), que permite analisar a situação dos destinos turísticos levando em consideração o tempo e o número de turistas. Esse modelo permite que os gestores planejem suas ações a fim de evitar a baixa na atividade do turismo. O TALC apresenta seis estágios do ciclo de vida dos destinos turísticos. O primeiro se trata da exploração, o segundo do envolvimento, o terceiro do desenvolvimento, o quarto da consolidação do destino, o quinto se trata da estagnação do mesmo e o sexto o momento é a pós-estagnação. Cada fase implica em diversas características, e para o planejamento de destinações é primordial ter em mente este conceito.

Ademais, para as destinações que estão no entorno das unidades de conservação de proteção integral, as especificidades se fazem ainda mais peculiares e, portanto, compreender a situação dos destinos em relação ao estágio em que se encontram em seu ciclo de vida pode favorecer a tomada de decisões de maneira mais assertiva em longo prazo.

Neste sentido, considerando os estudos de Falcão e Gomes (2011), esse modelo apresenta uma falha em sua análise no que tange sua abordagem acerca da sustentabilidade, perspectiva que não era tão difundida na ocasião em que foram estabelecidos tais princípios acerca do ciclo de vida do produto turístico. Assim, Falcão e Gomes (2011) apresentam uma

---

<sup>1</sup> A figura referente ao ciclo pode ser apreciada no anexo do questionário aplicado aos gestores.

possibilidade de adaptação ao modelo de Butler, que permite a adição de indicadores de sustentabilidade dos destinos turísticos. São três ferramentas de mensuração, a pegada ecológica do turismo, o barômetro da sustentabilidade do turismo e os indicadores de sustentabilidade para destinos turísticos da *World Tourism Organization* (WTO). Tais indicadores levam em consideração diferentes dimensões do âmbito da sociedade quanto aos destinos turísticos, classificadas como dimensão social, ambiental, cultural, política/institucional, territorial e econômica.

No contexto da dimensão social, Sachs (2007) defende que, para que a sustentabilidade social seja alcançada, deve-se obter a distribuição igualitária de renda, além de proporcionar o pleno emprego para os cidadãos de determinada localidade. O autor conclui que para que se obtenha a sustentabilidade social deve-se garantir que serviços como saúde, educação, transporte, segurança e outros sejam parte do cotidiano do indivíduo. Mas vale ressaltar que a análise da qualidade de vida de determinada localidade deve ser feita levando em consideração a subjetividade do conceito. Aplicando tal dimensão ao turismo, Beni (2006) defende que, em relação ao planejamento da atividade turística, devem ser analisadas as seguintes diretrizes: influência na dinâmica da população, capacitação para o turismo, educação, saúde e habitação.

Em relação a dimensão ambiental é necessária uma análise ainda mais cautelosa, visto que a degradação dos bens naturais cresce de maneira desenfreada e se torna cada dia mais um alvo de preocupações e pesquisas. São muitos os aspectos que devem ser avaliados e, nesse contexto, Falcão e Gomes (2011) apresentam sugestões que devem ser levadas em consideração quando se avalia o aspecto ambiental do planejamento do destino turístico. Nesta seara, se destaca a análise feita por Beni (2006) que diz que deve haver um planejamento voltado para a manutenção dos recursos naturais com vistas a garantia de que as gerações futuras tenham acesso a tais recursos. O autor também percebe dita dimensão como ambígua, que ora é o “produto turístico” em si e ora é o resultado do processo de uso dos atrativos e outras atividades relacionadas ao turismo. Essa ambiguidade imprime a importância do estudo sobre a capacidade de carga dos recursos turísticos naturais. Nesse contexto, a educação ambiental surge como importante ferramenta no processo de planejamento da atividade do turismo.

Falcão e Gomes (2011) destacam que no que se refere a dimensão cultural, é importante perceber que a cultura tem potencial para se tornar vetor do turismo em determinada localidade e, por essa razão, é de suma importância que se leve em consideração características culturais coletivas de cada local. A valorização da cultura por parte dos

próprios moradores facilita, de certa forma, o desenvolvimento do turismo. Nesse sentido, as autoras defendem que a cultura não pode ser analisada apenas sob perspectiva econômica, considerando os produtos locais que são ofertados durante a experiência turística, mas é importante também perceber a cultura como uma forma identitária, essencial para contribuir na manutenção da vida da comunidade. Nesta seara, Falcão e Gomes (2011) correlacionam a experiência dos turistas que recebem a bagagem cultural dos moradores locais com a troca cultural que os moradores também absorvem quando se encontram com os turistas. No que tange às áreas naturais protegidas, essa troca pode ser facilitada considerando o entendimento de que a manutenção dos aspectos culturais de determinada comunidade colabora para que o modo de vida dos moradores seja mantido.

Nesse contexto, Beni (2006) define as principais diretrizes na dimensão cultural, que são: conservação da herança cultural, conservação e uso do patrimônio histórico, meios de interpretação e difusão cultural; e manutenção da autenticidade cultural.

Já a dimensão política, para Falcão e Gomes (2011), se refere a necessidade de que haja a compreensão de que esta temática demanda uma discussão que aborde a cooperação entre os órgãos do poder público, da iniciativa privada e dos atores locais. Essa dimensão permite a compreensão e análise sobre a capacidade da comunidade em discutir seus próprios interesses no que se refere ao turismo. Nesse contexto, as diretrizes devem ser em torno da organização da comunidade, o planejamento da atividade turística e a tomada de decisão coletiva.

No contexto da dimensão territorial, Falcão e Gómez (2011) defendem que essa discussão deve ser feita tendo como base a distribuição espacial das atividades humanas, as configurações espaciais de âmbito rural-urbano que se organizam dentro de determinado espaço e as relações de poder que se estabelecem nestes espaços. Dessa forma, associando os pressupostos de Beni (2006), Falcão e Gomes (2011) norteiam as diretrizes a serem seguidas na dimensão da sustentabilidade territorial, sendo elas a pesquisa acerca da ocupação territorial e a análise da influência da especulação imobiliária.

Por fim, a última dimensão a ser contextualizada refere-se à econômica, que pode ser atrelada a ideia de crescimento econômico selvagem, característica da sociedade capitalista pós-moderna. Sachs (2007) defende que a ideia de crescimento em determinadas localidades deve vir alinhada com o crescimento social do destino turístico, “sendo assim, a preocupação deve ser nas desigualdades que existem no acesso às oportunidades de trabalho, à remuneração, à proteção e à participação social” (FALCÃO; GOMÉZ, 2011, p.14). É importante frisar que o crescimento e/ou desenvolvimento econômico deve pautar por um

planejamento da atividade do turismo, que busque integrar tanto a dimensão econômica quanto a social. Assim, compreende-se que o planejamento turístico deve se preocupar em oferecer aos atores locais a oportunidade de obter benefícios à longo prazo, em razão da prosperidade da atividade do turismo. Para Beni (2006), a dimensão econômica se trata da capacidade que se deve ter de analisar oportunidades econômicas de expansão da renda gerada pelo turismo.

Nesse contexto, a partir do modelo de ciclo de vida dos destinos turísticos criado por Butler é possível analisar que diversos fatores podem influenciar na continuidade e manutenção de determinados destinos turísticos, recursos naturais e da vida em comunidade. Nesta seara, parece relevante trazer à luz das discussões aspectos relacionados ao turismo e a incidência da segunda residência, vista como uma atividade econômica vinculada aos processos de urbanização, construção e venda de imóveis turísticos-residenciais, no qual os proprietários as utilizam como alojamento temporário, fora de seus lugares de residência habitual que, de certa forma, respondem a novas formas de mobilidade e residência das sociedades contemporâneas mais abastadas.

#### **4.4 Turismo e segunda residência**

A segunda residência pode ser definida como “um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que tem seu domicílio permanente num outro lugar” (TULIK, 1995, p.21). Esse conceito está diretamente ligado a um certo padrão/estilo de vida de indivíduos que, uma vez que possuem segunda residência, levam em consideração o custo, a distância e o tempo, já que o mesmo deve dispor de certa regularidade quanto ao uso desta propriedade.

São diversos os motivos que levam as pessoas a procurarem outra residência que não seja a sua, dentre eles se pode citar a busca por proximidade com a natureza, e a busca por descanso físico e mental. Desse modo é importante que fique claro que a segunda residência está diretamente ligada as preferências individuais de cada proprietário.

Costa *et al.* (2017) citando Assis (2003) apresenta três características ligadas a segunda residência: a propriedade, a temporariedade e a finalidade. A primeira se refere diretamente à renda, já que se pode pensar sobre questões como: quem pode possuir uma segunda residência? Logo conclui-se que o indivíduo que possui uma segunda residência dispõe de uma renda extra, já que a aquisição e manutenção de outro imóvel implica em custos adicionais. A temporariedade se refere ao fato de o movimento da segunda residência ser

ocasional, já que para que o indivíduo desfrute de sua segunda residência é importante que tenha tempo livre, renda e que a distância entre a residência fixa e a segunda residência permita esse deslocamento. Já a finalidade tem como base e característica a busca por recreação e por horas de lazer, como direito dos cidadãos, instituído a partir da revolução industrial.

Outro fator que deve ser levado em consideração quando se faz a análise do movimento da segunda residência é que uma das motivações dessa crescente busca por locais de descanso pode estar relacionado a alguma memória afetiva que os indivíduos possuam com o local de escolha dos locais onde instalarão suas segundas residências. Inclusive, essa memória, muitas vezes, vem de alguma experiência turística que o indivíduo possui.

Para que o fenômeno da segunda residência aconteça é necessário que haja uma infraestrutura urbana para atender à necessidade desses turistas, e nesse sentido muitas localidades têm construído comodidades pensando em um possível fluxo de turismo que venha a acontecer nas mesmas. Obviamente, esse movimento pode alterar a vida cotidiana da população local, assim como pode revitalizar e estimular que os moradores locais permaneçam nas comunidades visando possível retorno econômico. Nesse sentido, Costa *et al.* (2017, p.8) ressalta que:

o poder público deve atuar como mediador de modo que proporcione a organização e reprodução do capital, bem como, a melhoria das condições de vida da população, gerenciando os conflitos e contradições que venham impedir tal dinâmica.

O que significa que, para que não haja conflitos entre esse movimento e a população local, o órgão público deve intervir de maneira que se alinhe aos interesses entre ambos atores sociais.

Assis (2003 *apud* Costa *et al.*, 2017, p.7) defende que “a segunda residência é uma das expressões máximas, pois sua concepção se associa à capitalização mercantil dos atributos naturais das paisagens”, o que significa que o indivíduo que procura uma localidade para fixar sua segunda residência está à procura, de certa forma, da “compra” de atributos naturais que muitas vezes ele não possui em sua residência habitual. Com isso, conclui-se que esse movimento traz consigo uma carga sociocultural característica da sociedade pós-moderna. Portanto, o fim de semana não se trata apenas de um período onde se pode descansar das atribuições que se tem durante a semana, mas sim de um movimento que caracteriza a busca incessante do ser humano por um refúgio que o “salve” de uma monotonia maçante a qual se é submetido. Ainda segundo Assis (2003 *apud* Costa *et al.*, 2017), uma característica

marcante da segunda residência é o fato de que as pessoas tendem a se distanciar dos centros urbanos e irem em direção à zona rural. Isso se deve ao fato de que as zonas rurais são caracterizadas pela presença de atributos naturais que não se encontram nas zonas urbanas, além de, menos trânsito, baixa criminalidade e violência, e mais tranquilidade e sossego.

Um outro aspecto que se deve considerar é o de que o crescimento da procura por segundas residências pode causar um efeito colateral negativo para as localidades. A especulação imobiliária tende a se tornar comum em locais onde haja grande procura por “casas de verão”, ou em nosso caso “casas de serra ou montanha” ou ainda, se pode aproveitar o possível potencial presente em determinadas comunidades. Logo, essa especulação pode causar o saturamento da paisagem local e, ao invés de aproximar um possível comprador, o afasta fazendo com que procure outra localidade.

A especulação ainda pode causar outro dano a localidade, diretamente relacionado às comunidades do entorno, que, ao verem o preço dos imóveis aumentar drasticamente assim como os preços de serviços básicos que acompanham, já que há tendência de subir de acordo com o processo de transformação desses espaços, terminam por também gerar degradação ambiental dos lugares, parcelamento inadequado do solo, entre outros.

Ainda discutindo sobre as localidades que são escolhidas como segunda residência, Correa (2015) afirma que o litoral é o destino mais procurado por quem deseja adquirir ou alugar um outro imóvel. O autor defende que, desde sempre, foi criado no imaginário do povo brasileiro uma ideia que o litoral seria uma espécie de “paraíso” onde se poderia encontrar o lugar perfeito para um descanso ou até mesmo para se estabelecer a residência fixa. E essa criação imaginária pode ser notada até mesmo na forma como o país é “vendido” em outros lugares, sempre associando o Brasil às belas praias.

Correa (2015) defende que aos poucos esse imaginário vai sendo substituído pelos gestores do espaço urbano que vão transformando o litoral, que tem como base o espaço urbano pós-moderno. Isso evidencia o tom capitalista que esse movimento pode carregar, visto que essas transformações acabam por transformar as localidades em espécies de mercadorias, expostas e vendidas como verdadeiros paraísos. O autor afirma que essa transformação pode, de algum modo, descaracterizar as comunidades do entorno das regiões litorâneas, já que, uma vez que o espaço seja transformado, seria pouco provável que haja uma preocupação com a manutenção do estilo de vida de moradores locais.

Quanto aos impactos que o movimento da segunda residência pode trazer, Demajorovic *et al.* (2011) afirmam que, ao adquirir uma propriedade, o turista pode trazer mudanças não somente espacial, mas também sociais, culturais e ambientais, principalmente

quando altera a dinâmica e reconfigura a própria atividade turística, afetando, por exemplo, a economia local, que passa a ter a sua lógica moldada a partir das novas demandas trazidas pelos “novos moradores”.

Nunes (2016) afirma que o movimento da segunda residência, quando analisada sob a ótica das casas que servem de descanso para fins de semana e férias, por exemplo, proporciona dois tipos de localidades: uma em baixa temporada com poucos moradores - logo pouca receita-, e outra com superlotação, demandando toda uma infraestrutura básica para atender as necessidades dos turistas.

No tocante ao turismo, Correa (2015) evidencia a diferença entre o proprietário da segunda residência e o turista, defendendo que o segundo não estabelece vínculo afetivo com a localidade que ele visita, mas o indivíduo que passa a frequentar tal localidade com certa regularidade desenvolve um sentimento de pertencimento que até então era “exclusivo” dos moradores locais. Quanto ao uso da segunda residência, o autor aponta que “o imóvel de uso ocasional pode ser frequentado por turistas, geralmente alugando o domicílio, que usam as redes de serviços turísticos do lugar” (2015, p. 303). Significa que pode ocorrer uma espécie de terceirização do uso das segundas residências, distinguindo uma categoria de turista, naqueles grupos que praticam lazer em segunda residência.

Abrahão e Tomazzoni (2018), em seu estudo de caso sobre o fenômeno da segunda residência no litoral Sul do Brasil, evidenciam a falta de políticas públicas de turismo que abranjam esse movimento, e que vem se tornando cada vez mais recorrente, tanto nacional como internacionalmente. Nessa análise, os autores defendem que essa “invisibilidade” acerca do tema propicia um ambiente onde a onda da segunda residência não é analisada sob a perspectiva social.

Conclui-se, portanto, que a análise da segunda residência deve também levar em consideração aspectos sociais e econômicos no que tange sua relação com a atividade do turismo. Frisa-se que o atual cenário, em que se encontra a população mundial, não pode deixar de ser considerado um propulsor no que se refere a busca por uma segunda residência. A pandemia da COVID-19 evidenciou a necessidade que o indivíduo possui para encontrar um “refúgio”. A especialista em turismo, Gilsimara Caresia<sup>2</sup> afirma que a pandemia trouxe o chamado *home office*, e esse movimento acaba por permitir certa comodidade quanto ao seu local de trabalho. Logo, as pessoas que possuem certo poder aquisitivo optaram por

---

<sup>2</sup> Opinião "Eu quero uma casa no campo": turismo na pandemia muda a cabeça das pessoas... – disponível em <https://www.uol.com.br/universa/colunas/brenda-fucuta/2021/02/06/eu-quero-uma-casa-no-campo-turismo-na-pandemia-muda-a-cabeca-das-pessoas.htm?cmpid=copiaecola>

abandonarem sua residência habitual e partiram em busca de novas moradias, destacando-se a crescente procura pelo litoral e zonas rurais.

Porém, vale ressaltar que os estudos acerca do fenômeno da segunda residência no Brasil, e no mundo, ainda se encontram em fase inicial, por se tratar de um movimento ainda pouco conhecido. Diversos aspectos da segunda residência ainda não foram devidamente estudados e analisados sob tais perspectivas e visões, assim mesmo como o próximo tema a ser abordado, a questão da migração por amenidade.

#### 4.5 Tipos de migração e migração por amenidades

A definição de migração é muito ampla e diversa, portanto, os autores não chegaram a um consenso de que forma se deve conceituá-la. Frisamos, neste sentido, que não se pode restringir a discussão a uma análise superficial e rasa sobre o assunto, uma vez que não se define a migração apenas como o movimento de pessoas que saem de seu local de origem em direção a outra localidade.

Nesta seara, para Nolasco (2016), trata-se de um fenômeno simultaneamente espacial e temporal, e todas as definições do que são migrações são arbitrárias. Isso se deve ao fato de que não há consenso sobre a dimensão e amplitude acerca do tema.

Em relação ao espaço, é simplória a análise que trata o movimento de mudança de residência dentro de um mesmo país ou até mesmo em âmbito internacional. Nesse sentido, e diante das dificuldades em se encontrar um conceito que abrangesse a dimensão do tema das migrações, foram definidas tipologias quanto às características do movimento.

Nolasco (2016), citando Petersen (1958), discorre sobre a categorização feita pelo autor que propõe 5 tipos de migração: **primitiva**, suscitada por condições ecológicas; **forçada**, determinada pelo Estado ou outra instituição social; **impelida**, os indivíduos têm parcialmente a faculdade de decidir sobre o ato migratório; **livre**, dependente da vontade dos indivíduos, mas reduzida em dimensão; **massiva**, quando a vontade migratória se expressa numa conduta coletiva.

Desde que essa tipologia foi elaborada houve um processo de evolução quanto à categorização e as motivações que levam o indivíduo a se deslocar de sua residência fixa. Tratar do tema das migrações emana a necessidade de se compreender que o fenômeno não deve ser analisado de maneira que descarte os fatores sociais que as envolve. As migrações não acontecem apenas por procura de qualidade de vida, tratam-se, também, de casos onde

o indivíduo ou grupo se vê obrigado, pelas circunstâncias em que se encontra, a fugirem de suas localidades de origem.

Para Nolasco (2016), o turismo e as migrações são sempre vistos de maneira associada, uma vez que os dois são fenômenos que possibilitam transformação territorial, social e econômica. Portanto, uma análise correlacionada das duas atividades deve levar em consideração esses três aspectos.

A partir do campo de estudo do turismo, na sociedade pós-moderna, encontram-se as chamadas migrações por amenidades, que consistem no deslocamento de indivíduos para localidades buscando aspectos que propiciem uma melhor qualidade de vida ou até mesmo que favoreçam o desenvolvimento de atividades econômicas que gerem lucro (MOSS, 2006).

O termo migração por amenidades, segundo Moss (2006), se caracteriza, de modo geral, pelo rápido crescimento, ainda que de baixa densidade, localizado principalmente em povoados, vilas, comunidades rurais próximas as regiões de montanha, ou em nosso caso, serras. Assim, um dos principais impactos deste tipo de migração é o processo de fragmentação do território rural para desenvolver modelos de urbanização que podem se denominar como ‘cidades difusas’. Neste novo modelo domina um padrão extensivo e autossuficiente, com processos de fragmentação do solo, loteamentos e privatizações do uso do solo, fatos que favorecem a prevalência de um espírito individualista e pouco sustentável (SOUTO, 2006).

Para Moss (2006), ainda que haja a compreensão de que os processos de migração por amenidades ou por estilos de vida provoquem impactos positivos “reativando o lugar”, também ficam evidentes os impactos negativos gerados em certos territórios. Para Gallego *et al.* (2014), as comunidades se vêm afetadas por muitos conflitos territoriais, situação que gera debates, reflexões e muita tensão nas comunidades a despeito do uso dos recursos naturais locais.

*Estos cruces de visiones se producen entre los que están y los recién llegados, entre los agentes del sector público y los agentes del sector privado, entre la comunidad y las organizaciones intermedias. Este clima social, a veces de mucha tensión, libera valores que “están ahí” y que pueden ser apropiados por las comunidades receptoras en el contexto de oportunidades de conocimiento que brinda este momento de la humanidad (GALLEGO et al., 2014, p. 7).*

Cabe salientar que, dentre as condições que caracterizam o processo de migração por amenidades (MOSS, 2006), destacam-se: o abandono de seu lugar de residência habitual, para adotar outro novo; os migrantes antes foram turistas, que vivenciaram por alguns dias o ambiente do lugar e decidiram eleger estes destinos para sua vivenda; os migrantes adotam o destino com a ideia de permanecerem no mesmo, em busca de qualidade de vida associada

à novas oportunidades socioeconômicas relacionadas, na maioria das vezes, ao comércio e serviços turísticos; o capital econômico e social permite a estes migrantes, quase que imediatamente, ações protagonistas nos destinos “apropriados”.

Para González *et al.* (2009, p.37) “o fenômeno da migração por amenidades pode então ser interpretado como uma sombra, uma vez que a mobilidade que produz é regressiva em termos de desenvolvimento local”. A migração por amenidades traz consigo uma gama de mudanças para a vida local e para o funcionamento interno das comunidades onde ocorre.

Otero e Zunino (2014) defendem que a migração por amenidades se constitui de decisões individuais que acarretam em mudanças na vida coletiva da localidade. Nesse contexto, vale ressaltar que, na maioria dos casos, esses locais não estão preparados para receber determinado número de novos moradores. Com isso, não há tempo para que a população tenha a oportunidade de, ao menos, entender o fenômeno que está acontecendo no seu lugar de origem. Tal contexto, os torna vítimas de uma “invasão” por parte dos novos residentes. Os autores afirmam que o indivíduo que decide se mudar para outro lugar leva em consideração aspectos que ele não encontra em seu lugar de origem, tal como os bens naturais, e uma certa tranquilidade presente principalmente nas zonas rurais. Esses aspectos são percebidos pelos migrantes principalmente durante alguma visita realizada nesta localidade. Portanto, pode-se dizer que os indivíduos que se mudam para determinados locais pelos seus atributos foram, em determinado momento, turistas que viajaram para tal lugar.

São diversas as motivações que cercam a escolha pela mudança residencial como, por exemplo, a busca por uma condição de vida que não se tem no lugar de origem. E, é importante frisar que a maioria das pessoas que se deslocam nesse movimento vem dos centros urbanos em direção às zonas rurais, visto que, as cidades não oferecem determinados aspectos como o campo.

Além da motivação pessoal, alguns indivíduos enxergam nesses locais uma oportunidade econômica, onde, de certa forma, vão conseguir obter lucros geralmente abrindo negócios que tenham relação direta ou indireta com o turismo. Trata-se de um desdobramento das questões relacionadas ao capitalismo, que vê potencial mercantil em algo que não deveria ser precificado.

Otero e Zunino (2014) defendem que se os órgãos públicos permitem que essa ocupação se suceda de maneira desenfreada, estão perdendo a oportunidade de criar valor para a comunidade, já que deveriam assegurar que as características se mantivessem intrínsecas afim de oferecer estabilidade e qualidade de vida para todos os residentes.

Já considerando os fatores motivacionais, Gonzalez (2009) expressa que existem agentes facilitadores, tal como o fato de que determinadas regiões, antes tidas como isoladas, agora contam com serviços de comunicação, com acesso facilitado pelas vias terrestres e, em alguns casos, até mesmo aéreas. Esses fatores contribuem no momento da escolha do destino.

Gonzalez *et al* (2009) afirmam que é importante também traçar um perfil de quem são as pessoas que estão deixando seu lugar de origem e se deslocando para outras localidades. Tende-se a dirigir os estudos, quando se trata de migração, a pessoas mais jovens que estão à procura de emprego, de melhoria econômica, entre outros. No entanto, quando se trata de migração por amenidades, vale lembrar que é justamente a parcela da população que é considerada idosa que migra para esses locais, em busca de melhor qualidade de vida, clima agradável, baixo custo de vida e segurança.

Nesse contexto, Campos e Barbieri (2013) apontam que existem dois grupos dentro da população idosa que migra: 1) os que possuem boa condição financeira e de saúde e que saem em busca de poderem aproveitar essa fase de suas vidas e; 2) os que, devido a sua vulnerabilidade social, econômica e de saúde, partem em busca de um lugar onde possam ter supridas todas essas dificuldades.

Campos e Barbieri (2013) afirmam que, enquanto os idosos são motivados em alguns casos exclusivamente pela busca por uma vida diferente do habitual, a população mais jovem, ou de meia idade busca uma oportunidade econômica de se fixarem nessas localidades.

Para além da motivação que leva as pessoas a se deslocarem, deve-se analisar as consequências que esse movimento traz para a comunidade local. Uma vez que ocorra esse processo de procura por imóveis nessas localidades, a tendência é que o poder público se veja cada vez mais tentado em oferecer vantagens para esses “futuros moradores”, sem levar em consideração que esse fluxo de pessoas diferentes que chegam pode acarretar em mudanças drásticas no modo de vida das comunidades. Essa situação se torna mais grave quando se trata de comunidades no entorno de áreas naturais protegidas, uma vez que elas são, na maioria das vezes, responsáveis pela manutenção daquele ecossistema cultural.

A pandemia da COVID-19 tem apresentado dados que permitem elucidar sobre como a especulação imobiliária se projeta visando lucros em áreas pré-determinadas. Famílias que possuem poder aquisitivo maior acabaram por optar em passar a quarentena em locais diferentes da sua habitação, e motivadas pela busca por qualidade de vida, optam por resistir a esse momento em lugares considerados tranquilos e próximos, principalmente, de áreas naturais. Assim, a especulação acaba se fazendo presente no cotidiano destas comunidades,

tornando esses locais insustentáveis, inviáveis, uma vez que, quando ocorre a valorização de determinado território, o custo de vida nesse lugar também se torna mais caro, dificultando sobremaneira a vida dos moradores.

Vale salientar que os destinos, em quase todos os casos, não estão preparados para receber os migrantes. A estrutura das localidades não foi pensada e/ou planejada para acomodar essas migrações. Essas comunidades apresentam diferentes níveis quanto ao desenvolvimento estrutural, o que atrapalha a adaptação dos “forasteiros” do turismo deste movimento migratório.

Estudos acerca da migração por amenidades ainda são incipientes, principalmente no Brasil, e por se tratar de uma temática recente, não possui análises aplicadas ao turismo, sendo um campo de conhecimento bastante incipiente e urgente. Frisa-se que é importante que o assunto comece a ser tratado como um fator determinante nos estudos acerca da atividade do turismo, uma vez que acreditamos que esse fenômeno tende a ser cada vez mais frequente na realidade brasileira.

A migração por amenidades leva em consideração os aspectos que tangem a chegada dos novos moradores e os mecanismos de recepção dos locais. Esse movimento enseja debates que tratem da temática de cidades sustentáveis, e para tanto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposto pela Agenda 2030, adquire importância neste trabalho como alternativa que deve ser pautada nas comunidades e localidades do entorno das AP.

#### **4.6 Objetivos de desenvolvimento sustentável**

O ano de 2015 foi importante, uma vez que foi adotado pelos governos de vários países a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por meio do estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste sentido, foram determinados 17 ODS e 169 metas, sendo que o turismo foi considerado como parte importante em todos os objetivos, bem como meta dos ODS de crescimento econômico, inclusivo e sustentável; consumo e produção sustentáveis; e uso sustentável de oceanos e recursos marinhos.

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, ressaltou, em 2014, que o “aproveitamento dos benefícios do turismo será crucial para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a implementação da agenda de desenvolvimento pós-2015” (PNUD, 2015).

Souza (2020) afirma que o turismo é constantemente associado apenas aos conceitos de oferta e demanda, a fim de atender as necessidades de uma sociedade cada vez mais consumista. Contudo, a autora também defende que a atividade pode contribuir com os pilares sociais e ambientais, além dos aspectos econômicos. Para a autora, apesar de o turismo ser citado diretamente em apenas três metas do ODS, as suas características podem contribuir para que a atividade seja importante em diversas outras áreas, por meio da correlação entre as metas, pois o turismo favorece vários aspectos socioambientais.

**Figura 1 - Conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**



- Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza
- Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável
- Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar
- Objetivo 4 - Educação de Qualidade
- Objetivo 5 - Igualdade de Gênero
- Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento
- Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível
- Objetivo 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico
- Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura
- Objetivo 10 - Redução das Desigualdades
- Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis
- Objetivo 12 - Consumo e Produção Responsáveis
- Objetivo 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima
- Objetivo 14 - Vida na Água
- Objetivo 15 - Vida Terrestre
- Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
- Objetivo 17 - Parcerias e Meios de Implementação

Fonte: Nações Unidas – Brasil, 2021<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Nesta pesquisa, nos parece importante sinalizar as diretrizes sugeridas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11) - Comunidades e Cidades Sustentáveis, que implica em tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (PNUD, 2015) diante da necessidade preponderante e urgente de se repensar um modelo de urbanização das cidades brasileiras.

Vale ressaltar que esta iniciativa de pesquisa tem como objetivo atuar em áreas rurais que, na contemporaneidade, pode adquirir usos diferenciados considerando tendências globais de indivíduos que se interessam por sair da cidade e migrar para o campo em busca de qualidade de vida no interior. Estudos sobre a temática do êxodo urbano no Brasil ainda são incipientes, mas há tendência de que tal prática possa se tornar exponencial, principalmente diante da pandemia da COVID-19. Assim, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam nesta temática, considerando a argumentação estabelecida e as possibilidades incipientes de ocorrência da migração por amenidades em territórios que estejam no entorno de unidades de conservação de proteção integral.

Associando o ODS 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis com as metas relacionadas ao turismo, se destaca que é necessário:

- Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países;
- Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;
- Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
- Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
- Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, utilizando materiais locais. (PNUD, 2015, p. 173-174)

Para Ribeiro *et al.* (2020), o ODS 11 evidencia que o desenvolvimento sustentável de um território urbano com toda a sua complexidade exige um esforço da sociedade em muitos contextos. Os autores defendem que o sucesso da implementação das metas e ODS depende de melhor definição dos conceitos para maior compreensão dos territórios, e, sendo assim, poderão ser estabelecidas políticas adequadas para cada território.

O turismo desponta como uma atividade econômica que está em constante expansão, inclusive no Brasil. De acordo com o relatório de Competitividade em Viagens e Serviços, do Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum* - WEF, 2019) o país se destaca em segundo lugar pela sua diversidade em recursos naturais e em nono em recursos culturais. O atual cenário mundial sugere que haverá uma redução na procura pelo chamado

turismo de massa, que deve ser substituído pelo turismo em áreas naturais e vinculado às atividades culturais autênticas (SEBRAE, 2020). De acordo com Souza (2020) é necessário que haja o estabelecimento de um novo paradigma em desenvolvimento turístico.

Souza (2020) defende que o turismo é uma das atividades que mais pode contribuir para a transição do atual modelo econômico para uma outra modalidade que favoreça o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Mas para que isso aconteça é necessário que haja um alinhamento entre as governanças e os objetivos definidos pelos órgãos responsáveis pelo turismo. No âmbito do governo federal, a autora afirma que é necessário que se supere o discurso de que o turismo é uma atividade econômica geradora de renda e emprego e reconhece que o turismo tem grande potencial para ser transformador de realidades. As interfaces da Agenda 2030 e o turismo sustentável são inúmeras, porém as interfaces com as políticas públicas relacionadas ao turismo estão aquém do seu potencial.

O tema da sustentabilidade deveria ser pauta principal no direcionamento das políticas relacionadas ao turismo, principalmente no Brasil que é conhecido por ser um país rico em diversidade natural e que possui uma grande extensão territorial que nem sempre é monitorada e que não possui políticas voltadas para a manutenção dessa diversidade.

Philippi Jr. *et al.*, (2016) afirmam que o planeta corre o risco de não ter suporte de absorção dos impactos de do estilo de desenvolvimento atual, que é pautada na lógica de crescimento econômico e na socialização dos impactos ambientais. Um dos principais afetados pelo descaso com as questões dos impactos socioambientais é a parcela da população que se encontram nos centros urbanos com condições de moradia que não atendem as necessidades do povo.

Para além dos problemas relacionados aos impactos ambientais, o atual cenário pandêmico que o planeta ainda está passando, contribui para o fenômeno de êxodo urbano. E, a expectativa que a população busque áreas rurais e o litoral como alternativas para alcançar a qualidade de vida são, cada vez mais promissoras. Neste sentido, compreender qual é o contexto das áreas protegidas do território de atuação do curso de Turismo da UFVJM pode ser essencial para orientar o debate qualificado acerca da temática.

## **5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1 Contextualização das Áreas Protegidas**

Todas as informações a seguir foram retiradas dos respectivos planos de manejo de cada unidade de conservação analisada, a saber: Parque Nacional das Sempre-Vivas; e Parques Estaduais: do Biribiri; Rio Preto; Serra do Intendente e Pico do Itambé. Ou seja, todas as informações dispostas a seguir se baseiam nas informações contidas nos planos de manejo produzidos pelas empresas de consultoria Detzel Consulting; STCP Engenharia de Projetos e ICMBio.

Neste capítulo são apresentadas informações referentes as especificidades das áreas protegidas, com especial interesse acerca das localidades que estão no entorno destes territórios. Reforça-se, ainda, que apenas os Planos de Manejo do Parque Nacional das Sempre-Vivas, do Parque Estadual Serra do Intendente e do Parque Estadual do Rio Preto estão atualizados, considerando os últimos cinco anos. Os demais parques estaduais tiveram oficinas de atualização recentemente, mas ainda não disponibilizaram a versão final de seus respectivos planos de manejo. Neste sentido, foram utilizadas algumas publicações científicas das UC que tratam das temáticas de análise, assim como imagens de satélite obtidas no decorrer da pesquisa. Ademais, este capítulo analisa os resultados obtidos com o questionário aplicado pelo Google Formulários junto aos gestores das respectivas áreas protegidas.

#### **Parque Nacional das Sempre-Vivas**

O Parque Nacional das Sempre-Vivas possui como marco em seu processo de criação, a elaboração de documento denominado “Proposta de Criação do Parque Nacional de Inhaí”, em que a proposta inicial era de que o Parque tivesse o nome desse distrito. No entanto, inicialmente a UC era denominada Parque Nacional do Alto do Jequitinhonha, por abranger em suas áreas, nascentes de grandes afluentes nesse rio. Ademais, inicialmente a proposta era de que o Parque possuísse 53.236,21 hectares, deixando de fora dos limites alguns campos de coleta de sempre-vivas utilizados pelos apanhadores do distrito de Inhaí para comercialização, considerando à grande variedade de espécies de sempre-vivas. A coleta de sempre-vivas remonta à década de 1930, e o uso e a grande diversidade dessas plantas fez com que esse grupo vegetal se relacionasse fortemente com a identidade cultural da região (FIGURA 2).

**Figura 2 - Síntese Aspectos Gerais do Parque Nacional das Sempre-Vivas**

Síntese Aspectos Gerais do Parque Nacional das Sempre-Vivas	
<b>Unidade de conservação</b>	Parque Nacional das Sempre-Vivas
<b>Decreto de criação</b>	Decreto de lei sem nº, de 13 de dezembro de 2002
<b>Área da UC</b>	124.155,89 hectares
<b>Municípios abrangidos</b>	Augusto de Lima, Bocaiúva, Buenópolis, Diamantina e Olhos D'água
<b>Comunidades do entorno</b>	Mocambo, Timburé, Lavras, Campo Alegre, Curimataí, Pé-de-Serra, Santa Rita, Boa Vista, Braúnas, Inhaí, Macacos, Quartel do Indaiá, São João da Chapada, Vargem do Inhaí, P.A Dois de Junho
<b>Relevância da UC</b>	Assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico em sua área

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Neste sentido, a nova proposta de nome para Parque Nacional das Sempre-Vivas veio com o objetivo de dar destaque à necessidade de proteção desse grupo vegetal de grande importância econômica e cultural da região: as Sempre-Vivas: “no dia 13 de dezembro de 2002, foi decretado a criação do Parque Nacional das Sempre-Vivas (PNSV), com o objetivo de assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica” (ICMBio, 2016, p. 25).

"Sempre-vivas é o nome dado no Brasil as partes das plantas, geralmente escapos e inflorescências, que conservam a aparência de estruturas vivas, mesmo depois de destacadas e secas, e que são comercializadas e exportadas para decoração de interiores” (GIULIETTI, 1996 *apud* ICMBio, 2016, p. 129), dentre elas, destaca-se a família *Eriocaulaceae*. Esta é uma família botânica de monocotiledôneas composta por aproximadamente 1200 espécies (ICMBio, 2016) reunidas em 10 gêneros de distribuição tropical. O principal centro de diversidade se encontra na Cadeia do Espinhaço, em Minas Gerais, e até o momento já foram identificadas 60 espécies de *Eriocaulaceae* no PNSV.

As comunidades do entorno praticam, predominantemente, a agricultura de subsistência e a venda do excedente em mercados locais. Além das áreas cultivadas no entorno da unidade, algumas famílias realizavam plantios no interior do PNSV, conforme descrito pela comunidade de Inhaí, nas reuniões abertas. “Tem-se a informação de que há,

aproximadamente, doze famílias residentes no interior da unidade, que fazem pequenos plantios próximos as casas e criação de gado” (ICMBio, 2016, p. 47).

Somente Bocaiúva e Diamantina apresentam moradores dentro da unidade, com usos temporários, predominantemente, sem o estabelecimento de residência fixa no interior do PNSV, possivelmente relacionada à dificuldade de acesso a serviços básicos. Ademais, a necessidade de continuação dos estudos e oportunidades de trabalho foram fatores responsáveis pela migração da população do entorno do PNSV, ainda que não haja estudos aprofundados sobre esse tema.

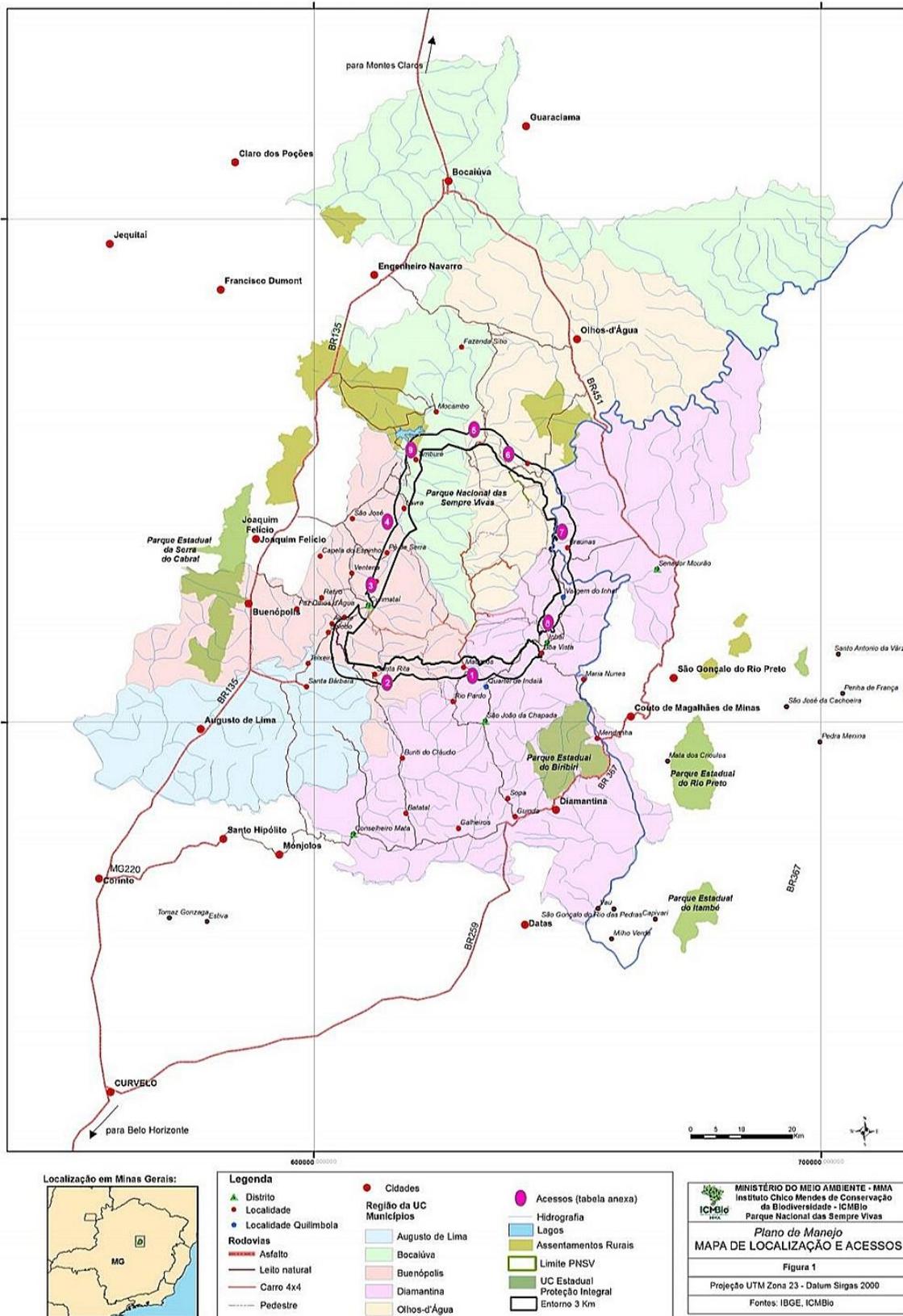
Frisamos, novamente, que todas as informações a seguir foram retiradas do Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre-Vivas, assim como, a impossibilidade de que as informações fossem atualizadas em pesquisa de campo diante da pandemia da COVID-19. Ainda assim, entendemos a importância de relacionar tais informações, incluindo as imagens de satélite das comunidades do entorno, que podem servir como referências em pesquisas futuras relacionadas.

### **Comunidades do entorno**

Mocambo tem seu surgimento no início do século XX, em torno de 1990. A comunidade realizava a agricultura de subsistência ou trocava o excedente com os trabalhadores das empresas Dolabela Portela (depois Matarazzo) sediada em Granjas Reunidas e Engenheiro Dolabela. Para tanto, “a prática da técnica de coivara, com aproveitamento de uma mesma área por um período de três a quatro anos, com posterior pousio” (RIBEIRO, 2013, *apud* ICMBio, 2016, p. 50), era a mais comum.

Devido à dificuldade de comercialização, e a ausência de escolas, vários moradores de Mocambo se mudaram para Engenheiro Dolabela ou Bocaiúva (FIGURA 4), com isso houve queda na produtividade das roças, direcionando a produção para o consumo, não havendo excedente a ser comercializado. A apanha de sempre-vivas não foi apontada como uma atividade realizada por eles.

Figura 3 - Localização e acesso ao PNSV



Fonte: ICMBio, 2016, p. 19

Figura 4 - Campos de sempre-vivas, ao longo da trilha Curimataí-Inhaí



Fonte: ICMBio, 2016, pág. 148.

O povoado de Curimataí (FIGURA 5), possui registro de ocupação do século XVIII, com predomínio da atividade de garimpo e a solta de gado. A coleta de sempre-vivas na comunidade se deu desde meados de 1930, e sempre foi realizada da mesma forma, não havendo alteração nas práticas. Em 1970, iniciou-se o arrendamento de áreas de coleta de sempre-vivas, e em 2007 ocorre uma queda expressiva no seu preço. Atualmente, não há tanto extrativismo, considerando o preço dos produtos e a inadequação dos extrativistas à legislação vigente.

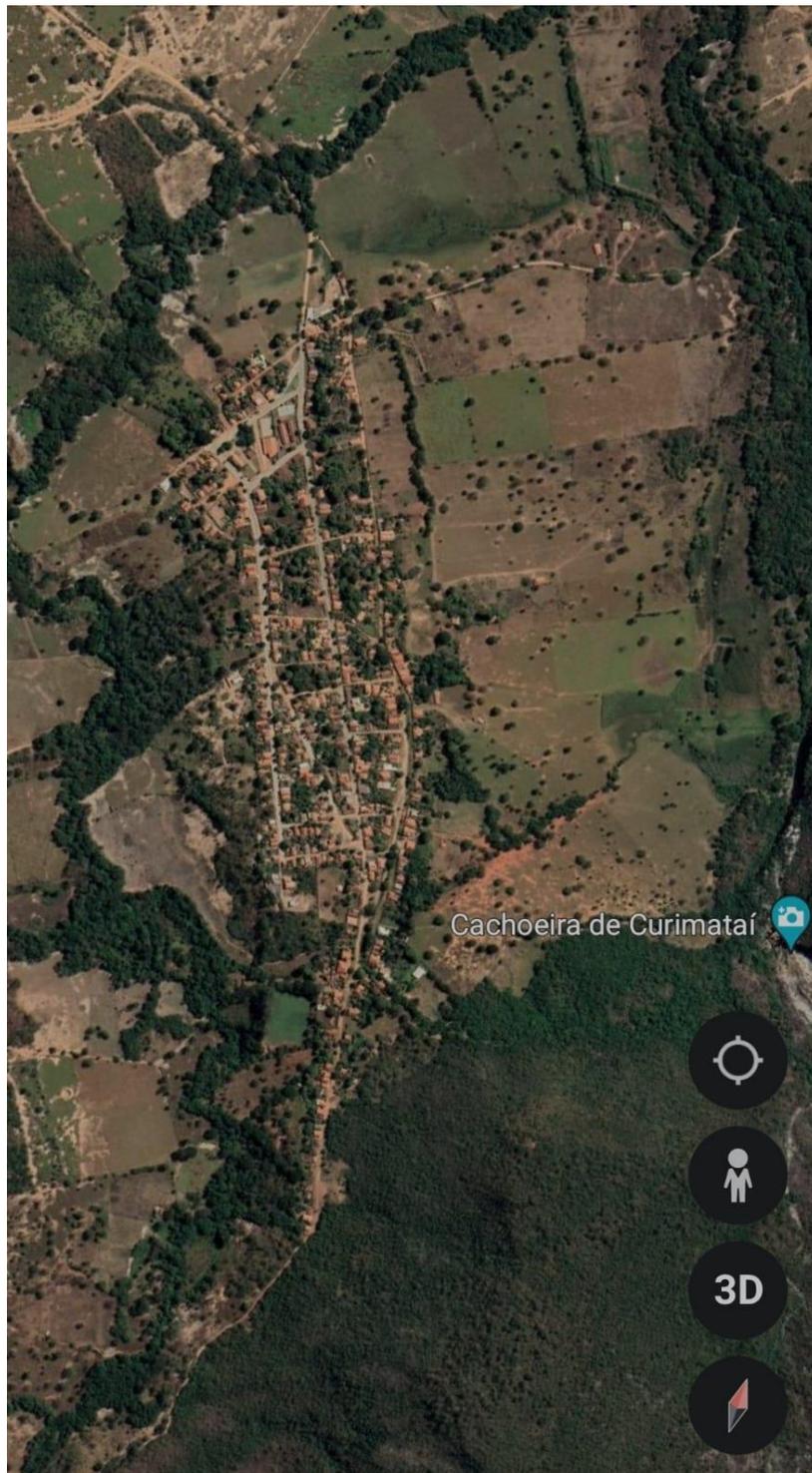
No Balneário da Água Quente, localizado em Curimataí, a 1 km do PNSV, o turismo foi citado como atividade importante, que gerava renda tanto para os condutores de visitantes, que promoviam visitas a vários locais na região, inclusive no PNSV, como para outras pessoas na comunidade que vendiam artesanato e hortifrutigranjeiros. Com o fechamento do Balneário, em 2007, devido à ausência de autorização do IBAMA para realização de obras no local, o turismo declinou na região, ainda que ocorra visitação na cachoeira local.

A comunidade de Pé-de-Serra teve seu surgimento há, aproximadamente, 300 anos. A comunidade trabalhava com tropas que forneciam alimentos para o garimpo em Diamantina, e atividades voltadas a agricultura e a solta de gados na serra. Já a coleta de sempre-vivas na comunidade remonta a década de 1960, e segundo a comunidade, as pessoas subiam a serra na época das flores e a comunidade Pé-de-Serra ficava vazia. A comunidade teve conhecimento do Parque apenas em 2007, em função das ações desenvolvidas pela gerencia da UC, na época.

A gestão do PNSV de 2007 a 2010 realizou fiscalizações dentro e no entorno da PNSV (todas as localidades) de forma bastante agressiva, promovendo apreensões e destruição de material no interior da UC (sementes de capim, capim colhido, ranchos, etc), proibição de se transitar pelo Parque, inviabilizando a realização de cavalgadas até outras comunidades, dentre outros. Desde então, gestões posteriores buscam promover um diálogo mais harmônico, e, atualmente, o trânsito entre as comunidades ocorre normalmente assim como as cavalgadas, pois fazem parte do planejamento da UC como uma atividade cultural regional.

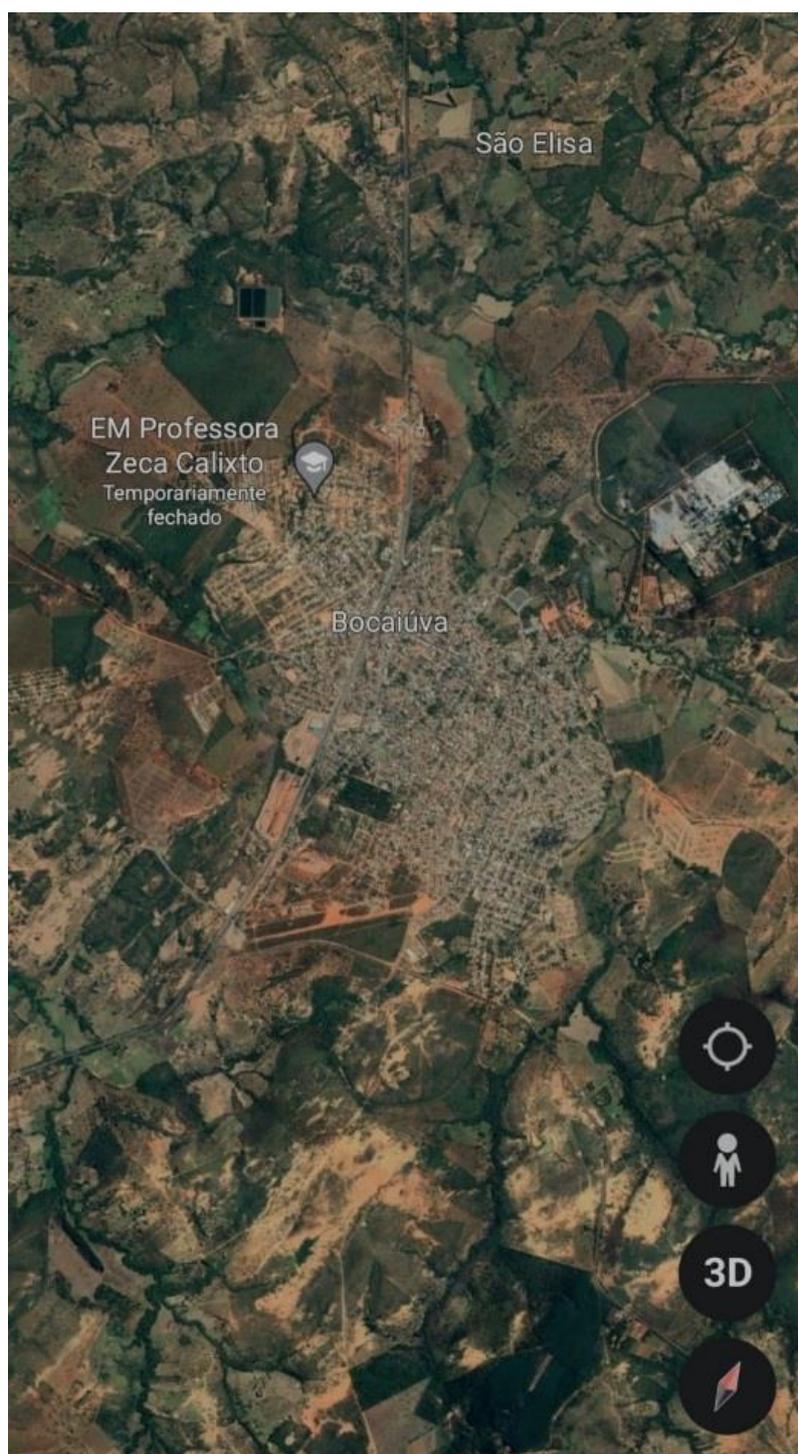
A comunidade de Santa Rita, também localizada em Buenópolis, está muito próxima ao limite de Diamantina. Sua origem se deu há, aproximadamente, 100 anos e a comunidade tem seu desenvolvimento pautado pela criação de gado e apanha de flores fora da UC.

Figura 5 – Curimataí



Fonte: Google Earth, 2022.

**Figura 6 – Bocaiúva**



Fonte: Google Earth, 2022.

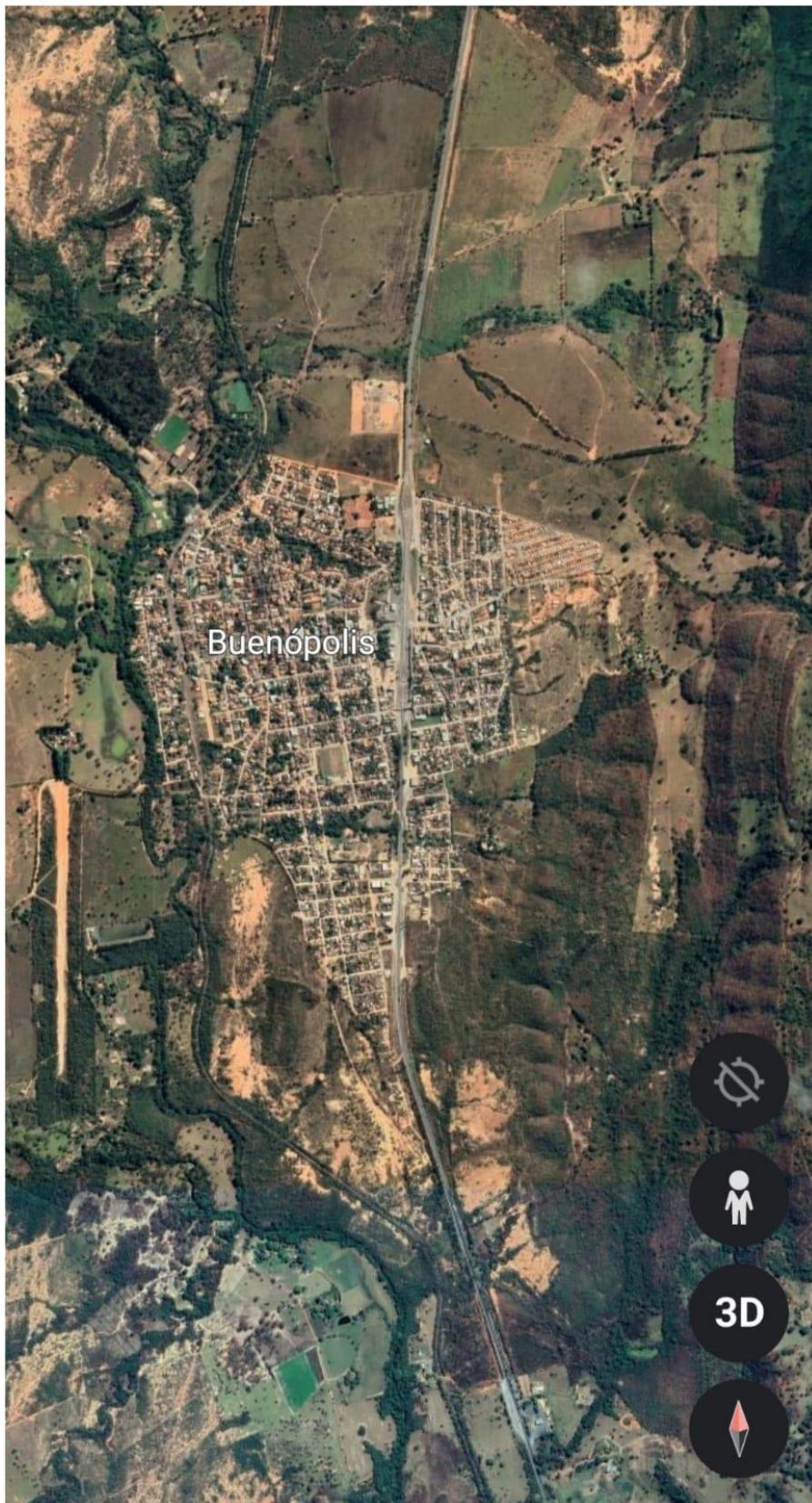
A comunidade de Braúnas, remonta à década de 1950, no qual as principais atividades desenvolvidas eram garimpo, produção de carvão, roça e criação de gado. A agricultura ainda é praticada, e seus produtos são para consumo com excedente para a comercialização regional. Alguns membros da comunidade têm casas no interior do PNSV e fazem criação

de gado em pastagens formadas no interior da UC, chamadas por eles de “mangas”. Outra atividade realizada nessa localidade era a pesca nas lagoas marginais do rio Jequitinhonha, principalmente na época da seca. Porém, com a instalação de mineração na região, na década de 1960, houve a poluição do rio Jequitinhonha, que impactou a atividade de pesca. No período de 1955-1985, a coleta de flores foi importante para a comunidade, mas diminuiu após esse período. Segundo a equipe do parque, atividades como caça e coleta de flores ameaçadas de extinção, não são passíveis de autorização, mas que outros usos existentes até a criação do Parque poderiam ser realizados por posseiros e proprietários, uma vez que eles não foram indenizados.

No caso das atividades de lazer, a equipe do PARNA orienta o contato prévio, com a finalidade de passar orientação para a visita, uma vez que o PNSV ainda não é oficialmente aberto ao uso público. A equipe esclareceu também que o ICMBio, atualmente, intervém somente no território do Parque, não promovendo intervenções em seu entorno, exceto nos casos em que comprovado o dano direto a UC.

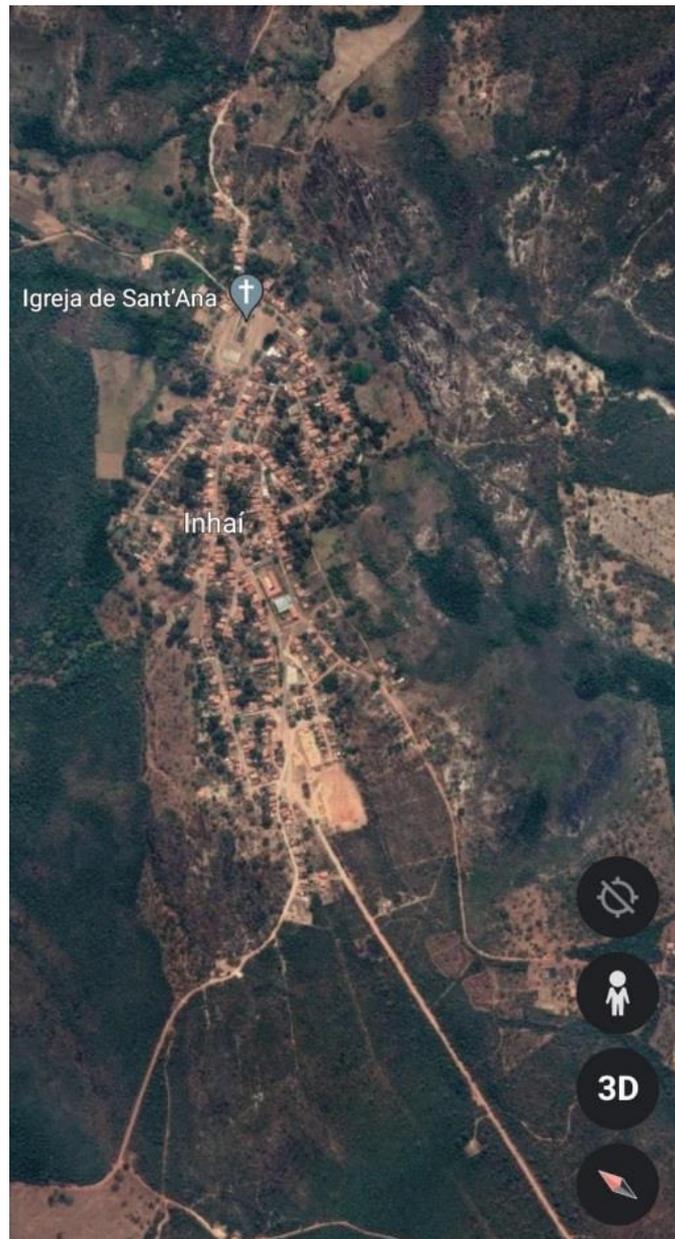
A comunidade de Inhaí (FIGURA 8), surgiu no início do século XVIII, pautada pela atividade garimpeira, produção de café, cana e milho. Houve relatos de que a apanha de flores por comunitários do Inhaí acontecia nos Campos São Domingos e João Alves, e em Folheta, Conquista e Terra Vermelha. Com a criação do Parque, as atividades de apanha de sempre-vivas e plantio de roças dentro da UC foram impossibilitadas. Doze famílias da comunidade que realizam o plantio de milho, mandioca e feijão numa região no interior do Parque conhecida como Paciência, foram impedidas de fazê-lo após a criação da UC, assim como a atividade de garimpo foi proibida.

Figura 7 – Buenópolis



Fonte: Google Earth, 2022.

**Figura 8 – Inhaí**



Fonte: Google Earth, 2022.

A comunidade de Macacos (FIGURA 9), datada do século XVIII, surgiu a partir de uma fazenda de mesmo nome. A comunidade está localizada ao sul do Parque, na estrada que dá acesso ao Campo Domingos, onde se localiza o alojamento do PNSV. Assim como em outras regiões, em Macacos também ocorriam atividades de garimpo e criação de gado e apanha de flores. No entanto, além do garimpo em grupiaras, houve a atuação da mineração Sudoeste, que na época gerou empregos para a comunidade, mas após o encerramento das atividades, provocou o êxodo rural, ademais de diversos impactos perceptíveis até os dias atuais. A criação de gado ainda é realizada e atualmente, alguns comunitários, que possuem

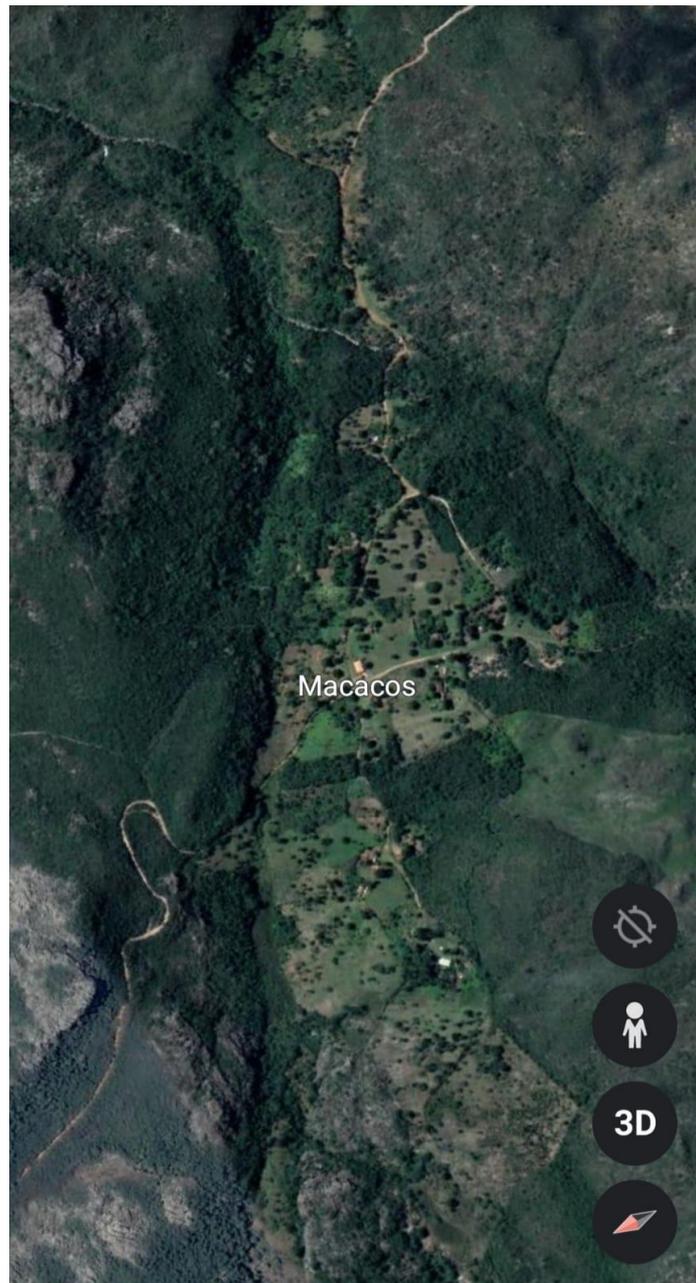
áreas no interior da UC, praticam esta atividade em virtude da ausência de regularização fundiária. Nesta região, a apanha de sempre-vivas teve início na década de 1930 e as principais áreas de coleta da comunidade de Macacos eram os campos de Vargem Grande, Lamarão e Quilombo. A coleta também era realizada no campo São Domingos e a venda era feita por atravessadores de Diamantina e Gouveia, que depois repassavam o produto a compradores do exterior.

Até 1945, não havia controle da apanha pelos proprietários das áreas, mas diante da chegada do Padre Romano, vindo da Alemanha, se iniciou a prática de cercamento das áreas de arrendamento dos campos de sempre-vivas, em terras que ele adquiriu de um dos moradores da comunidade. Ao arrendar as áreas, o Padre Romano e os proprietários da fazenda Arrenegado utilizavam mão-de-obra vinda também de outras localidades. Conforme afirma Monteiro (2011, *apud* ICMBio, 2016, p. 57), a partir de então:

os apanhadores da comunidade de Macacos, com o intuito de evitar o pagamento pela coleta de flores em campos que anteriormente trabalhavam, mudaram sua forma de coleta, realizando-a em horários diferenciados de forma a evitarem ser vistos em campos com coleta controlada pelos arrendadores, tal estratégia fazia com que, em alguns casos, fosse arrancada a base da planta (“sapata”) e fossem coletadas todas as flores, o que diminuiu a disponibilidade de indivíduos florais no campo. Outra prática que ocorreu na época do arrendamento foi a coleta em campos já coletados, conhecida como “restolhar”, atividade muito impactante, pois ocorria a retirada de plantas que poderiam garantir o aporte de novas sementes.

Atualmente, devido a uma redução no preço das flores, a apanha de flores em algumas áreas do interior do PNSV por comunitários de Macacos é menos intensa. Segundo o Plano de Manejo do PNSV, na opinião dos comunitários, os preços caíram diante da proibição da apanha de flores com a criação do Parque, assim como à proibição de várias outras atividades na área.

**Figura 9 – Macacos**

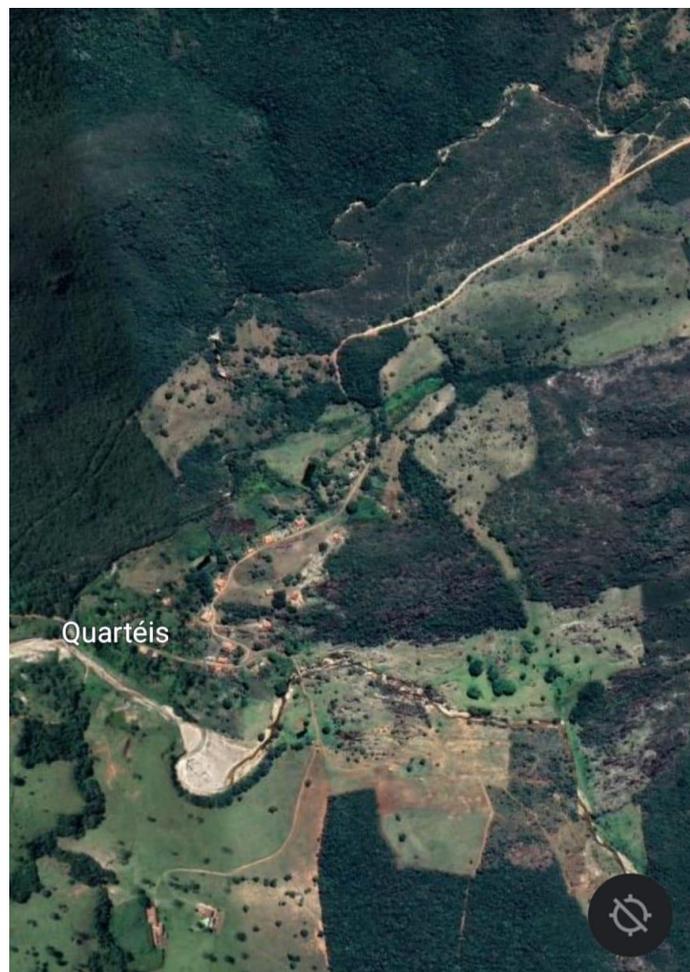


Fonte: Google Earth, 2022.

A comunidade de Quartel do Indaiá (FIGURA 10) originou-se no século XIX, possui certificação Quilombola pela Fundação Cultural Palmares datada de 22 de dezembro de 2011. Eram realizadas atividades como garimpo, agricultura, criação de gado e a coleta de sempre-vivas há, aproximadamente, 80 anos. Atualmente, há atividades de subsistência em roças locais com a produção de milho, feijão, cana, mandioca e farinha de mandioca. Com a criação do PNSV, em 2002, e a proibição de atividades em seu interior e entorno, houve grande receio entre os membros da comunidade para roçar áreas, diante da possibilidade de

serem multados. Assim mesmo, em função da necessidade de empregos e escolas, muitos moradores migraram para outras regiões, além de casamentos com pessoas de fora da comunidade.

**Figura 10 - Quartel do Indaiá**



Fonte: Google Earth, 2022.

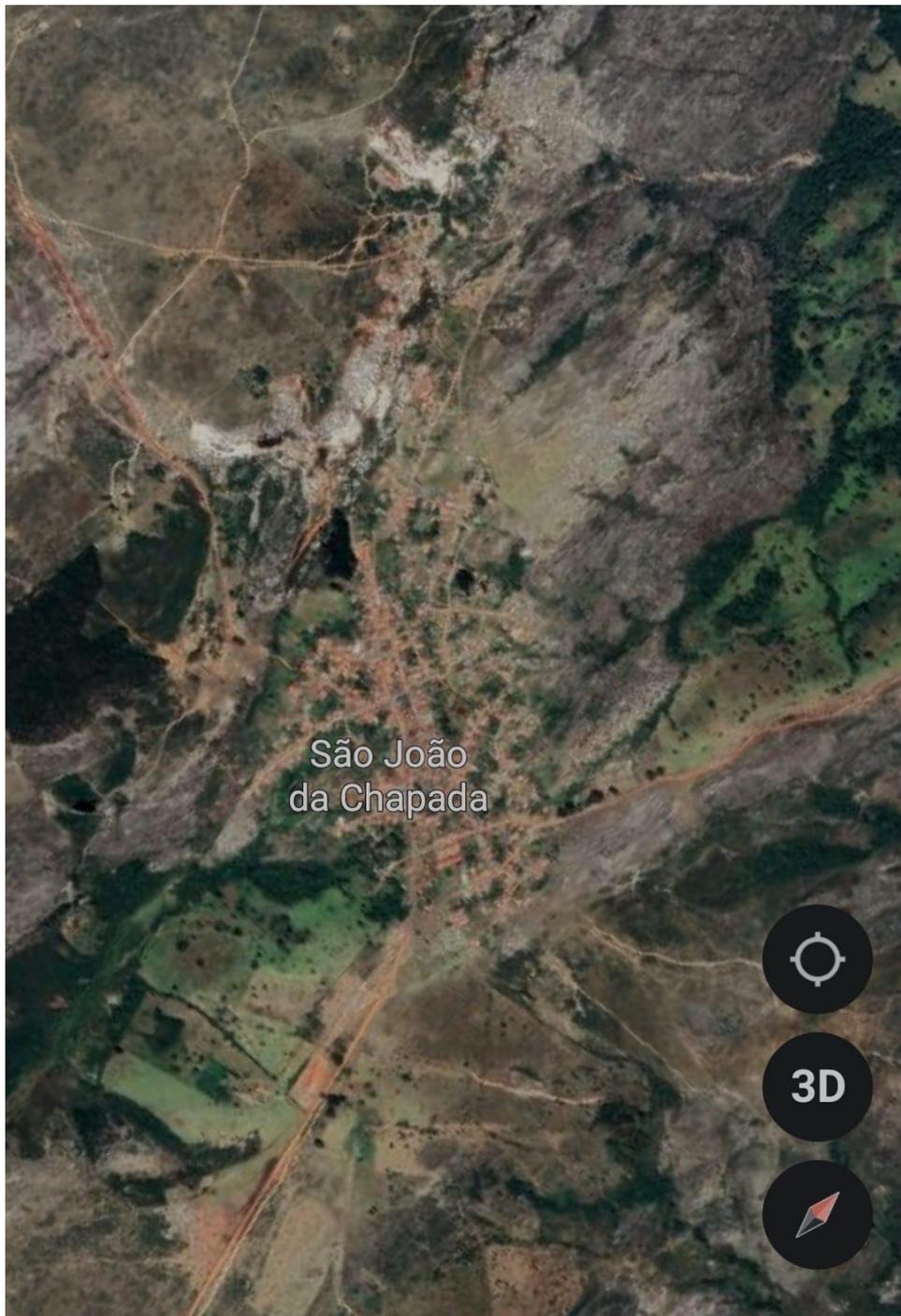
A comunidade de São João da Chapada (FIGURA 11), localizada a 26 km de distância de Diamantina, tem sua data de sua fundação da primeira metade do século XVIII. Em meados de 1930, a apanha de sempre-vivas ganha importância na comunidade, entrando em declínio nos anos 2000, assim como o garimpo. Atualmente, observa-se a prática, principalmente, da criação de gado e plantios de subsistência, apesar de o garimpo e a apanha de flores ainda fazerem parte do cotidiano local.

A comunidade de Vargem do Inhaí tem relatos de sua criação a partir do século XX. A comunidade foi certificada como Quilombola pela Fundação Cultural Palmares, em 2011, e está localizada a 70 quilômetros da sede do município, e, aproximadamente, 1 km do limite do PNSV. O acesso a comunidade é pelo distrito de Inhaí, e as atividades praticadas eram

garimpo (no rio e na serra), a pecuária e a agricultura (na parte baixa, mais próxima as várzeas). Atualmente, a comunidade pratica a apanha de flores, a agricultura e a pecuária de subsistência, e vende alguns produtos, como rapadura. A atividade de apanha de flores, em meados de 1970, era realizada na região do Campo João Alves e na Lapa da Jacuba, já que as sempre-vivas tinham um bom preço no mercado até a queda do valor a partir de 2004.

O projeto de assentamento (PA) Dois de Junho foi criado em 1999, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), na área da antiga Fazenda Rocinha, onde havia dezessete famílias de posseiros. Nessa fazenda eram realizados plantios de milho, feijão e arroz, além da criação de gado e da produção de carvão. A base produtiva do assentamento é diversificada com poucos produtos do extrativismo. Apesar de ter sido citado, o extrativismo de alguns produtos do cerrado não faz parte da perspectiva dos assentados atualmente, devido a experiência frustrada com os mesmos, no passado. Em 2000, o assentamento já contava com aproximadamente cem famílias, e com a organização dessas famílias, iniciou-se a estruturação da área, com a melhoria de acessos, a criação de uma escola e do pavimento do acesso escolar. Em 2013, residiam no assentamento aproximadamente 130 famílias, totalizando 350 pessoas. Um dos principais problemas relatados é a ausência de licenciamento ambiental do assentamento, uma vez que isso trava as demais atividades. Outro destaque foi o interesse de parceria com a UC na implementação do turismo. Em um estudo realizado por Souza, Silva, Cardoso (2018, p. 1763) “observou que, os assentados do PA Dois de Junho territorializaram os espaços antes ocupados pelo latifúndio com novas formas de organização, de lazer e de trabalho, tornando-os em seus lugares de vida as suas territorialidades”. Eles já se organizam em associações, produzem alimento como o requeijão que serve de consumo para os moradores e também como forma de fonte de renda onde as famílias vendem estes alimentos em feiras. Além disso as famílias se mantem no território a partir do cultivo de vários alimentos que garantem sua sobrevivência.

Figura 11 – São João da Chapada



Fonte: Google Earth, 2022.

### **Turismo no PNSV e seu entorno**

Na região do PNSV, o turismo ocorre de forma constante, principalmente nos municípios de Augusto de Lima, Buenópolis (distrito de Curimataí) e Diamantina. Existem empreendimentos e atividades desenvolvidas em vários segmentos do turismo, em especial o cultural, científico, ecoturismo, turismo de aventura e turismo solidário. Esses segmentos realizam suas atividades sem conexão com o PNSV. Entretanto, há constante demanda para

visitação à AP, o que indica tanto a necessidade de estruturação do PNSV para a promoção dessas atividades, quanto de aproximação da instituição com as comunidades do entorno.

As principais atividades de visitação que ocorrem hoje no PNSV são as caminhadas, as visitas às cachoeiras e as cavalgadas. Todas essas atividades são realizadas principalmente na porção sul do Parque, onde estão as principais trilhas utilizada pelos visitantes, como a trilha de Curimataí-Inhaí. Os atrativos mais visitados são as cachoeiras e campos de sempre-vivas.

Segundo o Plano de Manejo do PNSV, o Parque possui diversas cachoeiras que são importantes atrativos naturais e que podem ser desenvolvidos como produtos turísticos, integrando também outros roteiros de visitação. A Cachoeira do Rio Preto, a Cachoeira do Gavião, a do Brocotó, a Cachoeira do Rio Inhacica e a Cachoeira do Fundão são algumas delas, que já atraem visitantes.

A visitação aos campos de sempre-vivas também é uma importante atividade a ser implementada para a visitação no PNSV. Por ser um símbolo da UC, essa atividade possui forte vocação para a sensibilização acerca da vulnerabilidade das espécies e, atualmente, ocorre de modo integrado às atividades de trekking. Trata-se de uma oportunidade de possibilitar ao visitante conhecer sobre a ecologia das sempre-vivas, o uso tradicional das populações locais, a cultura e o artesanato local. Além das cachoeiras e campos de sempre-vivas e uma diversidade biológica, há ainda cavernas conhecidas localmente como lapas, sendo que algumas possuem pinturas rupestres, o que denota um uso antigo com valor cultural relevante. Frisa-se que as lapas devem ser inventariadas, a fim de possibilitar adequado uso público, se considerado apropriado.

Dentre os bens naturais e culturais que possuem especial atratividade, estão: Cachoeira Inhacica; Cachoeira Fundão; Cachoeira Jequitaí; Cachoeira de Curimataí; Cachoeira das Almas; Cachoeira do Brocotó; Cachoeira da Serraria; Cachoeira do Rio Preto; Rio Inhacica; Cachoeira do Gavião (Coqueiral); Lagoas Lamarão; Cânion São João; Cachoeira Fundão (nasce nas pedras); Pinturas rupestres; Cachoeira do Sobradão e Curral de Pedra; Curral de contagem e Calçada do Mocó.

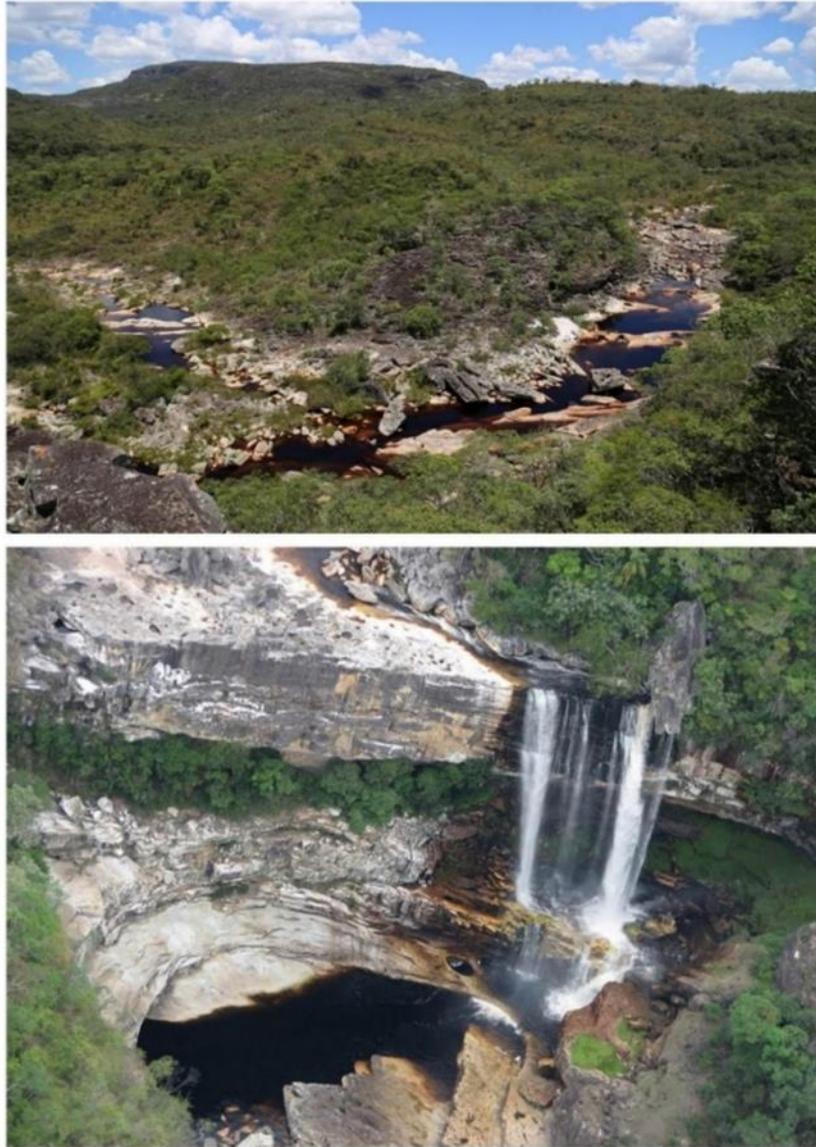


Além do programa Estrada Real, são desenvolvidos projetos e iniciativas locais para promoção do ecoturismo na região do entorno do Parque Nacional, consideradas oportunidades importantes para valorização da atividade na região com vistas a integração para o desenvolvimento do uso público no PNSV.

Em São João da Chapada, Macacos e Inhaí, comunidades do entorno no limite sul, foram realizados cursos de capacitação de produção associada ao turismo, qualificação de turismo de base comunitária, formatação de roteiros e boas práticas de turismo. As atividades foram desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR), com apoio da EMATER. Em São João da Chapada também foram realizadas atividades relacionadas ao Programa Turismo Solidário, como o estabelecimento dos Receptivos Familiares, que são locais de hospedagem nas residências dos moradores locais, implementado pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (IDENE). O Programa Turismo Solidário, uma iniciativa do Governo de Minas, foi elaborado pela Secretaria de Estado Extraordinária (SEDEVAN) e seus parceiros, “para realizar a ordenação turística de localidades que possuem rico patrimônio natural e cultural, porém baixos índices de desenvolvimento humano” (Turismo Solidário, fevereiro de 2015, *apud* ICMBio, 2016, p. 158).

Outro importante projeto desenvolvido na região da UC é o projeto “Travessia dos Parques e Vilarejos da Terra dos Diamantes”. O projeto propõe a realização de caminhadas ecológicas unindo Parques e Vilarejos do Circuito Turístico dos Diamantes. Com preceitos balizados no Turismo de Base Comunitária, o projeto surgiu como uma alternativa de desenvolvimento para a região, com a valorização da comunidade local para participar de todos os momentos do processo de implementação do turismo. Serviços turísticos, tais como hospedagem familiar, alimentação e condução são alguns dos que podem ser oferecidos pelas comunidades, além da produção associada ao turismo, como venda de artesanato e gêneros hortifrutigranjeiros, possibilitando um complemento financeiro às atividades tradicionais locais. Ao todo foi contemplada uma rede formada por mais de 200 quilômetros de caminhos, doze comunidades rurais, um Parque Nacional e três Parques Estaduais. As travessias são separadas em cinco trechos, e o PNSV se insere em dois deles, sendo um trecho dentro do próprio PNSV e outro entre o PNSV e o Parque Estadual de Biribiri. Essas travessias favorecem o desenvolvimento do turismo no entorno por aumentar a permanência dos visitantes na região e possibilita, ainda, que o visitante conheça distintas unidades de conservação, bem como o modo de vida local.

**Figura 13 - Vista do Mirante e foto aérea da Cachoeira do Rio Preto**



Fonte: ICMBio, 2016, p. 149.

### **Acerca da Regularização Fundiária e ocupação territorial na região do PNSV**

A situação fundiária na região do Parque Nacional das Sempre-Vivas é marcada por lacunas de informação sobre proprietários, posseiros e localização de terras devolutas. Não há um levantamento fundiário oficial sobre a UC contendo informações sistematizadas, assim como identificação precisa dos proprietários de terras ou posseiros em seu interior. Dentre os imóveis com processos de regularização fundiária em andamento, há apenas uma apta para o procedimento de compensação de reserva legal no PNSV, com área total de 110

hectares. Existem cinco imóveis com documentos de registro, em análise para regularização fundiária que totalizam 34.893 hectares. Ressalta-se que duas destas áreas são Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) estaduais, uma delas, com 12 mil hectares denominada de Fazenda Arrenegado, e outra com 4.502 hectares, denominada Fazenda Campos São Domingos. Todas estas cinco áreas estão em fase de instrução processual, conforme a Instrução Normativa ICMBio n. 02/2009, que trata dos procedimentos para indenização e transferência de imóveis localizados em unidades de conservação. Muitos moradores de comunidades do entorno do PARNA reclamam a posse de áreas no interior da UC, porém a maioria destas áreas não apresentam benfeitorias uma vez que são usadas como locais de pasto para gado no período da estiagem, e como campo de coleta de sementes. Segundo o Plano de Manejo do PNSV identificam-se três regiões reclamadas como posse de comunitários: i) região de Macacos; ii) região do Pé de Serra e iii) região de Lavras e, um quarto local, localizado na Fazenda Contagem, reclamado por seis pessoas, sendo que três desta são de famílias residentes no interior da UC, e as demais residem em outros locais. Até o momento, foram identificados cerca de 20 casas e ranchos no interior do PNSV, algumas destas são usadas como residência permanente, mas a maioria é usada esporadicamente ou estão praticamente abandonadas.

### **Parque Estadual da Serra do Intendente**

No ano de 1999, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Intendente com o intuito de promover a proteção dos atrativos naturais da região, como a cachoeira Rabo de Cavalo o Cânion do Peixe Tolo e a Cachoeira do Tabuleiro. Com a crescente especulação imobiliária em torno das cachoeiras, houve a intensificação e apropriação das terras daquela região. Tal fato levou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) a propor a criação do Parque Estadual Serra do Intendente, com o intuito de proteção integral por meio de uma Unidade de Conservação, abrangendo por total a área da APA da Serra do Intendente (FIGURA 14).

Frisamos, novamente, que todas as informações a seguir foram retiradas do Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Intendente, assim como, a impossibilidade de que as informações fossem atualizadas em pesquisa de campo diante da pandemia da COVID-19. Ainda assim, entendemos a importância de relacionar tais informações, incluindo as imagens de satélite das comunidades do entorno, podem servir como referências em pesquisas futuras relacionadas.

**Figura 14 - Síntese Aspectos Gerais do Parque Estadual Serra do Intendente**

<b>Síntese Aspectos Gerais do Parque Estadual Serra do Intendente</b>	
<b>Unidade de conservação</b>	Parque Estadual Parque Estadual Serra do Intendente
<b>Decreto de criação</b>	Decreto de lei sem nº, de 28 de março, de 2007
<b>Área da UC</b>	13.508,83 hectares
<b>Municípios abrangidos</b>	Conceição do Mato Dentro
<b>Comunidades do entorno</b>	Extrema, Baú, Candeias, Parauninha, Tabuleiro, Três Barras, Cubas, Lapinha da Serra e Campo Redondo
<b>Relevância da UC</b>	Proteger a fauna e a flora regionais, as nascentes dos rios e córregos da região; e criar condições para o desenvolvimento de pesquisas e estudos de modo a conciliar, harmoniosamente, o uso científico, educativo e recreativo com a preservação integral e perene do patrimônio.

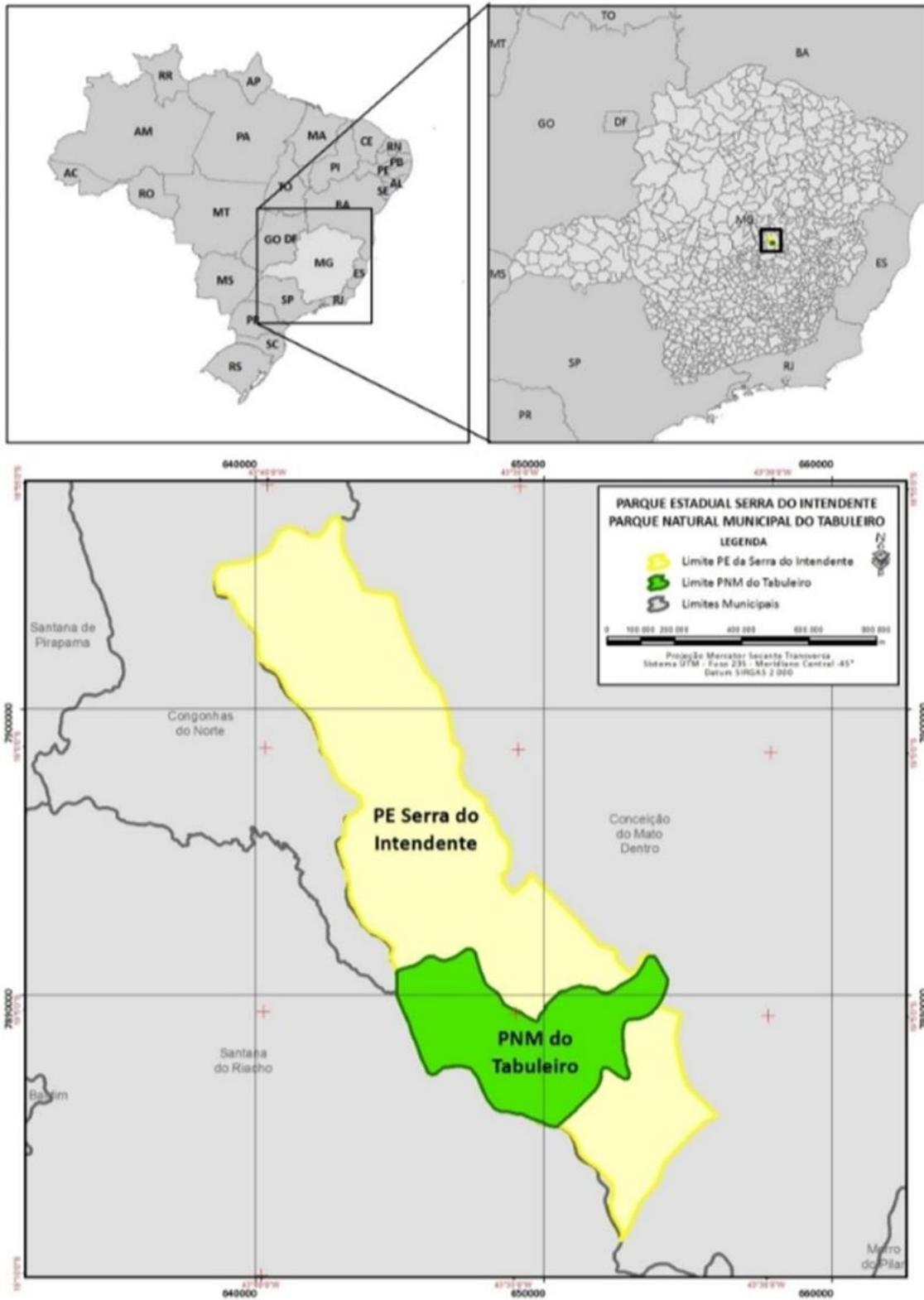
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

A UC Serra do Intendente se trata de uma área sobreposta, pois antes da criação do Parque Estadual Serra do Intendente (PESI) já existia o Parque Municipal Ribeirão do Campo, criado pelo Decreto Municipal nº 158, de 03 de novembro de 1998, pela Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, passando em 2013 a ser chamado de Parque Natural Municipal do Tabuleiro, através da Lei nº 2.063, de 22 de julho de 2013, substituindo o decreto Municipal nº 158/1998. O PESI criado através do Decreto Estadual s/nº, de 28 de março de 2007, pelo Instituto Estadual das Florestal (IEF), órgão gestor das Unidades de Conservação no Estado de Minas Gerais, e abrange quase a totalidade da área do PNMT, havendo uma pequena porção territorial ao extremo leste do PNMT, que não está incluída dentro dos limites do PESI (FIGURA 15).

Itacolomi é um distrito de Conceição do Mato Dentro, no interior do estado de Minas Gerais. De acordo com dados do IBGE em 2010, sua população era de 767 habitantes, possuindo 340 domicílios. A economia é baseada na agropecuária, artesanato e ecoturismo. As ruas que antes eram de terra estão sendo pavimentadas, o asfalto em Itacolomi faz parte do maior Programa de Urbanização de Conceição do Mato Dentro.

Serra do Cipó é um distrito de Santana do Riacho, sua população em 2010 (IBGE *apud* DETZEL, 2016) era de 1.941 habitantes, com um total de 1.100 domicílios particulares. É onde fica a principal porta de entrada para o Parque Nacional da Serra do Cipó, concentrando naquela região vários estabelecimentos comerciais, hotéis, pousadas, áreas de camping estruturadas e propriedades rurais.

Figura 15 - Localização do PESI



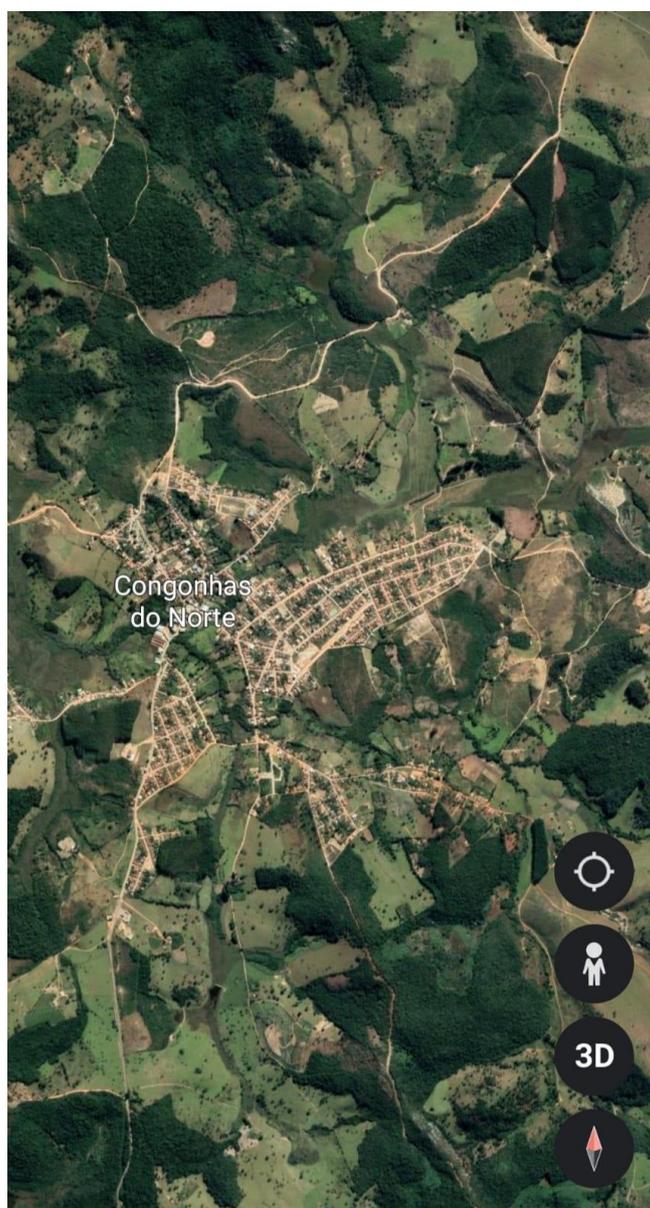
Fonte: Minas Gerais, 2016, p. 43.

### Comunidades do entorno

Congonhas do Norte (FIGURA 16) é um município do estado de Minas Gerais, com a população estimada em 2013 de 5.103 habitantes, localizada a 210 Km de Belo Horizonte. Atualmente o município é composto do distrito sede e mais nove comunidades rurais.

O distrito de Tabuleiro do Mato Dentro é a comunidade mais turística de Conceição do Mato Dentro, dentre as que estão no entorno das UCs. Tem sua economia voltada para o turismo pelo fato das belezas naturais no PNMT, e principalmente pela Cachoeira do Tabuleiro, a maior queda-d'água de Minas Gerais e a terceira do Brasil.

**Figura 16 – Congonhas do Norte**



Fonte: Google Earth, 2022.

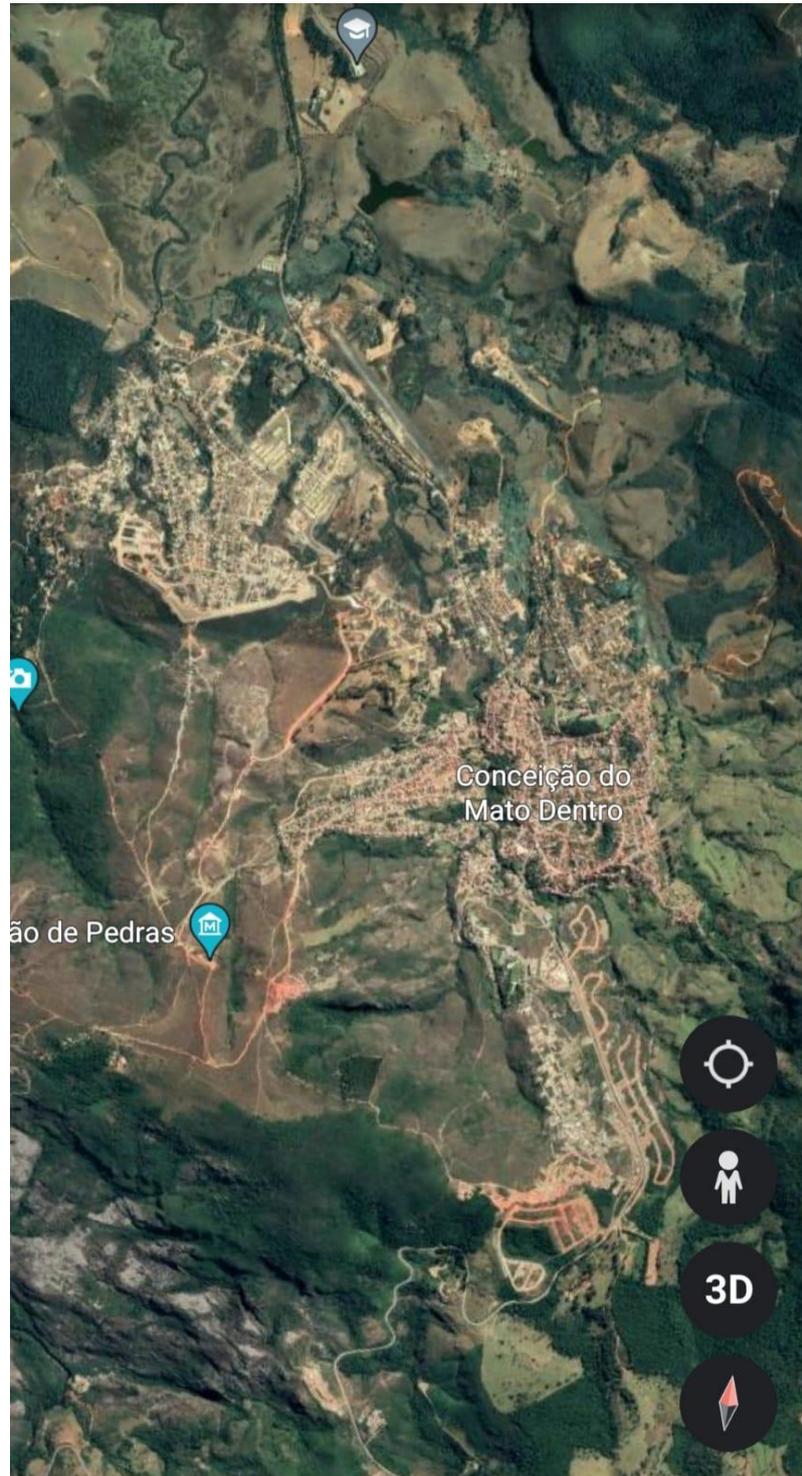
Em Conceição do Mato Dentro (FIGURA 17) está o povoado de Baú, ao nordeste do Parque Estadual da Serra do Intendente situado em área rural, no distrito de Itacolomi.

Acesso por estrada de terra em bom estado. Segundo o gestor do Parque Serra do Intendente, Marcos Alexandre dos Santos, há pouca interação dos residentes da comunidade com o PESI, não havendo pressões pelo uso do solo em relação aos Parques.

O povoado de Candeias (FIGURA 18) está localizado ao nordeste do PESI, situado em área rural ao distrito de Itacolomi, com acesso por estradas de terra, em bom estado de conservação. Possui 232 habitantes, número este que aumentou nos últimos anos pela chegada de novos moradores atraídos pela beleza do lugar. Segundo o Plano de Manejo do PESI, em entrevista feita com a líder comunitária Anelice Costa e Souza, que é presidente da Associação de Moradores de Candeias, houve um aumento visível nos últimos anos do número de sítios, habitados principalmente por recém aposentados, atraídos pela beleza cênica do lugar. Parcelamentos de solo irregulares foram registrados, devido a venda de lotes com menos de 3,0 hectares, definido pelo Plano Diretor como área mínima para parcelamento. Ainda segundo o Plano de Manejo, nesta localidade, ocorre uma atividade conflitante com o propósito da UC, que é a prática de fogo para a renovação de pastagem, onde os proprietários de cabeça de gado aproveitam o período de julho a novembro para levarem o gado para a área da Serra, dentro dos limites do PESI, para que o gado se alimente da rebrota.

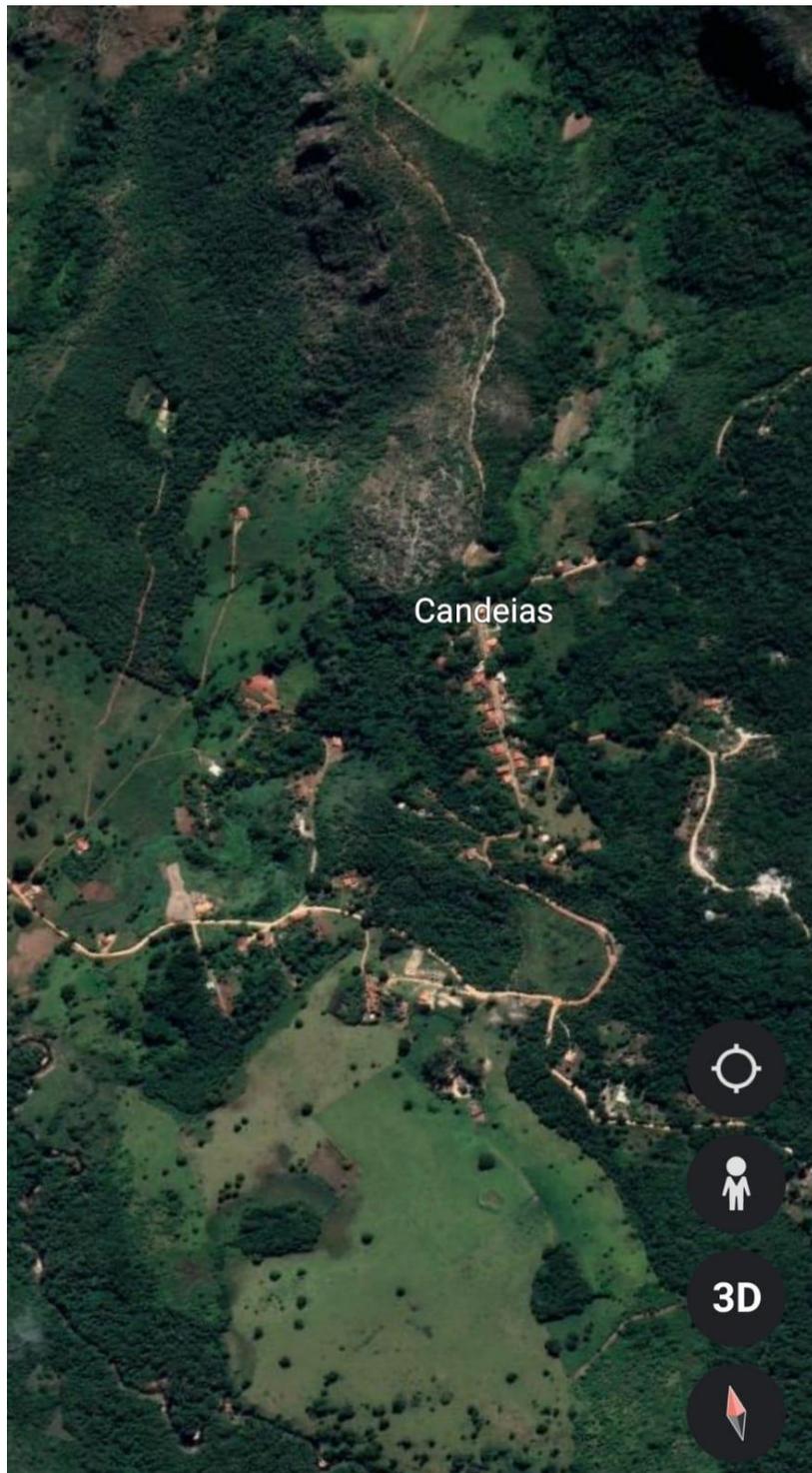
Candeias é uma comunidade quilombola, mas sem certificação da Fundação Cultural Palmares, mesmo assim a comunidade mantém as tradições, com a produção artesanal de farinha e artesanatos feitos com a palha da bananeira, como esteira, forro e balaio. Tradição esta que vem sendo praticada por cada vez menos pessoas. Uma parceria com as UCs, poderia ser de extrema importância para a valorização cultural dos moradores. Com o crescente aumento de turistas que visitam o PESI, os moradores de Candeias poderiam retirar uma renda extra da venda da sua produção artesanal o que valorizaria tanto a comunidade quanto a sua tradição e cultura, o que certamente influenciaria a continuação dessa pratica no povoado.

Figura 17 – Conceição do Mato Dentro



Fonte: Google Earth, 2022.

Figura 18 – Candeias

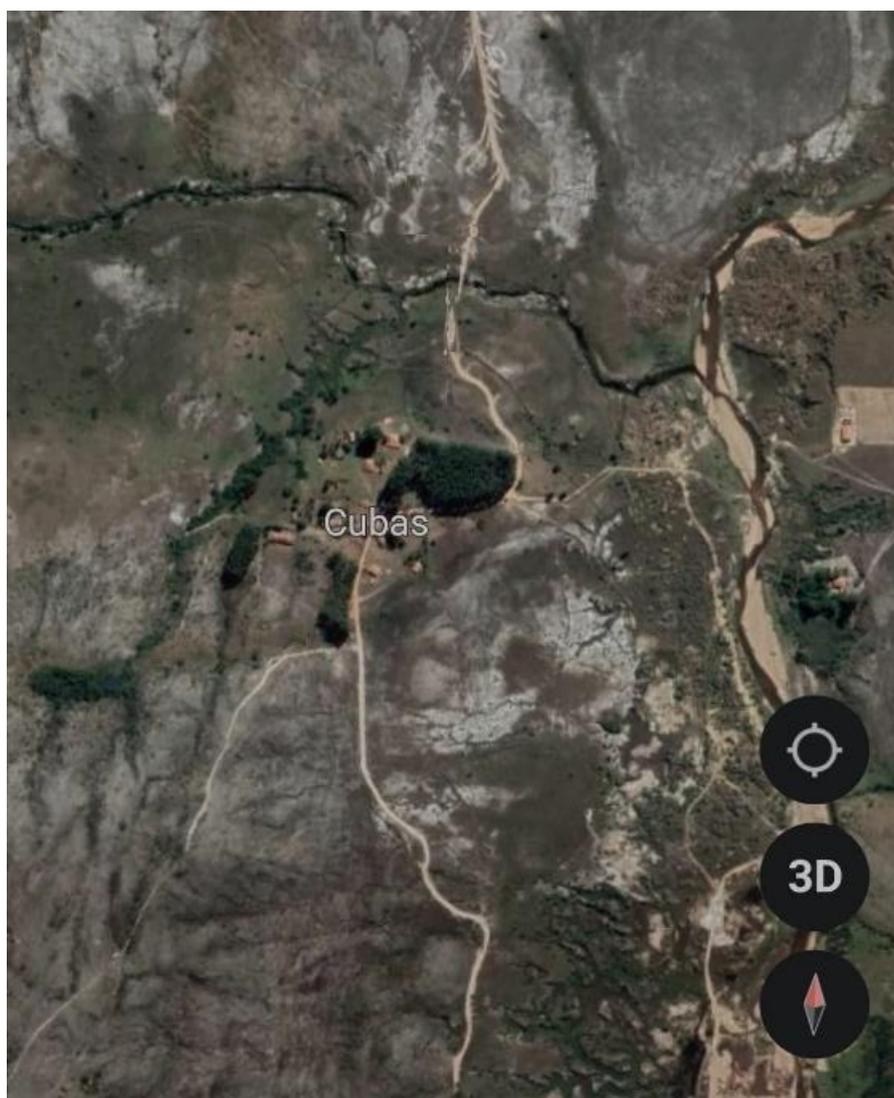


Fonte: Google Earth, 2022.

Cubas (FIGURA 19) é uma localidade situada a sudeste do PESI, dentro do distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, acesso com estradas em bom estado de conservação. Na localidade residem 15 famílias, com construção tradicional histórica, possivelmente feitas com técnica de pau a pique. A comunidade é certificada como quilombola pela Fundação

Cultural Palmares (FCP). A interação com a UC é mínima. Moradores pedem pela reabertura da estrada que liga Cubas a Tabuleiro, o que facilitaria o deslocamento dos moradores, porém segundo o gestor do PESI, caso a estrada seja reaberta os limites do Parque teriam que ser readequados, causando uma grande mudança devido a facilidade de acesso ao Parque.

**Figura 19 – Cubas**



Fonte: Google Earth, 2022.

Em Parauninha há cerca de 60 famílias, a localidade é toda em estrada de terra e é de lá que os visitantes acessam os atrativos do cânion do Peixe Tolo e da Cachoeira Rabo de Cavalo, localizado dentro do PESI. Nesta comunidade também é exercitada a prática de fogo para renovação da pastagem, atividade extremamente conflitante com o propósito da UC. Segundo o Plano de Manejo do PESI, a alegação dos moradores é que não houve a compra dessas terras ou qualquer tipo de indenização pelo Estado, sendo que essa prática cultural é necessária para a subsistência dos moradores. Outro conflito nesta localidade se refere a

possibilidade do adensamento habitacional consequência do aumento da especulação imobiliária, devido à proximidade com os atrativos bastante visitados do PESI. Consta no Plano de Manejo que nos últimos três anos houve um grande aumento de novos moradores vindos de outras regiões do estado de Minas Gerais e abertura de equipamentos turísticos, relato este do líder local.

Tabuleiro é um distrito de Conceição do Mato Dentro (FIGURA 20), sendo que o acesso se dá por estrada de terra. Apenas a região central possui ruas calçadas, as vias que levam até o Parque Natural Municipal do Tabuleiro são de estrada de terra. O distrito conta com 1.166 habitantes (IBGE, 2011, *apud* DETZEL, 2016, p. 196), “totalizando 480 domicílios, sendo 310 domicílios particulares permanentes, 96 não ocupados por uso ocasional, 70 vagos e quatro de uso coletivo”. Consta no Plano de Manejo do PESI, que há também na comunidade quatro pousadas ativas, duas pousadas em construção, oito bares, três mercearias, três restaurantes e um açougue. Apesar dos pequenos comércios, a maior fonte de renda dos habitantes vem da agricultura familiar, com a produção de farinha, rapadura, cachaça e outros produtos. Uma vez por mês é realizada uma feira, no campo de futebol da comunidade, para a venda dos itens produzidos pelos produtores locais, sendo os moradores a maioria do público, contando também com a visita de moradores de localidades próximas e turistas.

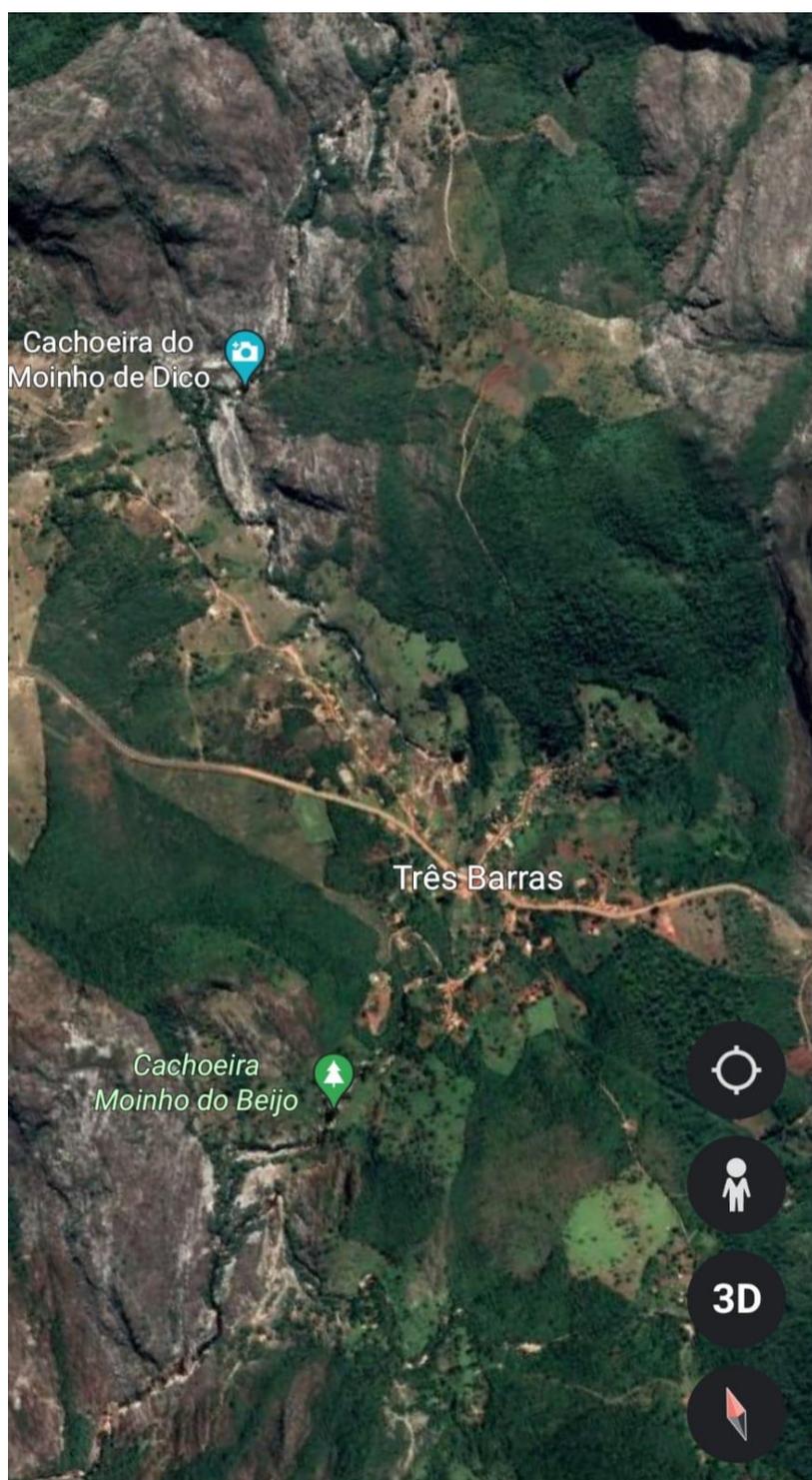
Três Barras (FIGURA 21), é uma localidade que teve sua certificação como comunidade quilombola, junto com Buraco e Cubas em 22 de dezembro de 2011, sob o número de processo FCP 01420.004988/2011-69. A comunidade está situada próxima a porção sudeste do PESI e está dentro do distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, existem aproximadamente 300 famílias morando na localidade, caracterizando-a como uma das maiores do entorno da UC. A base econômica do povoado são as pequenas culturas de subsistência, já que a maioria dos habitantes se desloca para trabalhar em Conceição do Mato Dentro, no empreendimento da Anglo American. Há pouca interação dos residentes de Três Barras com a UC. Há um número considerável de visitantes que passa pelo povoado para acessar a Cachoeira de Três Barras, um dos atrativos mais conhecidos da região, porém fora dos limites do PESI. Caso haja a reabertura da estrada que liga Cubas a Tabuleiro, haverá um grande impacto sentido pelo povoado de Três Barras, sendo que a estrada possibilita a facilidade de acesso.

Figura 20 – Tabuleiro do Mato Dentro



Fonte: Google Earth, 2022.

Figura 21 – Três Barras



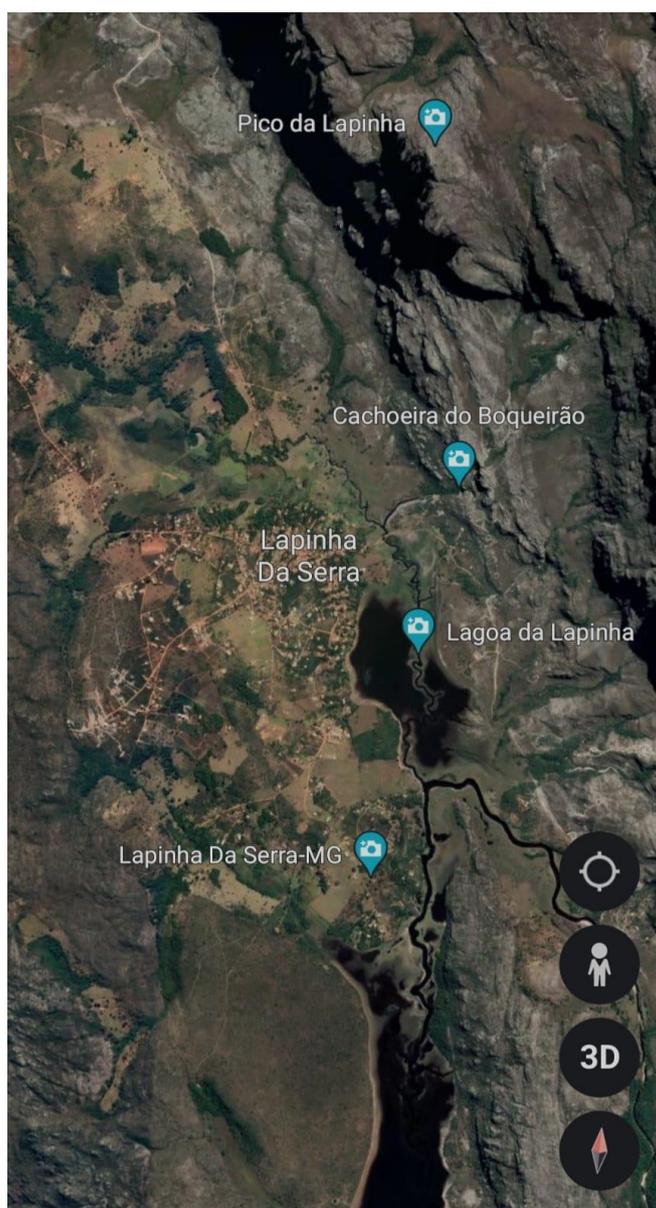
Fonte: Google Earth, 2022.

Campo Redondo está localizada ao sul do PESI e pertence ao distrito da Serra do Cipó, município de Santana do Riacho, o acesso é por estradas de terra em propriedades rurais em bom estado de conservação. Segundo o Plano de Manejo do PESI, existem 15 famílias na localidade, porém apenas oito residem permanentemente. O transporte é facilitado pela proximidade com a Rodovia MG-010, com duas paradas de ônibus na entrada

da localidade, uma de cada lado da rodovia. A principal fonte de renda de alguns moradores é o plantio de eucaliptos, essa prática é conflituosa com os propósitos da UC, pelo fato da localidade estar situada em uma área de amortecimento do PESI. Outro conflito identificado é a possibilidade de instalação de loteamentos, intensificando a concentração populacional nas áreas próximas da UC.

Lapinha da Serra (FIGURA 22), distrito que está a cerca de 27 Km do centro de Santana do Riacho, com as vias de acesso de estrada de terra em bom estado de conservação. De acordo com o censo do IBGE de 2010, residem 264 pessoas na localidade, em 183 domicílios particulares permanentes. Existem no povoado oito pousadas, quatro campings, e cerca de 20 estabelecimentos comerciais entre mercearias, bares e restaurantes, além dos comércios e meios de hospedagem informais praticados por alguns moradores. A base econômica do povoado está voltada para a atividade turística, contando com placas indicativas de hospedagens e de atrativos naturais da região. O município conta com a travessia Lapinha da Serra e Tabuleiro, onde a visitação atinge o número de 100 pessoas visitando nos feriados, isso implica em que nos pontos de pernoite desta travessia nem todos os pontos e paradas possuem banheiros e sistemas de esgotamento sanitários o que ameaça os recursos hídricos e fauna, inclusive a ictiofauna, possibilitando a contaminação dos rios através da disposição dos efluentes nos pontos de pernoite da Travessia Lapinha da Serra e Tabuleiro. A região ainda conta com turismo de aventura, com trilhas de longa duração, de mountain bike, rapel, escalada entre outros. Há na comunidade a Associação dos Moradores da Lapinha, que promove eventos relacionados ao calendário turístico, dentre eles eventos esportivos, festival de gastronomia típica da região, festa junina com produtos locais, entre outras atividades. Segundo o Plano de Manejo do PESI, a existência do Parque Estadual da Serra do Intendente, em geral, não é de conhecimento entre os moradores, posto que a população tem conhecimento apenas da existência do Parque Natural Municipal do Tabuleiro, devido a travessia. Visto que há uma preocupação destes moradores com a instalação de loteamentos, e com isso o receio pela descaracterização da paisagem e o modo de vida dos moradores tradicionais.

**Figura 22 – Lapinha da Serra**



Fonte: Google Earth, 2022.

Extrema é o povoado situado mais ao norte próximo ao PESI e pertence ao distrito sede de Congonhas do Norte, o acesso é por estrada de terra desde o centro de Congonhas do Norte, com um total de 420 pessoas no povoado. Consta no Plano de Manejo do PESI, que a economia do povoado é baseada na agricultura familiar de subsistência, onde a relatos de solta de gado na região para alimentação da rebrota da época de julho a novembro, gerando atividade conflitante com o propósito das UC. A única atividade do povoado relacionada aos Parques é a travessia de mountain bike realizada por alguns praticantes, que parte do povoado de Lapinha da Serra até o povoado de Extrema, atravessando parte das UCs.

O município de Conceição do Mato Dentro é beneficiado pela existência das UC, recebendo uma verba de ICMS ecológico, verba esta repassada pelo governo estadual para municípios com áreas protegidas em seu território. Além disso, é cobrada uma taxa de ingresso no PNMT, que é repassada para a Prefeitura Municipal.

### **Turismo no PESI e entorno**

De acordo com o Plano de Manejo do PESI, o perfil das pessoas que visitam o PESI é, em sua maior parte, composto por homens com idade entre 25 e 34 anos, vindos de Belo Horizonte, com nível superior. Deslocaram-se para o Parque por conta própria em veículo de passeio com amigos sem que nenhuma empresa organizasse a viagem. Ganha acima de dois mil reais por mês e visitam a Unidade de Conservação com frequência para lazer e praticar atividades como caminhadas em trilhas. Consideram o ambiente do Parque limpo, se sentem seguros visitando a Unidade e acham o acesso a UC bom. O atrativo que mais veio à mente para visitação   a Cachoeira do Tabuleiro. O ponto mais positivo da Unidade   a beleza natural e não indicam nenhum ponto negativo. Gostariam apenas que o Parque contasse com infraestrutura de banheiro e avaliaram com o grau máximo de satisfa o e experiência vivida no PESI, (FIGURA 23).

**Figura 23 - Atrativos turísticos do PESI e PNMT**

<b>Atrativos turísticos do PESI e PNMT</b>	
<b>Setores</b>	<b>Atrativos</b>
Setor Ribeirão do Campo	Poços e Cachoeiras do Ribeirão do Campo; Cachoeira da Escadinha; Cachoeira Andorinhas; Cachoeira do Tabuleiro por Cima; Cachoeira do Tabuleiro por Baixo; Mirantes Cachoeira do Tabuleiro; Mirante Alto da Cachoeira do Tabuleiro; Pintura Rupestre Sr. Z� da Olinta; Cruzeiro dos Tropeiros
Setor Cuba	Cachoeiras Rio Cuba
Setor Rio Preto	Cachoeira Congonhas; Cachoeira no interior do Cânion Rio Preto; Cachoeira Boqueirão Cânion Rio Preto; Caverna dos Lagartos; Caverna Gruta do Quinho; Cruzeiro; Estrada do Charco
Setor Rabo de Cavalo	Cachoeira Rabo de Cavalo; Cachoeira do Altar Mirante Tridente

Setor Peixe Tolo	Cachoeira da Bocaina; Cachoeira no Cnio do Peixe Tolo; Cachoeira do Vrtice Cnio Peixe Tolo
Setor Gurita	Cachoeira Gurita
Setor Roda	Cachoeira da Roda
Setor Roncador	Cachoeira Roncador I; Cachoeira Roncador II; Outras cachoeiras no Roncador; Cachoeira Prateleiras
Setor Sumitumba	Cachoeira Sumitumba (2 queda); Cachoeira Sumitumba (1 queda); Caverna Furo dos Andorinhes

Fonte: Detzel, 2016, p. 694.

**Figura 24 - Cachoeira do Tabuleiro**

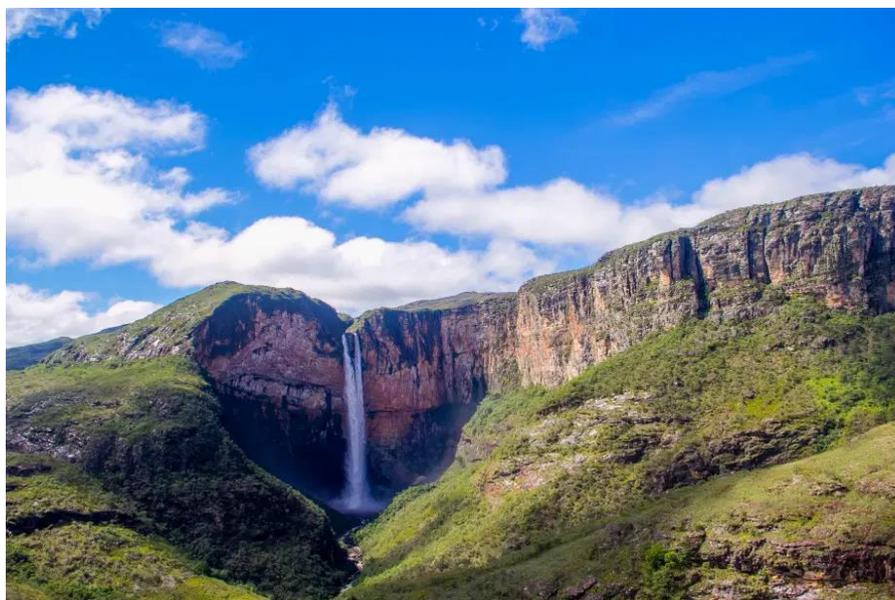


Foto: Marcelo Andre/Dedoc Abril, 2017<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Disponvel em: <https://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/cachoeira-do-tabuleiro/>

**Figura 25 - Cachoeira do Rabo de Cavalo**



Foto: Tripadvisor, América do Sul | Brasil | Minas Gerais (MG) | Conceição do Mato Dentro | O que fazer em Conceição do Mato Dentro | Cachoeira Rabo de Cavalo, 2021<sup>5</sup>.

### **Acerca da Regularização Fundiária e ocupação territorial na região do PESI**

Segundo SNUC, as áreas situadas dentro dos limites do Parque devem ser desapropriadas, ou seja, não pode haver pessoas residindo dentro da área do Parque. No entanto, o que se observa que esta não é a realidade encontrada no Parque Serra do Intendente e Parque Natural Municipal do Tabuleiro.

As UC não tiveram suas terras desapropriadas, ou seja, a área das UCs é composta por propriedades e posses particulares. Segundo o Plano de Manejo do PESI, em 2013 foi iniciado um processo de levantamento das propriedades e posses particulares, feito pelos próprios funcionários do PESI. Em uma primeira fase do levantamento foram registradas 64 propriedades e, em segundo momento, foram levantadas mais 20 propriedades, totalizando 84. Porém sabe-se que, pelo menos, 10 não foram registradas, totalizando entre 90 e 100 propriedades particulares dentro dos limites do PESI. No levantamento feito pelo PESI foi constatado que a maioria das propriedades são de posse particular, não possuindo documentação completa exigida, além de algumas terras devolutas. Apenas seis propriedades possuem a matrícula regularizada. Assim para que as terras do PESI e do PNMT sejam

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/Attraction\\_Review-g2577883-d8377122-Reviews-Cachoeira\\_Rabo\\_de\\_Cavalo-Conceicao\\_do\\_Mato\\_Dentro\\_State\\_of\\_Minus\\_Gerais.html](https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2577883-d8377122-Reviews-Cachoeira_Rabo_de_Cavalo-Conceicao_do_Mato_Dentro_State_of_Minus_Gerais.html)

devidamente regularizadas, é preciso que o Estado realize a compra das propriedades e posses rurais particulares.

No entorno da UC, onde se localiza a área de amortecimento, tem-se a Área Especial de Uso Controlado, definida segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento do município de Conceição do Mato Dentro, possuindo características específicas que necessitam de diretrizes mais restritivas para o ordenamento do território, dentre elas ordenar o parcelamento do solo existente e criar mecanismos de regulação para as áreas de ocupação consolidadas e em consolidação; e intensificar a fiscalização para garantir a proteção ambiental e controle do parcelamento do solo. Outra restrição a ser imposta é a instauração da Zona de Uso Controlado, prevista no novo Plano Diretor de Conceição do Mato Dentro, que fica entre o PESI e a Serra do Ouro Fino. Segundo o Plano de Manejo do PESI, nesta zona, há maior controle quanto ao parcelamento do solo e a venda de propriedades, que é somente permitida para áreas acima de três hectares, de acordo com a legislação federal, considerando a fração mínima de parcelamento rural, imposição que não está sendo completamente respeitada, de acordo com o gestor do PESI.

Foi com a crescente especulação imobiliária em 2006 em torno da Cachoeira Rabo de Cavalo e cânion do Peixe Tolo que se intensificaram a aquisição e invasão naquela região, o que levou a criação do Parque Natural Serra do Intendente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT), com o intuito de garantir a conservação e proteção ambiental dos patrimônios naturais daquela região. Várias localidades do entorno tiveram um aumento significativo da especulação imobiliária, como o Loteamento Bela vista, com implantação em Lapinha da Serra, em Santana do Riacho, com a construção de loteamentos e casas de veraneio; em Parauninha, com a possibilidade de adensamento habitacional entre outros. Outro problema que a especulação imobiliária pode vir a causar é a destruição do habitat por queimadas de animais como o Lenheiro-da-serra-do-cipó *Asthenes luiszgae* (Furnariidae) e da *Cheflera Schefflera glaziovii* (Taub.) Frodin e Fiaschi, espécie arbustiva localizada nos campos Rupestres da região da Serra do Cipó. Com o desmatamento da mata ciliar, o assoreamento e o despejo in natura de esgoto doméstico, observa-se por exemplo que o Ribeirão do Campo e pequenos afluentes, logo após o PESI, recebem esgoto de casas do distrito de Tabuleiro, e que com os anos pode agravar devido a especulação imobiliária e aumento de moradores e sitiantes no entorno dos parques.

## **Parque Estadual de Biribiri**

A partir da década de 1870, a indústria teve um grande crescimento no município de Diamantina, com fabricas de tecido que foram responsáveis pelo quinhão mais dinâmico e próspero da região no entorno de Diamantina. Em 1908, havia a fábrica do Biribiri, com tinturaria com menos de cem teares. Segundo o Plano de Manejo do PEBI, a fábrica contava com 140 operários, e um capital de 600 contos de réis. Sendo a fábrica, juntamente com a Vila do Biribiri, criada pelo bispo D. João Antônio dos Santos, em 1876, esta apresentava também estrutura para a fundição de bronze e ferro. A fábrica funcionou até 1973, quando foi desativada. Pertencia, até recentemente, à família Mascarenhas, tendo sido adquirida na década de 60 do século XX. O nome Parque Estadual do Biribiri, se originou do imóvel denominado Fazenda Biribiri. Biri em tupy guarani significa “buraco” (STCP Engenharia, 2004b, p.26).

Com o objetivo de preservar uma área com amostras representativas do ecossistema regional, o IEF, através do escritório Regional Alto do Jequitinhonha, vislumbrou a possibilidade de criação de uma área protegida em Diamantina, na área denominada Biribiri. Consta no Plano de Manejo do PEBI, que após reuniões com os representantes do Poder Executivo Municipal, consultas junto aos proprietários das áreas e representantes da comunidade local, foi delineado um perímetro para a suposta UC, na categoria Parque. O Parque Estadual do Biribiri (PEBI) foi criado pelo Decreto Estadual nº39.909, de 22 de setembro de 1998, com área oficial de 16.998,66 hectares. De acordo com o Plano de Manejo do PEBI, a criação desse Parque atende a uma aspiração antiga da comunidade local e regional, cobrando atitudes da sociedade em prol da preservação do acervo natural e cultural da área. Situado na região do Alto do Vale do Rio Jequitinhonha, o Complexo da Serra do Espinhaço, está na parte sudeste do município de Diamantina, fazendo limites com a sede municipal, (FIGURA 26).

Todas as informações a seguir foram retiradas do Plano de Manejo do Parque Estadual do Biribiri, assim como, a impossibilidade de que as informações fossem atualizadas em pesquisa de campo diante da pandemia da COVID-19. Ainda assim, entendemos a importância de relacionar tais informações, incluindo as imagens de satélite das comunidades do entorno, podem servir como referências em pesquisas futuras relacionadas.

**Figura 26 - Síntese Aspectos Gerais do Parque Estadual do Biribiri**

<b>Síntese Aspectos Gerais do Parque Estadual do Biribiri</b>	
<b>Unidade de conservação</b>	Parque Estadual do Biribiri
<b>Decreto de criação</b>	Decreto de lei nº 39.909, de 22 de setembro de 1998
<b>Área da UC</b>	16.998,66 hectares
<b>Municípios abrangidos</b>	Diamantina
<b>Comunidades do entorno</b>	Pinheiros e Maria Nunes
<b>Relevância da UC</b>	Com finalidade de proteger a fauna e a flora, as nascentes dos rios e córregos da região, além de criar condições ao desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos e alternativas de uso racional dos recursos naturais, como o ecoturismo

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

O acesso ao Parque é facilitado pelo grande número de estradas secundárias existentes, algumas em estado precário de conservação. O principal acesso ocorre por estrada, que corta o Parque no sentido Sudoeste/Oeste, utilizada como acesso principal à comunidade de Pinheiros e a Vila do Biribiri, localizadas em seu entorno direto, sendo utilizada também para o acesso as regiões Norte e Noroeste do Parque. De acordo com o Plano de Manejo do PEBI (2004), na Zona de Amortecimento estão localizadas as comunidades de Pinheiros e Maria Nunes com as principais atividades nestas comunidades do entorno sendo: pecuária, agricultura, extrativismo mineral e vegetal.

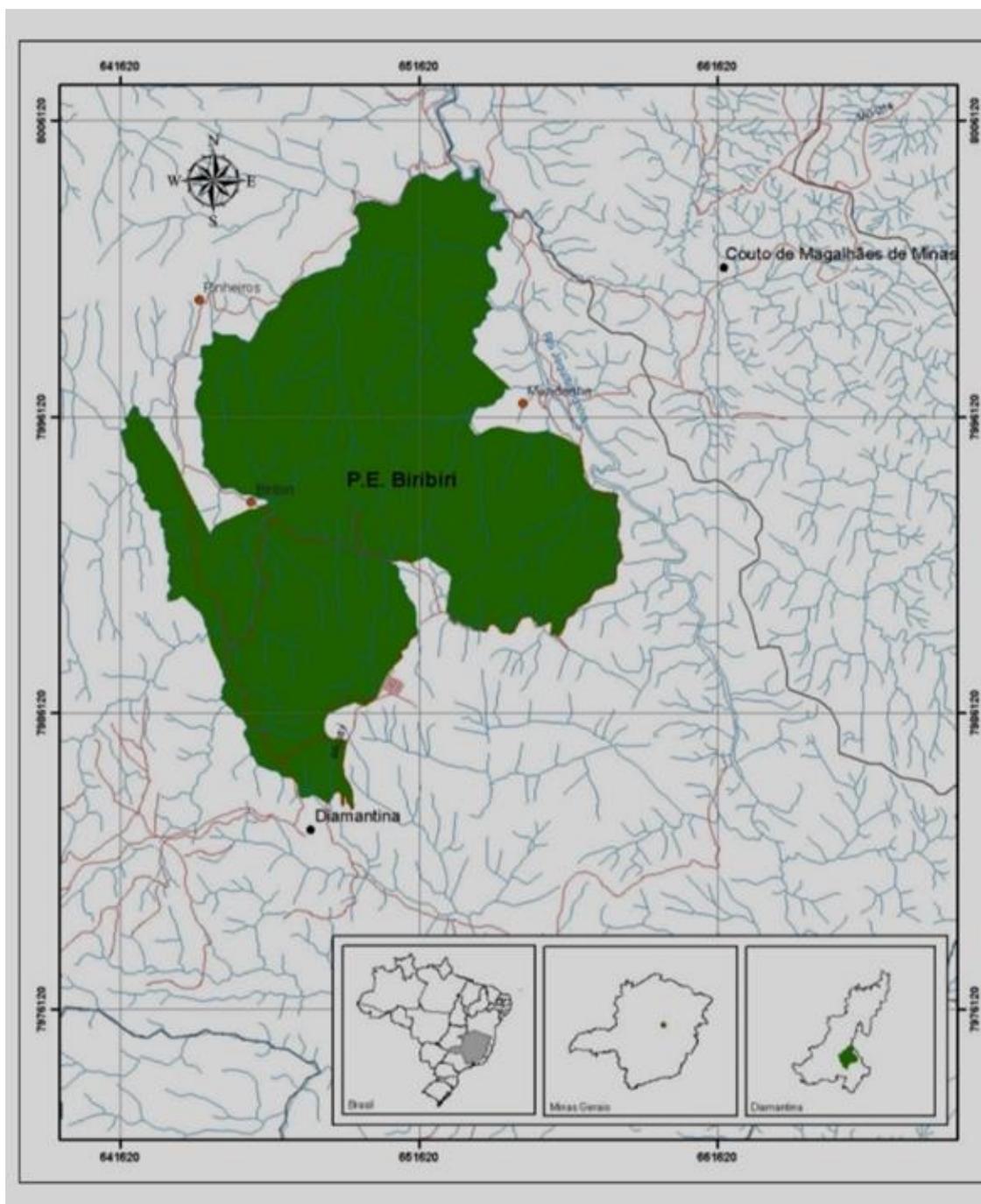
O Parque Estadual do Biribiri se justifica como unidade de conservação de Proteção Integral, por apresentar remanescentes da vegetação do Cerrado, possuir diversas nascentes (córregos: Messias, Barris, dos Cristais, Carrapato, Carrapatinho, entre outros), grande beleza cênica, atrativos turísticos (cachoeiras da Sentinela, dos Cristais e do Barris) e patrimônios arqueológico (pintura rupestre) e histórico-cultural (Caminho dos Escravos) (STCP Engenharia, 2004b, p.26, p.9.)

A região do Parque Estadual do Biribiri apresentava uma série de ameaças que punham em risco a manutenção da paisagem e a conservação da biodiversidade do Parque, já segundo o Plano de Manejo do PEBI, vários usos conflitantes foram diagnosticados no levantamento de campo realizado no PEBI, como por exemplo, ocupação e residência de terceiros, criação de animais domésticos, garimpagem manual, estradas com grande fluxo de veículos, extração de areia para construção civil, extração seletiva de espécies vegetais nativas, represamento de córrego, criação de animais domésticos, entre outros, todos em desacordo à legislação brasileira vigente para a Unidade de Conservação de Proteção Integral, referenciada pelo SNUC (Brasil, 2000), categoria de Parque.

Segundo BIODIVERSITAS (1998, *apud* STCP Engenharia, 2004b, p. 9), a Serra do Espinhaço foi classificada como de “Importância Biológica Especial. Esta classificação se justifica por ser uma área com ocorrência de espécies restritas à área e/ou ambientes únicos no Estado”. Além de abrigar as nascentes de rios que drenam para diferentes bacias, constitui uma área ímpar em relação à formação geológica e florística. Apresenta alto grau de endemismo vegetal e de vertebrados, nela se concentram 80% das espécies de sempre-vivas no país e abriga ainda, 40% das espécies de plantas ameaçadas de extinção. As recomendações para a Serra do Espinhaço são: a criação de áreas protegidas, a implementação das UC existentes e o incentivo à criação de RPPN.

Excepcionalmente não foram analisados os distritos do entorno do PEBI devido a diversas informações divergentes e desatualizadas, assim como inconstâncias no Plano de Manejo publicado em 2004.

Figura 27 - Localização do PEB



Fonte: STCP Engenharia, 2004b, p.8.

### Turismo no PEBI e entorno

Consta no Plano de Manejo do PEBI, que a partir de entrevistas feita com instituições visitadas obteve-se que o motivo de criação do Parque estava muito claro: a preservação do meio ambiente e o incremento ao desenvolvimento do turismo já existente. As belezas naturais do Parque foram ressaltadas e também são entendidas como justificativa para a

criação da Unidade. Porém a opinião de outros entrevistados divergiu desse tipo de resposta, salientando a decisão política (e não de preservação ambiental) que beneficia a Estamparia S/A, ou mesmo que não seria este tipo de Unidade (Área de Proteção Ambiental ao invés de Parque) a mais apropriada para o local. Muitos criticaram a forma como a UC foi estabelecida, sem a participação da população na decisão, sendo que um dos entrevistados evidenciou que deveria ser realizada uma Oficina (como a que ocorreu em Diamantina, antecedendo os trabalhos de pesquisa de campo) antes da criação do Parque, para decidir sobre sua viabilidade. Apesar das opiniões divergentes, estes entrevistados também teceram comentários sobre a beleza do Parque. A dotação de infraestrutura e a efetiva implantação do Parque gera muitas expectativas. Essas expectativas se manifestam basicamente, no que diz respeito aos entrevistados institucionais, em três vertentes: as questões relacionadas ao desenvolvimento econômico das comunidades e do município (turismo e criação de empregos diretos e indiretos), as relativas aos usos atuais que os moradores ou outras pessoas realizam na área do Parque e a situação fundiária das famílias residentes.

Segundo o Plano de Manejo do PEBI, o turismo era uma possibilidade concreta de desenvolvimento econômico, e Diamantina já é um destino turístico, em função do seu rico patrimônio arquitetônico e histórico e cultural. Portanto, ainda que os benefícios do turismo para o desenvolvimento econômico sejam inegáveis, a discussão também deveria englobar questões relativas à eficácia ou não dessa atividade para a população de baixa-renda. No documento consta que um dos entrevistados declara que o Parque “foi criado só para ajudar o turismo, traz vantagens para os comerciantes e donos de pousada. Tira a sobrevivência dos trabalhadores rurais, para o trabalhador rural não sobra nada”. Outra declaração semelhante de um dos entrevistados: “o turismo vai trazer benefícios para poucas pessoas” (STCP Engenharia, 2004b, p.81).

As atividades relacionadas ao turismo nas comunidades do entorno do Parque deveriam ser centralizadas em Programas com a participação de diversas instituições que já atuam na área (Prefeitura Municipal, EMATER, Fundo Cristão, UFVJM, Biotrópicos, por exemplo) para que os benefícios fossem realmente percebidos pelos moradores destas comunidades e o reflexo do turismo na região não se restringisse à criação de subempregos.

Mencionou-se no Plano de Manejo, a ocorrência de alguns trabalhos pontuais (como a fruticultura em Maria Nunes, a fabricação de doces em Mendanha e o artesanato em comunidades um pouco mais distantes) que, se bem direcionadas e organizadas, poderiam trazer bons resultados.

A região de Diamantina, em que se insere o Parque Estadual do Biribiri contava com uma boa oferta de meios de hospedagem e alimentação. A distribuição dos equipamentos, no entanto, não se dá por igual, verificando-se uma concentração dos mesmos na sede de Diamantina. Segundo o Plano de Manejo do PEBI, o que constava são os serviços de agenciamento e outros serviços turísticos, há uma carência de serviços especializados sobretudo para os segmentos do ecoturismo e do turismo de aventura, ainda que estes venham crescendo na região. Além de guias capacitados e aptos a interpretar o patrimônio natural e cultural da região, este tipo de atividade dependeria de equipamentos específicos. O envolvimento das comunidades locais também era considerado incipiente, ao contrário do que acontece com bares, restaurantes e pousadas, cujos proprietários eram (na ocasião da elaboração do Plano de Manejo), na maioria, do próprio local. O Plano de Manejo verificou um interesse por parte da população local em participar mais ativamente do turismo, mas até aquele momento foram poucas as iniciativas concretas neste sentido.

Ainda segundo o Plano de Manejo do BEBI, devido ao aumento do fluxo de turistas, a diversificação dos atrativos que se pretendia introduzir na região e a sua integração a roteiros inter-regionais como a Estrada Real deveria trazer mudanças profundas à oferta de serviços e equipamentos turísticos. Estas mudanças deveriam ter uma influência decisiva sobre o uso público no Parque Estadual do Biribiri e em sua área de influência, na medida em que o turista entende que os empreendimentos receptivos, mesmo que atuando individualmente, poderiam influenciar a sua experiência em determinado lugar, afetando inclusive sua percepção dos próprios atrativos e do destino como um todo. Da mesma forma, a efetiva implantação do Parque traria uma série de oportunidades, que uma vez bem encaminhadas e aproveitadas, poderiam favorecer a integração da comunidade na atividade turística e reverter benefícios à mesma. As oportunidades de envolvimento das comunidades locais seriam nos serviços de agenciamento e outros serviços turísticos, para os quais verificou-se uma carência de serviços especializados sobretudo para os segmentos do ecoturismo e do turismo de aventura.

O Parque Estadual do Biribiri não possui infraestrutura de apoio à visitação ou qualquer outra atividade de manejo, porém sua área recebia regularmente visitantes, que buscavam atrativos como as cachoeiras da Sentinela e dos Cristais, o Caminho dos Escravos, a Barragem de Biribiri, as trilhas das cachoeiras, pinturas rupestres dentre outros. Estes locais não possuem infraestrutura de apoio à visitação, o que por vezes ocasionaria impactos ambientais negativos, em função do excesso de visitantes, e de problemas como o acúmulo de lixo. Ainda de acordo com o documento, em função da intensa visitação das cachoeiras e

da vila do Biribiri, bem como pela presença da estrada de ligação entre Diamantina e Pinheiros, o atual índice de atropelamentos de animais silvestres no Parque era bastante relevante. Acrescenta-se a isso, ainda, a presença da rodovia federal às margens da unidade, a qual acarreta também um alto índice de tais atropelamentos.

Segundo o Plano de Manejo do PEBI, de acordo com informações obtidas na Secretaria Municipal de Cultura, e junto a operadores de receptivo, a grande maioria dos visitantes (80%) era proveniente em particular de Belo Horizonte, através de operadoras como a CVC.

**Figura 28 – Cachoeira da Sentinela**



Fonte: Tripadvisor, América do Sul | Brasil | Minas Gerais (MG) | Diamantina | O que fazer em Diamantina | Parque Estadual do Biribiri, 2021<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303380-d4475315-i152148092-Parque\\_Estadual\\_do\\_Biribiri-Diamantina\\_State\\_of\\_Minas\\_Gerais.html](https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303380-d4475315-i152148092-Parque_Estadual_do_Biribiri-Diamantina_State_of_Minas_Gerais.html)

**Figura 29 – Cachoeira dos Cristais**



Fonte: Elvira Nascimento (Conheça Minas), 20187.

O Programa de Uso Público do Parque Estadual do Biribiri tinha como objetivo a criação de condições adequadas para a visitação e interpretação ambiental dos atrativos do Parque, além de promover a recuperação ambiental e o controle do acesso e atividades na área, fazendo, desta forma, valer os objetivos de conservação da unidade, valorizando a experiência dos visitantes e compatibilizando visitação e conservação.

Segundo o Plano de Manejo do PEBI, o Parque permitia ao turista o contato com antigas áreas de garimpos de diamantes; percorrer caminhos centenários construídos e utilizados por escravos; conhecer e vivenciar uma vila centenária que se desenvolveu a partir de uma fábrica de tecelagem; conhecer pinturas rupestres; cachoeiras; contemplar paisagens; e conhecer espécies vegetais trazidas pelos portugueses e que hoje fazem parte da cultura local como “ora-pro-nóbis”.

Assim, de acordo com o Plano de Manejo do PEBI, o programa de uso público teria como objetivo propiciar ao turista vivenciar a “História do Brasil associada à Exploração do Diamante”, com propostas de implantar o Subprograma de Recreação e Interpretação Ambiental e o Subprograma de Educação Ambiental, a partir do Programa de Uso Público; preparar calendários de eventos contendo atividades recreacionais, exposições, palestras e feiras; e, agendar atendimento de grupos específicos e do público em geral.

A Vila do Biribiri (FIGURA 30), pertence à Estamparia e é formada por 35 residências (considerando casas, depósito, pensionato, a antiga fábrica e refeitório), dois

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.conhecaminas.com/2016/05/cachoeira-dos-cristais-diamantina.html>

funcionários residem na Vila, acompanhados de suas famílias. Na ocasião da elaboração do Plano de Manejo (2004), havia dois pequenos comércios, para o atendimento ao turista. A Vila é atração turística pela sua beleza cênica e história e as casas desocupadas são alugadas para turistas. É destino de ecoturismo, sendo que lá poderiam ser praticadas várias modalidades, como por exemplo caminhada, rapel, entre outras. A Vila do Biribiri é composta pela antiga fábrica, igreja barroca, refeitório e as casas formando um conjunto arquitetônico construído no final do século XIX e que documenta, uma fase do desenvolvimento do estado de Minas Gerais, caracterizada pela indústria têxtil. Esse patrimônio histórico, é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA).

**Figura 30 – Vila de Biribiri**



Fonte: STCP Engenharia, 2004b, p.79

### **Acerca da Regularização Fundiária e ocupação territorial na região do PEBI**

De acordo com o Plano de Manejo do PEBI (STPC, 2004b), os dados referentes a condição legal das terras nos municípios da área de influência do Parque, 96,76% são proprietários da terra, 0,97% são arrendatários, 2% parceiros e 0,27% ocupantes. A atividade econômica predominante era a produção mista (lavoura e pecuária), atividade que envolve 38,59% das terras, observa-se, com 27,88% a presença da pecuária, sucedida da lavoura temporária, com 13,07%. “Segundo dados do IBGE, no que diz respeito a lavoura temporária, nos municípios da área de influência do Parque ocorre os cultivos de abacaxi, alho, arroz em casca, cana-de-açúcar, feijão em grão, mandioca, milho em grão e tomate” (STCP Engenharia, 2004b, p.69).

A base econômica da população rural dos municípios localizados na área de influência do Parque era a agropecuária e o extrativismo, compondo um mosaico de

atividades, que agrupadas seriam responsáveis pela sobrevivência das comunidades gerando renda ou o produto para consumo familiar. As duas atividades ganhavam dimensões históricas, culturais e sociais na medida em que estabeleciam as relações entre as famílias e as comunidades, e eram capazes de reproduzir o modo de vida dessa população, com seus usos e costumes. Portanto, o uso naquela época dos recursos naturais (lenha, sempre-vivas, etc.) resultava na possibilidade de conflito em relação à gestão do Parque. Segundo o Plano de Manejo do PEBI, além de alguns moradores do Parque, famílias inteiras, residentes no entorno da UC e em muitos bairros de Diamantina, coletavam sempre-viva no Parque e dependiam dessa atividade para sobrevivência.

A extração mineral também se apresentava como possibilidade de conflito, pois era responsável diretamente pelo sustento de muitas famílias. Grande parte dos moradores das comunidades do entorno (Mendanha, Maria Nunes e Pinheiros) dependiam da mineração. A situação mais complexa era dos areiros que realizavam suas atividades na área do Parque e alegavam que não havia outras áreas para a extração desse material, a não ser a localidade de Sopa, que se encontra na área de entorno da AP.

Dos municípios que integram a área de influência do Parque, cerca de 85,76% da população situava-se na zona urbana, e 14,24% residia na zona rural. De acordo com o Plano de Manejo do PEBI, em pesquisa de campo realizada junto às comunidades do entorno do Parque, verificou-se a incorporação da migração temporária, relacionada a sazonalidade das safras das lavouras temporárias recém citadas no local de origem dos migrantes, estratégia seguida por muitas famílias. Além da forte associação com a economia da região, outro fator que contribuía para a migração é o uso e ocupação do solo, cultural e historicamente.

Na região, a grande maioria das comunidades possuía um núcleo/aglomerado definido, sendo que dentre os moradores entrevistados, por ocasião da elaboração do plano de manejo, havia um sentido de “pertencimento” a esta ou aquela comunidade. No que se refere ao caráter econômico, não havia uma atividade principal. O que se percebia era uma composição de fatores, que combinados, permitiam a sobrevivência das famílias: agricultura de subsistência, venda de excedentes, extrativismo vegetal e mineral, programas do governo e aposentadorias e essa parece ser uma realidade regional.

Existia uma série de posseiros dentro dos seus limites. Coletores de flores; garimpeiros e areiros retiravam seu sustento através da extração dos recursos naturais do Parque. Fazendeiros usavam do pasto no interior do Parque para suprir as deficiências de suas pastagens. Muitos sugeriram que a tendência de algumas famílias que residiam no Parque era devido a mudança para os bairros mais periféricos de Diamantina. A maioria dos

moradores ou daqueles que não residiam mais possuíam terras na área do Parque declarou que soube da criação do Parque através de boatos que circulavam na cidade (STCP Engenharia, 2004b, p.147).

Uma vantagem que o Parque poderia trazer, segundo os moradores do entorno, eram os empregos diretos, com a possibilidade de trabalho que o Parque iria gerar. Por outro lado, a principal expectativa era sobre a situação fundiária, apontada como o principal problema que o Parque trazia para as famílias. Segundo o Plano de Manejo do PEPI, ninguém sabia precisar quais seriam as atitudes que a futura gestão do Parque deveria tomar em relação a este segmento da população. Porém, a expectativa de todos era a negociação. Muitos citavam indenização para aqueles que residiam no Parque, e que efetivamente dependiam da área para sustento, e que queriam ser realocados (ou seja, receber outra propriedade como indenização) (STCP Engenharia, 2004b).

Consta ainda no Plano de Manejo do PEPI (2004), que em relação aos usos conflitantes desenvolvidos no Parque, a extração mineral (areia) e vegetal, assim como vários entrevistados das instituições reforçavam a ideia de continuidade do uso dos recursos do Parque pela população das comunidades do entorno, e propunham um uso regulado, normatizado. A restrição no entorno e a proibição do uso dos recursos naturais na área do Parque poderia resultar em situações conflitivas entre gestão e a população. O uso, ainda que em muitos casos fosse degradante para o meio ambiente, era fruto de um costume cultural e o objetivo era a sobrevivência.

O PEPI estava repleto de pressões antrópicas, que deveriam ser resolvidas de forma definitiva e imediata. Assim, os fazendeiros com áreas de criação de gado, localizadas dentro do Parque, deveriam ser desapropriados, sendo retirados os animais do local, com recuperação das áreas. Atividades minerárias, tais como a extração de ouro, diamante ou areia, também incompatíveis com o objetivo de manejo do Parque, deveriam ser proibidas. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) deveria ser notificado da existência e localização exata do Parque, para que não concedessem mais Alvarás de Pesquisa ou emitissem Decretos de Lavra. Sitiantes com casas dentro dos limites do Parque deveriam ser indenizados, caso possuísem título de propriedade, ou posse aquisitiva.

### **Parque Estadual do Pico do Itambé**

De acordo com o Plano de Manejo do PEPI (STCP, 2004c), no século XVIII, a atividade econômica central da região da bacia do Rio Jequitinhonha era a mineração, com algumas atividades de apoio e subsistência, como a agropecuária e produção têxtil. Vários

eram os centros mineradores na região do Distrito Diamantino. A região do atual município de Santo Antônio do Itambé foi importante centro de mineração, sendo distrito de Serro que se emancipou em 1841. Além das ricas jazidas de diamantes existentes na região, sua importância se deu também em virtude da localização do Pico do Itambé, valioso ponto de referência dos primeiros desbravadores, em virtude de sua magnitude e de várias nascentes de rios.

Ainda de acordo com o documento, o IEF, juntamente com o poder executivo e legislativo do estado foram responsáveis pela criação do Parque Estadual do Pico do Itambé, atendendo assim a antigos anseios da população dos municípios abrangidos pela Unidade. O Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI), foi criado através do Decreto no 39.398, em 21 de janeiro de 1998, com o objetivo de proteger as riquezas naturais em seu domínio e desenvolver o turismo sustentável na região, (FIGURA 33).

**Figura 31 - Síntese Aspectos Gerais do Parque Estadual do Pico do Itambé**

<b>Síntese Aspectos Gerais do Parque Estadual do Pico do Itambé</b>	
<b>Unidade de conservação</b>	Parque Estadual Parque Estadual do Pico do Itambé
<b>Decreto de criação</b>	Decreto de lei nº 39.398, de 21 de janeiro de 1998; Decreto nº44.176 de 20 de dezembro de 2005
<b>Área da UC</b>	4.696 hectares, para 6.520 hectares
<b>Municípios abrangidos</b>	Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Serro
<b>Comunidades do entorno</b>	Capivari, Gameleira e Tamanduá
<b>Relevância da UC</b>	Objetivo de proteger as riquezas naturais em seu domínio e desenvolver o turismo sustentável na região

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Diferentemente dos tradicionais decretos de criação de UC, em que constava o memorial descritivo da área objeto da criação, o art. 2º diz apenas que “a área destinada ao parque a que se refere o artigo anterior, no Pico Itambé, é de aproximadamente quatro mil e setecentos hectares (4.700 ha) localizada dentro do seguinte perímetro”. Assim, o decreto não descreve uma localização específica para a AP, mas um perímetro, composto por 5 coordenadas, onde estaria inserido o Parque, ou seja, poderia estar em qualquer parte, dentro deste perímetro. Cabe destacar que houve um Decreto posterior a este, aumentando a área do Parque, o Decreto nº44.176 de 20 de dezembro de 2005, que tratou que o PEPI passou a contar com uma área de 6.520 hectares.

O acesso ao Parque é dificultado pela precariedade das vias, já que muitas se encontram mal conservadas. Dois acessos principais podem ser identificados, sendo um pela

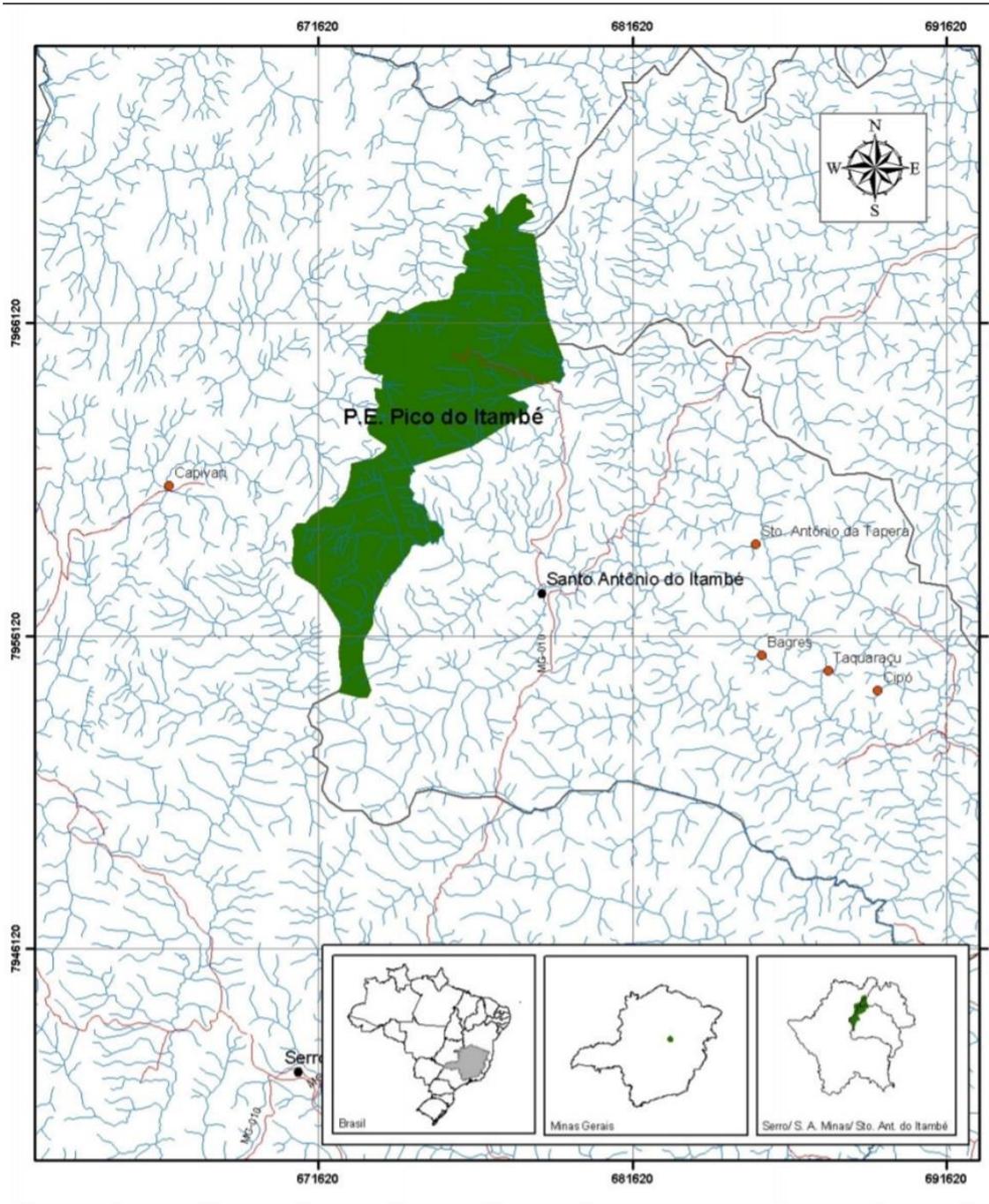
localidade de Capivari, que se encontra no sopé do Pico, à oeste, no município de Serro; e outro pelo município de Santo Antônio do Itambé, a sudeste do Pico.

Na região do Parque a maior parte da população trabalhava com agricultura e pecuária, entretanto esta é uma região muito limitada pelas condições de solo e relevo, e verificou-se um baixo nível de desenvolvimento tecnológico, o que resultava em baixos níveis produtivos. Através de entrevistas realizadas com moradores no entorno do PEPI, na ocasião da elaboração do Plano de Manejo (2004) constatou-se que a colheita era basicamente para consumo, como por exemplo na comunidade de Gameleira, onde a plantação de mandioca, milho e feijão era destinada para consumo próprio e poucas pessoas faziam farinha suficiente para abastecer a família e vender o excedente. Ainda nessa comunidade, a atividade pecuária era incipiente, sendo que por volta de 20 famílias possuíam entre 1 ou 2 cabeças de gado, para produção de leite para consumo próprio.

Este histórico de ocupação e as tradições extrativistas, se refletiam na região do PEPI e entorno, na ocasião de elaboração do Plano de Manejo. A degradação ambiental verificada dentro do Parque e no entorno eram, então, um problema de cunho cultural, haja visto que a forma de ocupação e uso do solo ocorreu de forma semelhante a épocas passadas.

De acordo com o Plano de Manejo do PEPI (2004), o extrativismo era uma atividade econômica que representava a complementação de renda das famílias do entorno do Parque, o garimpo e a lavra de ouro eram algumas das formas de extrativismo que gerava implicações negativas para o Parque. Outra atividade extrativista que ocorria em todas as comunidades do entorno era a retirada de lenha. O uso indevido e constante das trilhas na região, para a retirada de recursos naturais ou para a prática de turismo de forma desorganizada, pressionava o ambiente. O patrimônio histórico da região vinha sendo depredado, as trilhas sofriam com a erosão, evidenciando a necessidade de uma organização do turismo local.

Figura 32 - Localização do PEPI



Fonte: STCP Engenharia, 2004c, p. 4.

Toda a região do PEPI e entorno encontrava-se bastante alterada pelas atividades antrópicas. O turismo sem planejamento e controle, as atividades agropecuárias, o extrativismo vegetal e mineral, a caça e pesca, o fogo, eram alguns exemplos de como a região vinha sendo degradada. Outros problemas como a contaminação biológica do ambiente por espécies exóticas, trazia risco à sobrevivência das espécies nativas, comprometendo o ecossistema.

## **Comunidades do entorno**

Constava ainda no documento que a comunidade de Capivari, localizada no município de Serro, era formada por, aproximadamente, 100 residências e 110 famílias, com um total de cerca de 800 pessoas. Em Capivari ocorreu a migração definitiva e cíclica para cidades de maior porte, como Diamantina e Montes Claros, com o intuito de trabalhar em outras localidades, pois não havia perspectiva de melhoria de vida nas redondezas. Na comunidade de Capivari, na ocasião da elaboração do Plano de Manejo, existia um pequeno comércio que oferecia produtos de necessidades básicas aos moradores da própria comunidade e da região, vendendo inclusive produtos cultivados na própria região, como café. Não havia muitas oportunidades de emprego fixo na localidade, tampouco as atividades agropecuárias se apresentavam como uma fonte de renda familiar constante e adequada. O que inibia a migração em massa era a renda gerada pelo extrativismo vegetal e mineral (garimpo e sempre-viva). Os garimpos, ainda que em franco processo de extinção, ainda existiam na região do Capivari. Muitos moradores da comunidade também acabavam por trabalhar em garimpos mais distantes, sem sair, contudo, da região.

Na comunidade de Gameleira, no município de Serra Azul de Minas, residiam 55 famílias, com uma média de 5 pessoas por família, sendo a população estimada em cerca de 280 pessoas, a maioria dos proprietários possuíam documentação da terra, provenientes de herança/espólio, considerando a época em que foi elaborado o Plano de Manejo.

Apesar de não ser uma comunidade, a rua Belos Montes se caracterizava pela concentração populacional periurbana mais próxima do Parque. Fazia parte do Bairro São Caetano, no município de Santo Antônio do Itambé, e possuía cerca de 20 casas, com aproximadamente 100 pessoas, à época de elaboração do plano de Manejo.

A migração temporária estava presente nas comunidades do entorno relacionada as safras no local de origem dos migrantes, no entanto, a migração sazonal não estava trazendo como resultado prático a melhoria da propriedade, e o que se percebia era que o dinheiro economizado com o trabalho da migração sazonal estava permitindo tão somente a sobrevivência da família (inclusive família estendida: tios, cunhados, avós sem aposentadoria) até o período seguinte de migração, ou seja, a migração estava trazendo renda monetária para a subsistência da família, e não a melhoria das condições da propriedade.

Excepcionalmente não foram analisadas outras localidades do entorno do PEPI devido a diversas informações divergentes e desatualizadas.

## **Turismo no PEPI e seu entorno**

Segundo o Plano de Manejo do PEPI (2004), a partir de oportunidades na criação de empregos diretos e indiretos, principalmente aqueles associados ao turismo, os moradores do município de Santo Antônio do Itambé tinham maior expectativa de desenvolvimento econômico associado ao turismo, uma vez que, Serro já possuía visitação turística e Serra Azul está localizado mais distante do Parque. A possibilidade de criação de empregos para as comunidades do entorno estava sendo percebida e expressa, às vezes de forma clara, às vezes de forma velada, como uma “troca pelo uso”. Uma vez que existia a possibilidade dos recursos naturais do Parque e de seu entorno não serem mais acessíveis, os entrevistados achavam que deveria haver alguma compensação para a comunidade, segundo informações do próprio Plano de Manejo.

Ainda segundo o documento, havia sérias dúvidas da população do entorno sobre as condições de acesso aos recursos existentes no Parque pela comunidade. Também haviam dúvidas sobre o que era permitido em relação ao extrativismo, principalmente sobre a mineração. Não se podia supor que os garimpeiros ainda não sabiam da situação de ilegalidade e informalidade da atividade, mas como não houve transição satisfatória entre o garimpo e outra atividade que pudesse substituí-lo, a mineração manual ainda persistia na região, pois se apresenta como uma oportunidade de obtenção de renda. Na comunidade de Capivari, por exemplo, já vinham iniciando um processo de desenvolvimento do turismo e artesanato, com o apoio de organizações não governamentais (ONG) da região. Estavam, inclusive, montando um centro de artesanato, via Associação de Moradores. O principal produto do artesanato era a sempre-viva, e os apanhadores ou coletadores estavam recebendo informações sistemáticas das ONG que atuavam na área, no sentido de permitir a sustentabilidade da coleta e a venda do produto transformado, agregando valor.

A restrição no entorno e a proibição do uso dos recursos naturais na área do Parque poderia resultar em situações conflitantes entre gestão e população. O uso, ainda que em muitos casos fosse degradante para o meio ambiente, era fruto de um costume cultural e histórico, e o objetivo era a sobrevivência. Romper com esses laços iria requerer um trabalho significativo por parte da gestão do Parque, para que os conflitos fossem dirimidos e não potencializados.

O turismo no PEPI era uma possibilidade de desenvolvimento econômico na região, entretanto deveria ser promovido com cautela pois geralmente quem possuía capital econômico para investir em infraestruturas não era morador do município, com exceções. Constava, ainda no Plano de Manejo do PEPI de 2004, que moradores locais perdiam

oportunidades de empreendimentos e de empregos frente a profissionais qualificados, restando para os moradores das comunidades empregos informais menos qualificados devido à baixa escolaridade observada, ou atendimento à demanda dos turistas, restaurantes e pensões por produtos agropecuários ou artesanato. Ainda que o turismo tivesse as ressalvas anteriormente citadas, ele tinha o potencial de incrementar as atividades econômicas de apoio ao Parque (pousadas, restaurantes, artesanato, produtos da culinária local, associação de guias, agências de receptivos, por exemplo) nas comunidades do entorno, a exemplo do que acontecia na comunidade de Capivari e, considerando o ecoturismo na região, nas comunidades de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Nesse cenário, a gestão do Parque (ou um comitê gestor a ser estabelecido) era um dos principais interlocutores/atores na contribuição para a mudança da realidade social local, uma vez que a própria realidade se apresentava como ameaça à preservação ambiental. Não se tratava de incorporar atribuições que caberiam ao poder público (melhoria das condições socioeconômicas da população), mas agir como facilitador e indutor, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população e buscando alternativas de desenvolvimento sustentável para a população.

A proximidade do PEPI com os distritos de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e Capivari, segundo o Plano de Manejo, é um fator facilitador de difusão de serviços voltados ao turismo, tendo em vista que a integração do Parque com outras áreas onde a visitação turística gera oportunidades.

O principal destaque do PEPI é o relevo local, tendo como diferencial o próprio Pico do Itambé (2.052 m), considerado o ponto mais alto da Serra do Espinhaço. A caminhada até o Pico é uma atividade de grande apelo, tanto para montanhistas e trekkers experientes, como para pessoas comuns que se dispõem a fazer a longa caminhada. O Pico também, segundo o Plano de Manejo, apresenta potencial para voo livre, e o trajeto até o seu cume tem vários trechos interessantes para a prática do mountain bike.

O Parque Estadual do Pico do Itambé, segundo o Plano de Manejo, apresenta um total de 12 atrativos naturais levantados, sendo 02 no interior do Parque e 10 no entorno. O Parque também revelava grande quantidade de insumos naturais, no entanto a grande maioria encontrava-se fora dos limites da unidade. O fato parecia indicar que a região tinha um grande potencial para o turismo de natureza que, no entanto, se encontrava pouco desenvolvido no próprio interior da UC. A maioria dos atrativos naturais enquadrava-se na tipologia correspondente a cachoeiras e corredeiras. No interior do Parque encontrava-se principalmente a modalidade de turismo de observação de fauna e flora, e trilhas, com destaque para as trilhas que levam ao Pico e a trilha da Várzea da Cobra (ou dos Tropeiros).

**Figura 33 - Pico do Itambé, visto do Serro, MG**



Fonte: Alberto Ortenblad, Portal Alta Montanha, 2019<sup>8</sup>.

As principais restrições de acesso dizem respeito à condição das estradas, quando o deslocamento envolvia automóveis e, se à distância a ser percorrida for a pé ou outra modalidade que não automóvel. No caso do PEPI, a dificuldade de acesso dizia respeito sobretudo às distâncias em que se encontravam atrativos e recursos que só podiam ser alcançados a pé, a cavalo ou de bicicleta. A declividade, sobretudo em trilhas como a do Pico do Itambé, também eram fatores de dificuldade.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://altamontanha.com/o-espinhaco-itambe/>

**Figura 34 - Cachoeira da Fumaça (Parque Estadual do Pico do Itambé)**



Fonte: Alberto Ortenblad, Portal Alta Montanha, 2019<sup>9</sup>.

De acordo com o Plano de Manejo do PEPI (2004), os visitantes que vinham a Santo Antônio do Itambé eram predominantemente viajantes de negócios, com pouca relação com o turismo e a visitação ao Parque. A exceção fica por conta de participantes de pacotes turísticos de caminhadas, como os oferecidos pela operadora Andarilhos da Luz, localizada em Belo Horizonte, que utilizava a cidade como base para a subida ao Pico do Itambé. Além dos visitantes de outras regiões, que se enquadravam no segmento de turismo de aventura e turismo de natureza (ecoturismo), o Pico do Itambé era também procurado por grupos formados na própria região, de jovens e estudantes que veem no local uma alternativa de lazer.

#### **Acerca da Regularização Fundiária e ocupação territorial na região do PEPI**

Ainda segundo o documento, a situação mais complexa era a vivida pelos residentes na área do Parque, os quais expressavam claramente a condição de insegurança sobre o futuro, se podiam permanecer ou não na área que atualmente ocupam e, se não, qual seria o destino das famílias. A grande maioria soube da existência do Parque em conversas informais, e naquela ocasião, não havia muita informação concreta, e a iminência da implantação do

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://altamontanha.com/o-espinhaco-itambe/>

Parque para estes moradores foi confirmada pelo trabalho de demarcação dos seus limites, no município de Santo Antônio do Itambé.

A dotação de infraestrutura, e a efetiva implantação do Parque gerava muitas expectativas, a maior parte delas centradas na questão do emprego e do uso público, além é claro, da situação fundiária das famílias residentes. De acordo com o Plano de Manejo de 2004 as casas da população residente no parque eram de pau-a-pique, e possuíam outras benfeitorias, como curral, paiol e galinheiro. Nenhuma residência localizada na área do Parque possuía banheiro, algumas residências possuíam a “fossa seca”. Em apenas uma residência foi constatado um local específico para tomar banho, com chuveiro rudimentar. Nenhuma residência possuía abastecimento de energia elétrica.

Quanto aos “proprietários” não residentes na área do Parque, a maioria morava na comunidade do Capivari, a exceção ficava por conta de um que residia em Santo Antônio do Itambé, no final da rua Belos Montes em um dos caminhos de acesso ao Parque, já na área rural. O grupo de não-residentes, em sua grande maioria possuía o terreno na área do Parque por herança, e já residiram nessa área pelo menos uma vez na vida. Dos 5 “proprietários” entrevistados para a elaboração do Plano de Manejo (que possuíam a terra, mas não residiam na área do parque), 2 possuíam residência na área, sendo uma delas ocupada temporariamente. O tipo de residência desse grupo era igual à dos moradores da área do Parque: pau-a-pique. Os proprietários não-residentes das áreas localizadas no PEPI declararam-se donos ou posseiros, duas delas permaneciam ainda com divisão não registrada. Somente um dos não-residentes não explora economicamente a área. Outros “proprietários”, mesmo não possuindo residência fixa no local, acabaram por utilizar a terra, plantando milho, mandioca, feijão, café e mantendo pasto plantado, com criação de animais.

Em relação à situação fundiária, 86% dos moradores na área do Parque declararam-se posseiros, muitos com recibo de compra e venda, e a maioria com registro no INCRA. No entanto, os que possuíam algum tipo de registro ou documentação, alegavam que o tamanho da área constante no documento não estava correto, que estava subdimensionada, sendo, na verdade, maior que o declarado. Somente 2 entrevistados, ou 14% do total, declararam que moravam em terra cedida por parentes, que, no entanto, possuíam a posse do lugar, segundo o plano de manejo da UC de 2004.

Todas as informações foram retiradas do Plano de Manejo do Parque Estadual do Pico do Itambé, assim como, frisamos a impossibilidade de que as informações fossem atualizadas em pesquisa de campo diante da pandemia da COVID-19. Ainda assim,

entendemos a importância de relacionar tais informações, que podem servir como referências em pesquisas futuras relacionadas.

### **Parque Estadual do Rio Preto**

Em 1991, o Rio Preto foi declarado “Rio de Preservação Permanente” pelo IEF, concretizando o grande interesse da comunidade de São Gonçalo do Rio Preto. Esta ação culminou na necessidade de proteger sua nascente, e dois anos depois foi sancionada a lei que autorizou a criação do Parque Estadual do Rio Preto, através do Decreto nº 35.611, de 01 de junho de 1994, com uma área total de 10.755 hectares, e com o objetivo principal de proteger as nascentes do Rio Preto, (FIGURA 37).

O Parque está inserido no complexo da Serra do Espinhaço, região do Alto do Vale do Jequitinhonha. Possui formações geológicas características deste sistema, com a presença de diversos afloramentos rochosos, e, por isso, tem como principais destaques: a beleza cênica de suas paisagens marcadas por imensos afloramentos rochosos; inúmeras cachoeiras e piscinas naturais, como a Cachoeira dos Crioulos e a Cachoeira da Sempre Viva. Ademais, é de grande importância na proteção de nascentes da bacia do Rio Jequitinhonha e de diversas espécies de fauna ameaçadas.

**Figura 35 - Síntese Aspectos Gerais do Parque Estadual do Rio Preto**

<b>Síntese Aspectos Gerais do Parque Estadual do Rio Preto</b>	
<b>Unidade de conservação</b>	Parque Estadual Parque Estadual do Pico do Itambé
<b>Decreto de criação</b>	Decreto de lei nº 35.611, de 01 de junho de 1994, ampliado pelo Decreto 44.175, de 20 de dezembro de 2005.
<b>Área da UC</b>	10.755 hectares, e posteriormente 12.184 hectares
<b>Municípios abrangidos</b>	São Gonçalo do Rio Preto
<b>Comunidades do entorno</b>	Santo Antônio e Alecrim
<b>Relevância da UC</b>	Proteger as nascentes do Rio Preto, a preservação de cachoeiras, pinturas rupestres e áreas de cobertura vegetal nativa, permitindo o ecoturismo e a realização de pesquisas científicas.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Todas as informações a seguir foram retiradas dos Planos de Manejo do Parque Estadual do Rio Preto (2004 e 2020). Devido a impossibilidade de pesquisa de campo diante da pandemia da COVID-19, as atividades previstas não puderam ser realizadas para coletar informações atualizadas. Mesmo diante das informações não serem tão recentes, as mesmas

serviram como instrumento a ser comparado com pesquisas futuras relacionadas. Portanto, as informações obtidas se baseiam no primeiro Plano de Manejo do PERP, aprovado em 2004. Com a revisão do Plano de Manejo, em 2019 e baseada no roteiro metodológico adotado e oficializado pelo Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade (ICMBio, 2018), dita metodologia é reconhecida e validada pelo IEF, e neste sentido, foram contextualizadas as informações atinentes a pesquisa considerando também este novo Plano de Manejo atualizado em 2020.

Existe apenas uma estrada de acesso ao Parque, a partir de São Gonçalo do Rio Preto, facilitado pela sinalização existente desde a sede do município de São Gonçalo do Rio Preto e nos principais entroncamentos da estrada de acesso.

O Rio Preto é um afluente da margem direita do rio Jequitinhonha. A área do Parque abrange todas as suas nascentes, até o início de seu curso médio, a partir do vilarejo de Santo Antônio. Ao longo do percurso no interior do Parque, esse rio proporciona várias configurações da paisagem, que definem locais para a visitação pública e potencial turístico.

### **Comunidades do entorno**

Segundo o Plano de Manejo do PERP, a comunidade de Santo Antônio, em São Gonçalo do Rio Preto, possui 50 famílias, com aproximadamente 200 pessoas, no qual se observa a ocorrência do êxodo de jovens, que não encontram oportunidades de trabalho. As atividades econômicas na comunidade são de agricultura familiar e de subsistência através da plantação de milho, feijão, amendoim e cana.

Já na comunidade de Alecrim vivem 65 famílias, e destes 50 residem na sede da comunidade, com uma população total estimada de 300 habitantes. Também ocorre o êxodo de jovens a procura de empregos. Existem poucos moradores que possuem terra suficiente para plantio e, nessa comunidade, ocorre arrendamento de terra nos sistemas de “meia” e de “terça”. O plantio é de milho, feijão, cana e mandioca.

Consta no Plano de Manejo do PERP, que em quase todas as comunidades, a renda da população economicamente ativa é proveniente do trabalho temporário nas médias/grandes fazendas existentes nas imediações. Esse trabalho eventual é conhecido como “diária”. As famílias das comunidades são extremamente dependentes dos Programas de Governo (Fome Zero e Bolsa Escola, por exemplo), e de repasses do Fundo Cristão. Portanto, não há uma atividade principal, e o que se percebe é uma combinação de fatores, que permitem a sobrevivência das famílias: agricultura de subsistência, venda de excedentes, extrativismo, programas do governo e de instituições não-governamentais, aposentadorias.

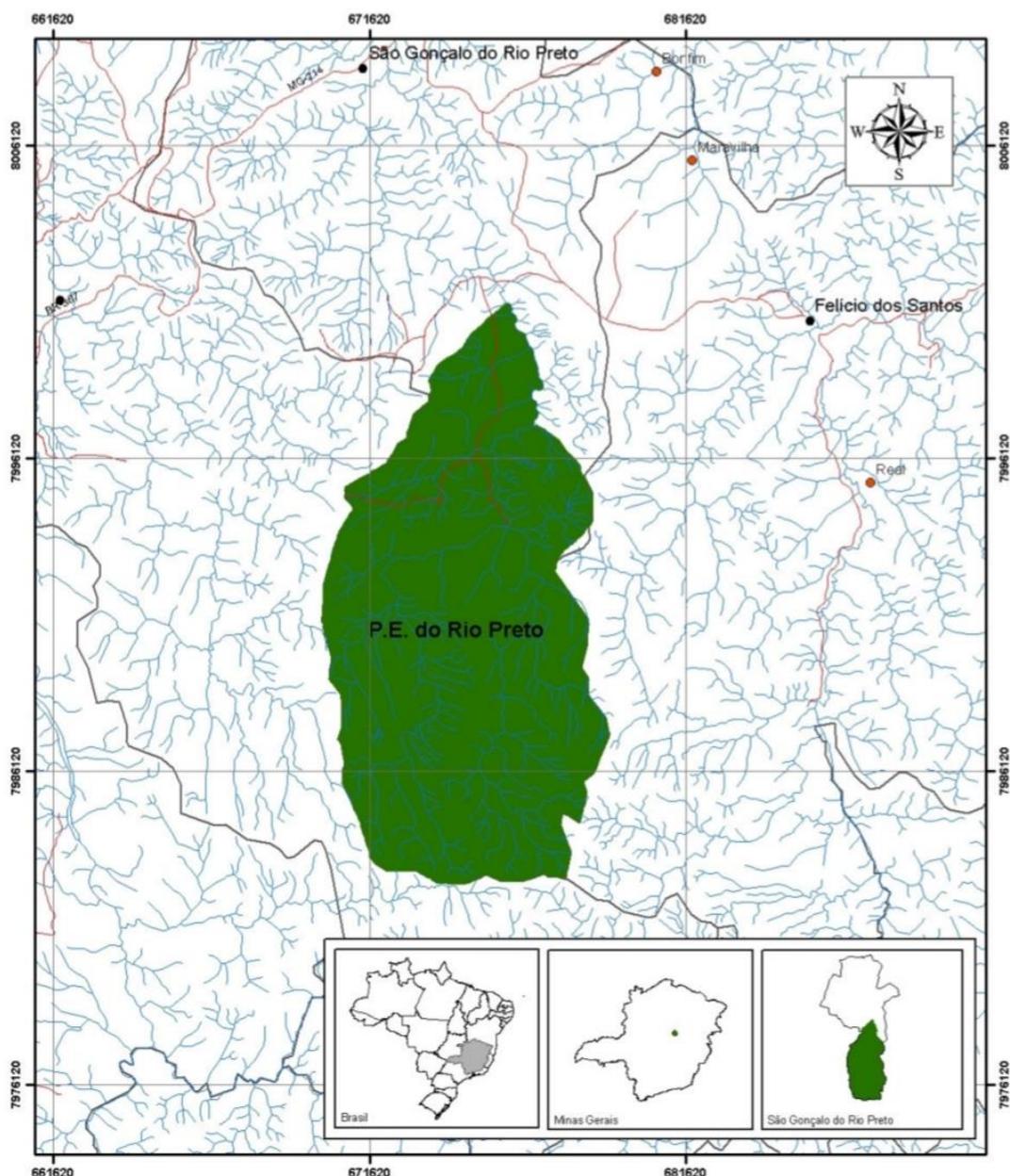
Tais fatores, além de determinantes para a economia, também são reveladores da situação sociocultural da região.

Segundo o Plano de Manejo do PERP, é interessante destacar que as comunidades têm um sentimento de distanciamento em relação ao Parque. Antes, algumas áreas do Parque eram utilizadas (e ainda são) pelos moradores das comunidades do entorno, e mesmo das sedes municipais, para diversos fins, geralmente relacionados ao extrativismo. Esse distanciamento se traduz nos depoimentos coletados: “O pessoal da roça fica intimidado de visitar o Parque”; “O Parque é distante da comunidade”; “Tem que pagar pra entrar e me disseram que a comida lá dentro é cara”; “O pessoal não vai ao Parque pra recreação” (STCP Engenharia, 2004a, p. 81), dentre outras afirmações. O distanciamento das comunidades em relação ao Parque revelou, no depoimento dos muitos entrevistados - e demais pessoas contatadas informalmente, que essa UC foi criada para “os outros”, não para os moradores das comunidades (ou outros bairros da sede) desfrutarem.

Consta ainda no documento, que o entendimento do relacionamento atual com a gestão da Unidade, revela ainda, sob o ponto de vista dos moradores, que “o Parque é do gestor”. Foi abordado também que existe um isolamento do parque em relação aos municípios vizinhos, principalmente Felício dos Santos e Couto de Magalhães de Minas, localizados na divisa, que não participaram das decisões tomadas em relação ao Parque. Ocorre falta de interação entre as instituições, os órgãos institucionais que atuam na região possuem sua própria conceituação a respeito da preservação do meio ambiente e direcionam as ações de acordo com a mesma, sendo que a única exceção é a ONG PROTERIO, cujo motivo de criação tem estrita ligação com o Parque.

As comunidades já estão organizadas em associações, o que facilita a implantação de programas do meio socioeconômico e atividades como o Turismo de Base Comunitária. E, ainda que o histórico de criação das associações esteja vinculado aos programas de governo, ou seja, mais formais do que realmente representativas, as associações são referência nas comunidades e a representatividade das lideranças pode ser retrabalhada, garantindo participação de todos no processo (STCP Engenharia, 2004a, p.84). De acordo com o Plano de Manejo do PERP, as vantagens da existência do Parque, de acordo com os entrevistados das instituições visitadas, são: preservação da natureza, geração de empregos e desenvolvimento do comércio local. Em relação ao turismo, há aqueles que acreditam que este tipo de atividade é a única (ou a melhor) alternativa econômica para a população da área de influência.

Figura 36 - Localização e acesso do PES do Rio Preto



Fonte: STCP Engenharia, 2004a, p. 4.

Os Parques Estaduais do Biribiri, do Pico do Itambé e do Rio Preto, e ainda a APA das Águas Vertentes e de Felício dos Santos estão localizados a uma distância relativamente próxima, e inserem-se na mesma região, a Serra do Espinhaço. Tanto do ponto de vista da conservação como do ponto de vista do uso público, esta proximidade traz uma série de vantagens. No que se refere à conservação, é preciso ressaltar que a Serra do Espinhaço é uma região prioritária para a conservação, em função de sua biodiversidade e do nível

bastante alto de ameaça aos seus recursos naturais. Assim sendo, a implantação dos 3 Parques deve garantir a proteção de uma área significativa, de encontro às diretrizes formuladas pelo governo do Estado e por instituições de pesquisa e organizações não governamentais. Do ponto de vista do uso público, a proximidade entre as unidades de conservação favorece a consolidação do destino como um todo, aumentando e diversificando a oferta de atrativos, e trazendo benefícios como o aumento do tempo de estadia de visitantes na região, a expansão da área beneficiada pelo desenvolvimento do turismo, e a redução da pressão de visitação sobre atrativos específicos de cada unidade. Medidas que podem favorecer esta integração incluem a criação de roteiros integrados que explorem atrativos de todos os parques, a implantação de roteiros interparques para cavalgadas, bicicleta ou caminhadas longas –beneficiando a área de influência - e a divulgação da região como um todo, incluindo os atrativos naturais de cada parque e os demais atrativos naturais e culturais da região, algo que pode ser feito dentro do contexto dos programas Estrada Real e Circuito dos Diamantes.

O Parque conta com infraestrutura de apoio à visitação e atrativos implantados, e ainda recursos para a fiscalização que garantem que a maior parte esteja preservada ou em estágio avançado de regeneração, o que faz com que os objetivos das propostas para melhoria do uso público relacionem-se à complementação do trabalho já em andamento e alguns ajustes necessários.

Existem várias instituições públicas no Estado, com grande potencial de atuação na UC, dentre elas citam-se Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Instituto Eschwege, Fundação João Pinheiro, além de várias ONG (p.ex. Biodiversitas) que têm presença na região.

### **Turismo no PERP e entorno**

O turismo é uma possibilidade concreta de desenvolvimento econômico local e já está começando a mudar a realidade de São Gonçalo do Rio Preto. Entretanto, deve ser encarado com reserva, pois geralmente quem possui capital para investir em serviços e equipamentos turísticos não é o morador do município, com algumas exceções. O turismo cria vários postos de trabalho, diretos e indiretos, para trabalhadores com diversas qualificações. Porém, cidades onde a atividade turística está em desenvolvimento, acabam por atrair profissionais mais qualificados, que vão disputar com os moradores do município os postos de trabalho formais. Para os moradores das comunidades restam os empregos indiretos, menos qualificados devido à baixa escolaridade observada, ou atendimento à

demanda dos turistas, restaurantes e pensões por produtos agropecuários ou artesanato. A venda direta ao turista requer uma melhoria na apresentação do produto, que, por sua vez, requer organização da comunidade e pequeno capital para investir, mesmo com a existência de soluções criativas a baixo custo. E se não for bem planejado, com inferência das instituições municipais, pode não representar renda para quem mais precisa dela. A AP pode ser uma possibilidade de parcerias e busca de recursos, os quais as instituições não teriam acesso. Cabe aqui salientar, mais uma vez, que a gestão do Parque pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios da sua área de influência e, evidentemente é a maior interessada de que isso ocorra efetivamente.

O importante potencial ecoturístico do Parque Estadual do Rio Preto é a bacia hidrográfica presente na região. Essa bacia tem com drenagem principal o Rio Preto, que nasce na porção sul e atravessa todo o Parque em direção à cidade de São Gonçalo do Rio Preto. No contexto do Parque, os principais destaques são as cachoeiras e corredeiras formadas pelo Ribeirão das Éguas e do próprio Rio Preto, de grande beleza cênica e com piscinas naturais e quedas d'água ótimas para banhos.

A estruturação da visitação no Parque Estadual do Rio Preto, já iniciada e com possibilidade de melhorias a partir da implantação de seu Plano de Manejo, tem uma importância fundamental no processo de desenvolvimento do turismo na região com bases sustentáveis (STCP Engenharia, 2004a, p.89).

Com cachoeiras de destaque, o Parque pode contribuir decisivamente na diversificação dos atrativos da região, e na sua consolidação como um destino turístico. Pode, ainda, favorecer as comunidades em sua área de influência, criando oportunidades para sua inserção na atividade turística, e fortalecer a conscientização sobre o meio ambiente e sua conservação, estabelecendo um padrão para a visitação em toda a região que permita compatibilizar desenvolvimento econômico, bem-estar social e proteção à natureza. Este deve ser o objetivo principal do plano de uso público da AP.

De acordo com o Plano de Manejo do PERP, há, ainda, locais de visitação turística existentes no entorno do PERP, que são alternativas oferecidas ao turista e que diminuem a pressão de visitação no interior do Parque, dentre os quais, se destacam no município de São Gonçalo do Rio Preto: Praia do Lapeiro; Lapa do Alberto; Cachoeira do Quilombo; Poço Cumatá; Poço do Inferno; Poço da Lapa; Ponte do Alecrim; Praia Joãozinho Pichilda; Fazenda Boa Esperança; Fazenda Conto das Águas; Engenho Joãozinho de Valéria; Passarela do Santo Antônio; Alto da Santa Cruz; Cruzeiro; e Lagoa dos Amores.

Além da observação da fauna e da flora, o Parque tem ainda bens com potencial de atratividade para atividades como caminhadas de longa duração, prática de rapel e escalada,

dentre outras, como é o caso da trilha da Chapada, do Morro da Serraria, e da própria Cachoeira dos Crioulos.

**Figura 37 – Poço do Veado, PERP**



Foto: Michel Becheleni, FACEBOOK Parque Estadual do Rio Preto, 2021<sup>10</sup>.



Foto: Amanda Azevedo, 2018 (acervo particular)

---

<sup>10</sup>

Disponível em:  
[https://www.facebook.com/parquesaltojequitinhonha/photos/a.886838038022169/4053130024726272/?ty](https://www.facebook.com/parquesaltojequitinhonha/photos/a.886838038022169/4053130024726272/?type=3)

**Figura 38 – Cachoeira do Crioulo, OS do Rio Preto**



Foto: Por G1 Minas — Belo Horizonte - Acervo Parque Estadual do Rio Preto, 2018<sup>11</sup>

**Figura 39 – Cachoeira da Sempre-Viva, PES do Rio Preto**



Foto: Site Minas Gerais, Governo de Estado.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/11/28/cachoeiras-de-minas-crioulo.ghtml>

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/sao-goncalo-do-rio-preto/cachoeira/cachoeira-da-sempre-viva>

De acordo com o Plano de Manejo do PERP (2004), na região do Parque não constava a existência de serviços especializados para o desenvolvimento do turismo, o que poderia representar uma oportunidade real de inserção de serviços da comunidade. Por outro lado, o Parque contava com a oferta de guias e funcionários terceirizados com a proposta de priorizar o credenciamento de guias e monitores locais para conduzir grupos no interior da UC, que pode beneficiar diretamente as comunidades do entorno. A necessidade de diversificação e ampliação de atrativos, que deve ocorrer com o aumento da demanda e do fluxo de visitantes esperado, também deve gerar oportunidades para a implantação de novos atrativos no entorno do Parque, em áreas dotadas de rios com corredeiras e cachoeiras. Com mobilização e capacitação voltadas para o empreendedorismo, acesso a crédito e assessoria técnica adequada, estas oportunidades podem ser adequadamente aproveitadas por membros das comunidades.

### **Acerca da Regularização Fundiária e ocupação territorial na região do PERP**

Segundo o Plano de Manejo do PERP, o Parque Estadual do Rio Preto foi inicialmente concebido como uma Estação Ecológica, a qual posteriormente seriam incorporadas outras áreas contíguas, conforme consta do relatório da FEAM, de outubro de 1991. Neste documento constava que, “o maior problema encontrado para a efetiva implantação desta Unidade de Conservação é o de regularização da situação fundiária pertinente ao alto da bacia do rio Preto e o acompanhamento dos trâmites legais do processo de desapropriação” (STCP Engenharia, 2004a, p.134). Em seu artigo segundo consta que “a área do terreno a ser desapropriada, mediante acordo ou judicialmente, que constituirá o Parque Estadual do Rio Preto está situada no local denominado Fazenda das Boleiras, no município de São Gonçalo do Rio Preto, com área de 10.755 ha, de propriedade e posse de Dílson Cosme Ramos” (STCP Engenharia, 2004a, p.135). Exercendo sua prerrogativa, o IEF adquiriu a propriedade onde está localizado o PERP, através de um Contrato de Compra e Venda, tendo como outorgante Dílson Cosme Ramos e sua mulher, de uma área denominada “Fazenda das Boleiras”, com 144,10 ha, correspondente à matrícula nº 691 do Registro de Imóveis de Diamantina.

O Conselho de Administração do IEF, através da liberação nº055/1994 autorizou a aquisição da Fazenda das Boleiras. Segundo o Plano de Manejo atualizado do PERP (2020), o parque possui 144,1 hectares de terra regularizada, mas toda a área da UC está cercada. Todo o restante da área está em vias de aquisição, sendo que o IEF exerce a posse mansa e

pacífica de toda a área. Apesar disso, encontra-se em andamento um processo de usucapião da área, desde 2002.

Segundo o Plano de Manejo atualizado do PERP (2020), as atividades conflitantes são a passagem de gado bovino que envolve uma trilha antiga, com aproximadamente 12 km, que liga um ponto da zona rural do município de Felício dos Santos à Chapada do Couto. Acesso este utilizado historicamente como passagem de rebanhos para pastar nos campos altos da Chapada do Couto, no entorno do parque. Atualmente, 10 famílias de pequenos produtores rurais utilizam este acesso regularmente, com frequência semanal, conduzindo rebanhos de 10 a 20 animais. Muito esporadicamente, ocorrem travessias com mais de 100 animais neste trecho dentro do parque. Além disso, o acesso é utilizado em cerca de quatro pequenas cavalgadas ao ano, inclusive no trânsito de moradores das serras adjacentes para participarem de festas regionais. Frequentemente este trânsito inclui cães pastores.

Outra atividade conflitante é a coleta de sempre-vivas, de acordo com o Plano de Manejo do PERP (2020), em 2007 foi suspensa a atividade de coleta de sempre-vivas na parte alta do parque, que ocorria desde antes da criação da UC. A atividade permaneceu suspensa até 2016, quando se iniciou a pressão por membros da comunidade tradicional da Mata dos Crioulos, localizada no entorno do parque, para retomada da coleta de sempre-vivas com fins comerciais. Atualmente, há estudos em andamento junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa) para possível reconhecimento de território quilombola dessa população, com previsão de sobreposição parcial à área alta do parque. É importante registrar também que a coleta de sempre-vivas ainda carece de regulamentação estadual, conforme previsto na legislação vigente, em especial o Decreto Estadual nº 47.749/2019 (art. 27).

O Parque ainda conta com ameaças e pressões ocorridas através de incêndios de origem humana; silvicultura e outros monocultivos em alguns trechos do entorno da UC; perfuração de poços artesianos no entorno do parque; captações de água superficial a jusante da UC; incêndios florestais; coleta irregular de sempre-vivas com fins comerciais; sobreposição de interesses pelo uso da área (estudo para reconhecimento do Território Quilombola Mata dos Crioulos, sobre parte da UC); criação de gado bovino no entorno sem adoção de boas práticas, provocando interrupções da paisagem natural no entorno imediato do parque; especulação imobiliária no entorno da chapada (município de Felício dos Santos) e ocupação desordenada no entorno imediato (arredores da localidade de Santo Antônio), provocando interrupções pontuais da paisagem; retirada de lenha nativa na Chapada do

Couto para aquecimento de água de banho na casa de Mozart; falta de recursos financeiros para custeio e manutenção de infraestrutura em geral, incluindo trilhas e sinalização equipe reduzida para a demanda atual, com agravamento na época crítica de incêndios (estação seca) ou quando há necessidade de eventual combate.

Segundo o Plano de Manejo do PERP (2020), o zoneamento atual do PERP é resultado das propostas apresentadas pelos participantes da oficina, as quais foram posteriormente revisadas, completadas e detalhadas pela equipe de planejamento. Além das cinco zonas internas do parque, a oficina revalidou a sua zona de Amortecimento definida no plano de manejo de 2004, mantendo os mesmos limites; mas são apresentadas algumas diretrizes para admissibilidade de impactos ambientais nessa faixa de entorno.

A visitação no parque deve ser normatizada por meio de regulamento específica. A instalação de placas ou quaisquer outras formas de comunicação visual, publicidade e propaganda devem manter relação direta com as atividades de gestão ou com o propósito da UC. Todos os resíduos gerados na UC devem ser destinados para locais adequados, respeitando os termos previstos no zoneamento. O comércio e o consumo de alimentos e bebidas, assim como a ingestão de bebidas alcoólicas, são permitidos nas áreas de visitação da UC e em locais pré-definidos, conforme regulamento específico do Parque.

Segundo o Plano de Manejo do PERP (2020), os limites da zona de Amortecimento do Parque estão vigentes desde seu primeiro plano de manejo instituído em 2004, onde foram revalidados na oficina de construção do presente plano de manejo, realizada de 12 a 14 de fevereiro de 2020. Com este polígono, a zona de Amortecimento incluiu as sub-bacias hidrográficas relacionadas à UC, considerando outras áreas protegidas existentes no entorno, remanescentes naturais próximos de grande relevância ecológica para a UC e ao fluxo gênico da fauna e flora, bem como as áreas onde as atividades humanas precisam ser realizadas com especial atenção para não prejudicar os processos ecológicos fundamentais ao propósito do PERP e às suas significâncias. As áreas urbanas consolidadas ou previstas formalmente persistem fora do polígono da zona de Amortecimento, constando como área total da Zona de Amortecimento, aproximadamente, 29.431 hectares.



## 5.2 – ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS GESTORES

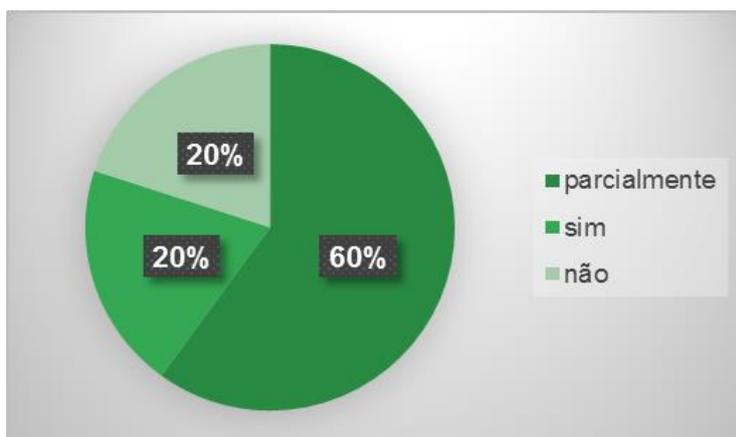
O capítulo a seguir tem como objetivo apresentar os resultados obtidos a partir do questionário respondido pelos gestores das cinco áreas protegidas. Foi realizada uma análise das respostas obtidas, de forma articulada, uma vez que a intenção era compreender como as diversas questões relacionadas aos processos de migração são percebidas pelos mesmos, de forma generalizada.

Frisa-se que, por se tratar de um questionário muito longo, demandou um tempo significativo dos gestores, e neste sentido as pesquisadoras são muito gratas pela disponibilidade de participação. O questionário contou com 38 questões abertas, se configurando como uma análise quantitativa. Para Chaer, Diniz, Ribeiro (2011):

as perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada linguagem própria do respondente. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente.

A primeira questão refere-se aos entendimentos dos gestores quanto a sua percepção de como a comunidade do entorno se encontra mobilizada em prol do meio ambiente, e no caso desta não ser a situação, se haveria alguma sugestão para atingir este objetivo. Assim, quando questionados sobre a mobilização das comunidades do entorno em prol do meio ambiente, 60% dos gestores afirmam que as comunidades estão parcialmente mobilizadas quanto às questões ambientais, 20% afirmam que sim enquanto o restante, outros 20% afirmam que não. A sugestão de todos, de modo geral, é a identificação de estratégias relacionadas a educação ambiental especializada, considerando as características de cada grupo social. Os gestores entendem que é necessário promover ações que alcancem um público específico, que não se solidariza com as questões ambientais. Ou seja, é prioritário aprimorar ferramentas para que a educação ambiental seja efetivamente promovida, como alternativa para promover maior integração social entre a UC e a comunidade do entorno.

**Figura 41 - Comunidades mobilizadas em prol do meio ambiente**



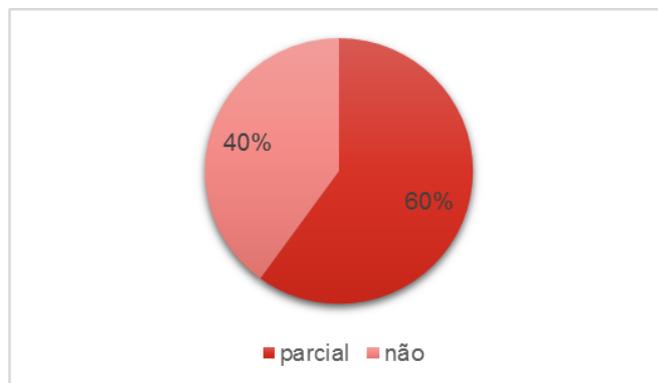
Fonte: as autoras, 2022.

Monaglio (1987, *apud* Muhle, 2012, p.7) comenta que muitas das vezes, “as comunidades vizinhas desconhecem a existências de áreas protegidas e seus respectivos propósitos de proteção”. Muhle (2012) discorre que as ações de educação ambiental nas unidades de conservação e em seu entorno aumentam a eficácia de programas de conservação e o conhecimento da importância das áreas protegidas, congregando aliados da sociedade para questões ambientais. A partir do estudo realizado por Muhle em 22 unidades de conservação do estado do Rio Grande do Sul, foi feita uma análise de sites específicos bem como contatos com gestores para identificar ou não a existência de ações de educação ambiental. Como resultados, o autor identificou uma lacuna significativa acerca da temática, já que informações de várias das áreas protegidas não puderam ser levantadas e identificadas, evidenciando que a falta de infraestrutura física e recursos humanos e materiais de algumas UC dificulta a prática de ações de educação ambiental e, conseqüentemente, o envolvimento com a comunidade do entorno.

Neste sentido, quando a questão é associada ao tema migração por amenidades, é de suma importância que a comunidade esteja mobilizada que aspectos relacionados aos processos de ocupação do território do entorno estão diretamente vinculados ao tema meio ambiente, como poderá ser corroborado nas próximas questões e suas respectivas análises.

Na segunda questão procurou-se saber dos gestores se já foi realizado algum estudo sobre a capacidade de carga dos bens comuns e naturais da unidade de conservação. Assim, diante da realização de estudos sobre a capacidade de carga de tais bens, 60% dos entrevistados falaram que os estudos de capacidade de carga são parciais, referindo-se, provavelmente a, alguns atrativos em especial, enquanto que 40% afirmam que não há quaisquer estudos.

**Figura 42 – Existência de estudos sobre a capacidade de carga**



Fonte: as autoras, 2022.

De acordo com Takahashi (2004, *apud* OLIVEIRA *et al*, 2018, p.792), “a capacidade de carga é definida como o nível máximo de uso que determinada área pode suportar, avaliando-se os fatores ligados ao meio ambiente”. Como forma de proteção dessas áreas naturais, existem diretrizes que devem ser adotadas, como os planos de uso público e os planos de manejo, que visam orientar o zoneamento do território, estabelecendo normas para uso da área. Segundo o Diário do Comercio (2019):

o IEF junto com o Ministério Público Estadual (MP) firmou um acordo em 2019 possibilitando o aumento do número de visitantes no Parque Estadual do Ibitipoca (PEIB), passando de 600 para 1 mil visitantes diariamente.

O periódico afirma que este número foi obtido através de negociações, com base de laudos técnicos realizados pelo IEF, MP e pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), estabelecendo-se aspectos quantitativos da capacidade de carga do PEIB. Para Oliveira *et al.*, (2018, p.792), "por meio do estudo da capacidade de carga será determinada a quantidade de pessoas que poderão usar a área, sem causar danos significativos ao meio", uma vez que foi possível definir junto ao MP um novo limite para visitação, diante do trabalho de conservação das trilhas e do manejo da unidade de conservação.

Neste sentido, estudos relacionados à capacidade de carga, ainda que contextualizados a área da UC propriamente dita, já se apresenta como um sinal da importância do mesmo nos bens naturais do entorno da UC e, conseqüentemente, a migração por amenidades que muitas vezes implica em um parcelamento do solo irregular pode trazer impactos irreversíveis seja ao acesso, seja a integridade do bem natural.

A proposta da terceira questão é discorrer sobre como é feito o processo de monitoramento dos bens comuns e naturais da UC. Além de especificar possíveis indicações de como esse processo poderia ser feito. 80% dos gestores afirmam que o processo de monitoramento dos bens comuns e naturais das UC se dá através da equipe de funcionários que fazem fiscalizações de rotina nas áreas que envolvem a unidade de conservação. Outros 20% relatam que, devido a ocorrência de conflitos territoriais frente a ausência de regularização fundiária, o instrumento legal que garante os direitos das comunidades tradicionais em relação ao uso e que promove o monitoramento de recursos naturais é o Termo de Compromisso. Neste sentido, a indicação de como esse monitoramento deve ocorrer, e para que seja efetivo, seria por meio da contratação e ampliação do número de funcionários.

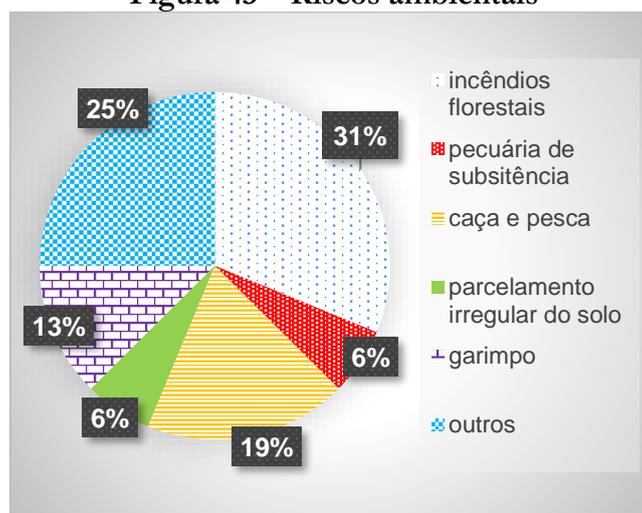
Portanto, é essencial haver monitoramento nas trilhas e nos atrativos dos parques para a manutenção eficaz desses bens naturais, afim de manter sua preservação, por meio do manejo sustentável utilizando técnicas de mínimo impacto sobre os elementos da natureza. Entende-se que a ampliação de funcionários e a iniciativa de programas de voluntariado nesses parques poderiam ser boas estratégias para a manutenção e a preservação da natureza, proporcionando experiências singulares e ações de educação ambiental e de uso público desses locais. Nesta seara, da mesma forma que a temática da migração por amenidades foi associada a importância dos estudos de capacidade de carga, é essencial que sejam pensadas parcerias como instituições públicas, privadas e do terceiro setor para dar conta de acompanhar e fiscalizar as possíveis alterações do entorno no que pode tanger ao parcelamento do solo de forma indevida.

Diante dos vários tipos de impactos ambientais suscetíveis a causar danos na região das unidades de conservação, a quarta questão se trata da percepção dos gestores sobre os tipos de riscos ambientais existentes na região destas unidades de conservação. Vários são os riscos ambientais existentes na região das unidades de conservação, e os incêndios florestais foram os mais citados por todos os gestores, uma vez que atinge todos os territórios, causando danos ambientais muitas vezes irreversíveis. Outros fatores citados foram a caça e a pesca irregulares; e a supressão irregular do solo, presente em três das UCs entrevistadas. Cabe destacar que dentre outros riscos, foram identificadas ações como a deposição de lixo, as práticas esportivas proibidas e o parcelamento irregular do solo no entorno (em pelo menos um parque). Assim mesmo, em 40% das respostas, é incidente que riscos ambientais relacionados a pecuária de subsistência, o garimpo e a mineração potencializam a degradação ambiental em tais UCs, assim como comprometem a recarga hídrica da AP. Frisamos que

nesta questão os gestores poderiam sinalizar mais de um risco, e neste sentido a figura 45 evidencia o percentual daqueles em que há maior ocorrência entre os entrevistados, por associação temática.

Dados da Agência Brasil (2017), relatam que “historicamente, o mês de setembro é o que mais registra incêndios florestais no Brasil, e uma das explicações é o tempo seco”. Diversos estados, incluindo Minas Gerais, registram, entre agosto e outubro, o período de estiagem com as menores taxas de umidade relativa do ar mas, apesar das condições naturais serem favoráveis à ocorrência e propagação de queimadas. Na maioria das ocorrências, o fogo é provocado pela ação humana. Segundo o Portal O Tempo (2021), o Corpo de Bombeiros e brigadistas conseguiram conter o incêndio que vinha destruindo o Parque Estadual do Pico do Itambé, no município de Santo Antônio do Itambé, mas a estimativa é de que pelo menos 400 hectares foram consumidos.

**Figura 43 – Riscos ambientais**



Fonte: as autoras, 2022.

Na maioria das vezes os incêndios nessas áreas ocorrem por mero vandalismo, ato incomensurável, pois o fogo nessas localidades se alastra rapidamente sendo impossível controlar as chamas em grandes áreas. O risco ambiental mais mencionado pelos gestores não deixa de ser o único a trazer danos nas unidades de conservação causados principalmente pela ação humana. A caça e pesca, mesmo que para o consumo próprio, pode vir a levar a diminuição das populações desses animais silvestres que procuram refúgio nos parques. Por fim, o garimpo e o parcelamento irregular do solo em áreas não demarcadas para tais ações, assim como a pecuária de subsistência (onde animais são soltos na UC) afetam a AP, prejudicando seus objetivos quanto à preservação da natureza. O Brasil encerrou 2020 com

o maior número de focos de queimadas em uma década, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Segundo o Inpe foram 222.797 focos detectados pelo satélite de referência, contra 197.632 em 2019, ocasionando em um aumento de 12,7%. Os números só ficam atrás do recorde de 2010, quando o país registrou cerca de 319 mil focos. Atualmente no ano de 2022, segundo dados do Inpe, até 13 de julho foram detectados pelo satélite 27.275 focos de queimadas, número este que tende só a aumentar nos próximos meses devido tanto a causas naturais como também as aquelas causadas pelo ser humano. Portanto, ainda que a temática da migração por amenidades não tenha sido mencionada, é válido que tais estudos, ainda que incipientes, já sinalizem tendências e possibilidades de comparação futura, frente a novas estratégias que possam ser adotadas nos processos de gestão da UC, com o apoio dos conselhos gestores que são representantes legítimos do território.

Já a coleta seletiva de lixo, um processo que separa e recolhe todo o lixo seco descartado pelas empresas, comércios e residências, em que o lixo que pode ser reciclado e é separado dos resíduos orgânicos. Esse lixo orgânico, geralmente é descartado e levado para os aterros sanitários ou compostagem. A partir desta contextualização, foi perguntado aos gestores como se dá o processo de coleta e destinação do lixo da AP. Foi consensual entre as respostas obtidas que o processo de coleta e destinação do lixo nas unidades de conservação é insuficiente, pois aquelas que possuem instalações físicas (edificações), adotam a coleta seletiva primária, ou seja, o lixo seco é separado do úmido. Neste sentido, o resíduo sólido é encaminhado para a reciclagem e o lixo úmido, geralmente, é destinado para compostagem ou em aterros nos municípios mais próximos. Segundo os gestores as UCs que não possuem estrutura física, orientam os visitantes a levarem seu lixo de volta, e aqueles que são deixados na UC, muitas vezes são recolhidos por outros visitantes ou pelos funcionários, sendo encaminhados aos pontos de recolhimento no núcleo urbano. A questão do lixo nas unidades de conservação pode vir a ser um impacto ambiental no sentido de mal descarte do mesmo em locais inadequados, uma vez que as UCs que não possuem instalações físicas apropriadas e o lixo pode estar em vários pontos do parque, ficando a cargo de funcionários e da boa vontade de visitantes recolhe-los e descarta-los em locais específicos. A educação ambiental novamente entra em cena para sensibilizar os visitantes para não haver negligência. Disponibilizar alternativas de separação do lixo facilita na hora do seu descarte a locais com fins específicos, e é interessante os parques, mesmo os que não possuam instalações físicas, promovam iniciativas de educação ambiental sobre a temática do descarte correto do lixo, disponibilizando lixeiras em locais estratégicos, preferencialmente seletivas.

Cabe salientar que, quando associada a ocorrência da migração por amenidades no território, a problemática do lixo pode ser exponencializada, principalmente se não houver uma política pública que trate da questão de forma responsável e articulada.

A sexta questão buscou compreender como se dá a relação do abastecimento e tratamento da água, procurando elencar se essa temática se apresenta como um problema para a UC em questão. Em relação ao abastecimento e tratamento de água dentro da UC, para 40% dos respondentes se configura como um problema, agravado nos finais de semana e feriados prolongados, diante da superlotação em alguns pontos de apoio ao visitante. Já uma UC entende que não há nenhum problema frente ao abastecimento de água, mas enfatiza que, no que se refere ao tratamento de água e esgoto, por anos houve a presença de efluentes sanitários de residências dos bairros dos entornos despejados em cursos d'água presentes na UC e que, atualmente, a concessionária responsável pela distribuição e tratamento de água e esgoto afirma que os mesmos têm sido direcionados para uma Estação de Tratamento de Esgoto. Para dois entrevistados, a questão não ficou clara o suficiente para darem uma resposta.

Frisamos que muitos dos parques têm como seu objetivo principal a preservação das nascentes de importantes rios, protegendo-os de processos que causam sua degradação. A relação do uso da água nos parques não é um problema com a captação da água direto das nascentes, mas pode ser delicada em algumas situações pontuais considerando seu entorno, prejudicando assim o equilíbrio natural do rio e de espécies. Para se ter uma ideia, o plano de manejo do parque Serra do Tabuleiro em Santa Catarina ressalta a importância da preservação da sub-bacia hidrográfica do rio Cubatão, de domínio Estadual, por possuir um importante fator socioeconômico para região da Grande Florianópolis, “pois é responsável pelo abastecimento de água de quase um milhão de habitantes localizados nesta área” (SANTA CATARINA, 2018, *apud* PEREIRA & BENINI, 2021, p. 137). A poluição dos rios não ocorre somente em função do despejo de esgoto em seu fluxo. É considerada poluição toda ação que altera as características físicas, químicas e biológicas de um rio e que podem gerar desequilíbrios ambientais e sanitários, como depositar lixo nos rios e o assoreamento. Este último implica na diminuição da profundidade do rio, devido a maior presença de sólidos. A importância da preservação das nascentes se dá pelos cursos d'água que ultrapassa os limites da UC, já que garante o abastecimento de muitas famílias, viabilizando atividades produtivas na região e o divertimento da população.

Assim como na questão anterior, nesta perspectiva de oferta e qualidade da água, quando ocorre a migração por amenidades de forma não planejada no entorno da UC, tal

outorga e uso podem ser altamente prejudiciais aos mananciais, comprometendo inclusive o lençol freático e a manutenção de cursos d'água na região. Além, é claro, da própria questão relacionada ao aumento das redes de esgoto domiciliares no entorno, que devem ser muito bem planejadas e tratadas para evitar quaisquer tipos de poluição hídrica, do solo e outros.

O ambiente mesmo que protegido e preservado está sujeito a distintos danos causados por diversos fatores, e na questão sete foi perguntado aos gestores sobre a existência de colapsos ambientais recorrentes no território. E, sendo caso, quais seriam os meses mais afetados por tais impactos. De acordo com 60% dos entrevistados existem colapsos ambientais recorrentes nas unidades de conservação, justamente devido aos grandes incêndios entre os meses de julho a outubro. Foi mencionado pelos gestores também que diante da superlotação em alguns postos de apoio de moradores, há períodos críticos nos feriados prolongados. Por fim, ainda que ocorram queimadas nos meses de maio e junho, em geral estes não atingem grandes proporções pelo fato de ocorrerem em meses com maior umidade, assim como que, para 40% dos entrevistados não há ocorrência de colapso ambiental em seus respectivos territórios. Os colapsos mencionados afetam como um todo a área ambiental preservada, causando a destruição da fauna e flora, descaracterizando a paisagem e o modo de vida tanto das espécies ali presentes como também de populações tradicionais que moram e sobrevivem dos meios dispostos na região. Destacaram ainda que a superlotação de visitantes, em períodos de férias ou feriados, devido à falta de capacidade de carga do destino poder vir a afetar os moradores locais e os visitantes.

Na questão seguinte foi perguntado aos gestores sobre o conhecimento de atividades desenvolvidas pelas comunidades locais a respeito da produção de insumos e ou serviços turísticos de apoio aos visitantes. E se caso houver, apresentar alguns exemplos. Segundo a grande maioria dos entrevistados, as comunidades locais são fornecedoras de insumos e ou serviços turísticos de apoio ao uso público das UCs, e como exemplos foram citados a atuação de condutores turísticos, na condução aos bens naturais da UC, além de serviços de hospedagem familiar, e disponibilização de áreas de camping. Serviços de alimentação, fornecimento de transporte, estacionamento e esportes de aventura também foram citados de forma significativa. No entanto, duas UCs contextualizaram que algumas comunidades tem uma atuação menor que as outras, ainda que haja potencialidade e demanda turística crescente na região. Segundo Martins Fonseca, Santos e Rocha (2017, p. 2), a comunidade de Mendanha, localizada no entorno do Parque Estadual do Biribiri (PEBI), “possui aptidão turística genuína, pois há produtos e serviços voltados para a produção associada ainda que

não haja incentivo e divulgação da localidade e serviços de forma significativa”. Consta no Plano de Manejo do PEBI (2004, Encarte 2, p. 80), que na comunidade de Mendanha:

existe uma mini cooperativa da qual fazem parte um grupo de pessoas que fabricam doces de frutas da região, bolachas, pães e rosquinhas, inclusive estão tentando conseguir um convênio com o PROCAJ (Projeto Caminhando Juntos) através do Fundo Cristão, para ampliação da atividade.

Para Martins Fonseca, Santos e Rocha (2017), a produção associada ao turismo no entorno do Parque Estadual do Biribiri pode contribuir na promoção do desenvolvimento turístico da comunidade. Já no Parque Estadual Serra do Intendente (PESI), possui um projeto desenvolvido pelo IEF em parceria com a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro em que as comunidades do entorno vêm promovendo a “Rota das 10 Cachoeiras” (Canal Turismo ConsCiência, 2022<sup>13</sup>), com vistas ao envolvimento das comunidades por meio da prestação de serviços, como hospedagem, alimentação, condução de visitantes, comercialização de artesanatos e produtos locais. Segundo o Canal, através do projeto, serviços como restaurantes, venda de lanches rápidos, camping, pousadas, hospedagem domiciliar, aluguel de imóvel, condutores de turismo, estacionamento e transporte como taxi e vans, são cadastrados e passam a fazer parte de uma lista oficial divulgada pela gerência do Parque e pelo site da Prefeitura. Assim, já foram cadastrados 60 prestadores de serviços envolvendo aproximadamente 110 atividades. Zeller (2020) afirma que a implantação de parques contribui na oferta direta e indireta de trabalho, e no caso do Parque Nacional das Sempre-Vivas, anualmente, muitos vizinhos (moradores do entorno) são contratados por seis meses como brigadistas, numa região onde as restrições de trabalho são consideráveis.

Quanto a esta questão da apanha de sempre-vivas, esta foi reconhecida como Sistema Agroecológico, em 11 de março de 2020, uma vez que o sistema agrícola tradicional dos apanhadores de sempre-vivas na Serra do Espinhaço foi reconhecido como Sistema de Patrimônio Agrícola de Importância Global (GIAHS), gerenciado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Foi a primeira vez que uma região do Brasil conquista o reconhecimento do GIAHS. O selo de reconhecimento, concedido pela FAO, é destinado apenas a sistemas no mundo que atravessaram adversidades ao longo da história e, mesmo assim, foram capazes de manter suas tradições culturais, diversidade agrícola e cumprir uma função ecológica. Até o momento, 59 sistemas de 22 países do mundo foram contemplados. Mas devido à falta de regulamentação da atividade para

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLIMcCwd-l0sMosXrqHhfAPmPE2uuEYnBI>

comercialização das flores secas e o baixo valor pago pelo fecho de flores seca em estado bruto, em comparação ao arranjo decorativo, essa atividade não se estabelece como uma prática rentável devido as diversas dificuldades (alimentação, acessos, acidentes), sem qualquer direito ou benefício assegurado, segundo o relatório.

Já no Parque Estadual do Pico do Itambé, o ecoturismo é um objetivo comum entre a AP e a comunidade por ser uma opção de geração de renda e possibilidade de desenvolvimento do município. Reconhece-se que a atividade turística é uma boa alternativa econômica para a comunidade devido à crescente visitação de turistas ao parque, mas devido à falta de infraestrutura adequada não se estabelece a efetivação dessa atividade.   mínima a intera o da comunidade com o PEPI, mesmo diante do alto potencial de desenvolvimento local o que automaticamente ajudaria na possibilidade de novas fontes de renda a um município humilde e com poucas alternativas de subsistência (BULHÕES, BULHÕES e GONTIJO, 2013).

Neste contexto, se faz primordial associar que ainda que a migra o por amenidades possa contribuir de forma diferenciada para o desenvolvimento de atividades relacionadas a produ o associada do turismo,   primordial que haja uma preocupa o em pautar que as próprias comunidades do entorno sejam as efetivas protagonistas de tais oportunidades, considerando, em especial, a forma como estas se relacionam com seu próprio território e ancestralidades diversas na rela o com estes lugares.

Foi perguntado, na questão seguinte, aos gestores sobre o conhecimento do que se tem feito para aumentar a participa o da comunidade local na economia local das comunidades. Todos os gestores tem conhecimento sobre o que tem sido feito para aumentar a participa o da comunidade local na economia, desde a oferta de cursos de capacita o profissional nas áreas do turismo, hospedagem e alimenta o como campanhas de incentivo as comunidades locais para a oferta de serviços como alimenta o, artesanato, gastronomia locais, camping, etc. Foi citado por alguns gestores que as prefeituras firmam parcerias no sentido de buscar os produtores locais e suas mercadorias para serem vendidas na sede dos municípios. Houve, também, sugestões no sentido de fortalecer o diálogo para a constru o coletiva de roteiros para visita o e desenvolvimento do turismo considerando as práticas da comunidade local, como principais protagonistas na gera o de renda nestes territórios. Fica evidente que a participa o da comunidade local na economia local se baseia na maioria das vezes na agricultura de subsistência, e com a cria o dos parques a popula o local almejava ter a oportunidade de conseguir trabalho. Mas devido   falta de qualifica o profissional esses cargos têm sido ocupados por pessoas de fora dos municípios, restando a

população local serviços terceirizados e menos valorizados. Nesse sentido, medidas que possam aumentar essa participação da comunidade, seja na obtenção de renda extra, seja como na preservação da cultura e tradição, são importantes, pois muitas famílias já vivem naquele território a gerações. Entende-se que a Prefeitura, iniciativa privada e entidades podem trazer soluções, como cursos de capacitação profissional nas áreas de turismo, fomentando o turismo de base comunitária, a partir do bem receber e proporcionar uma experiência turística diferenciada no território.

A busca por preservar as tradições na culinária e no artesanato valorizando assim a identidade de cada grupo e podendo gerar, a partir desse modo de fazer, uma forma de manutenção, participação e geração de renda local, como novas formas de oferecer serviços para potenciais turistas. Para exemplificar, na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagui, oito organizações relacionadas ao turismo de base comunitária vêm gerando novas alternativas de renda que buscam correlacionar à cultura e ao seu modo de vida local, dentre elas estão: a Cooperguará Ecotur, uma Cooperativa de ecoturismo formada por cerca de 24 pequenos empreendedores de Antonina e Guaraqueçaba que atuam com turismo na APA de Guaraqueçaba; Restaurante Cozinha Comunitária Ilha das Peças, uma Associação formada por 12 mulheres da Vila das Peças (Ilha das Peças) que oferece para turistas e população da vila serviços de alimentação; Cooperativa de Artesãos Arte Nossa Guaraqueçaba, uma Cooperativa de 30 artesãos de todo o município, possuem um Centro de Artesanato na sede de Guaraqueçaba, onde trabalham e comercializam seus produtos e dos índios da aldeia Kuaray Guata-porã; Clube das Artesãs Berço dos Golfinhos, Associação de oito artesãos da Vila das Peças; Associação de Mulheres Produtoras de Cataia (AMPC), Associação de 11 mulheres da comunidade Barra da Ararapira (Ilha do Superagui) para manejo comunitário da cataia, árvore nativa da região, e comercialização de seus subprodutos; Associação de condutores de Ponta da Ilha das Peças; Associação Cristã Feminina, formada por 45 mulheres da Barra do Superagui para geração de trabalho e renda, incentivo à cultura local, e outras ações de desenvolvimento; Espaço Comunitário William Michaud, estrutura para cozinha comunitária que funciona na temporada de verão, 3 mulheres trabalham em conjunto, tudo a partir do apoio de ONGs, Institutos de Pesquisas, Cooperativas, Instituições públicas, privadas, religiosas e Prefeitura (BETTI, 2014, pp. 119; 120).

No contexto da migração por amenidades, frisamos que todo o apoio para que seja a própria comunidade local a principal protagonista para o desenvolvimento e oferta de

serviços e experiências turísticas é muito bem-vindo, pois são formas não apenas de inclusão social, como a manutenção dessas famílias em suas regiões de origem.

A questão seguinte refere-se à percepção de iniciativas locais que poderiam ser potencializadas como parcerias com a UC, e se possível explicar. 80% dos gestores percebem que iniciativas locais poderiam ser potencializadas como importantes parcerias com a UC, seja pela sociedade civil, associações variadas e setor privado. Reconhecem, no entanto, que a atuação das prefeituras municipais é fundamental para otimizar as iniciativas locais já existentes relacionadas ao turismo. Dentre as ações em andamento, mencionaram as trilhas de longa curso (ex. TransEspinhaço) que pode fomentar o turismo de base comunitária por passar em diversas comunidades. Relataram sobre a importância das parcerias entre instituições e as comunidades, como forma de articulação, ainda que haja diversos desafios devido à falta de organização comunitária.

Neste contexto, cabe destacar que o Governo de Minas lançou, em meados de 2019, o primeiro edital de licitação do Programa de Concessão de Parques Estaduais (Parc), priorizando parcerias com grandes investidores, inclusive internacionais. A Rota de Grutas Peter Lund, conjunto de três unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), foi a primeira a integrar o Programa, que conta ainda com outras 19 unidades de conservação mineiras, dentre elas o Parque Estadual do Rio Preto, Parque Estadual do Biribiri e Parque Estadual do Pico do Itambé. O Programa de Concessão de Parques Estaduais pretende estabelecer modelos de parcerias com o setor privado compatíveis com as necessidades das unidades de conservação estaduais. A iniciativa visa contribuir para a inovação na gestão de áreas protegidas, atrair investimentos, gerar empregos e ampliar recursos humanos e financeiros a serem empregados na conservação ambiental. Segundo o site do IEF, 20 unidades de conservação administradas pelo IEF fazem parte do Parc e terão licitação concluída até o final de 2022, já que a principal modalidade apontada pelo PARC se refere a concessão.

Neste sentido, entendemos que com projeção dos territórios como turísticos pode haver um aumento de migração à procura de empregos e melhores condições de vida, e neste sentido é perguntado aos gestores entrevistados se eles percebem em suas respectivas localidades a migração de trabalhadores para ocupar empregos relacionados a atividade turística. 40% dos entrevistados informaram não perceber a migração de trabalhadores com vistas a atuação em atividades relacionadas ao turismo, já outros 60% percebem essa migração, ainda que tímida, e acreditam ser uma tendência, e que poderá haver aumento num futuro próximo. Deste modo, a migração de trabalhadores para locais distintos de seu lugar

de origem se baseia na procura por uma qualidade de vida melhor e por novas oportunidades de trabalho. Em regiões onde o turismo se faz presente, essa migração de trabalhadores para ocupar empregos relacionados a atividade turística vem crescendo, ainda que de forma incipiente, principalmente à medida que a atividade turística cresce e necessita de mão de obra.

Apenas a título de exemplificação, mesmo que em contextos distintos, para Carneiro, Fratucci (2021, p. 549), “as mesmas instalações são, para esses indivíduos, território de trabalho e de moradia, e essa realidade dual (quase) concomitante pode fazer com que um território interfira no outro recursivamente, de maneira explícita ou tênue”. Atividades do setor terciário, também conhecido como setor de bens e serviços, e que englobam as atividades turísticas, têm a capacidade de modificar o território. Um estudo na cidade de Foz do Iguaçu foi conclusivo para Moraes, Nogueira (2019, p. 1), que:

o município passou por grandes modificações territoriais com a chegada de migrantes, uma transição de uma economia predominantemente agrícola, para uma economia que passou a incorporar a construção civil e posteriormente os bens e serviços, como o turismo.

É interessante observar ainda que a constante migração populacional (rural-urbano), motivada pela busca por emprego é proveniente de outros segmentos locais marginalizados, devido ao crescimento efetivo da entrada de mão de obra desqualificada.

Assim, o produto turístico pode ser considerado como o conjunto de bens e serviços consumido pelos visitantes em um determinado destino (COOPER *et al.*, 2001 *apud* GOHR, SANTOS, VEIGA, 2009). Segundo Middleton (2002, *apud* GOHR, SANTOS, VEIGA, 2009), o produto turístico pode ser definido como um pacote de componentes tangíveis ou não, com base na atividade de um destino. Neste sentido, foi perguntado aos gestores se a cultura faz parte do “produto turístico” na região desta unidade de conservação. E se sim, como ela é. Na opinião de todos os entrevistados a cultura faz parte do produto turístico na região da unidade de conservação, e para tal são relatadas as manifestações culturais diversas que evidenciam o modo de viver das comunidades, em festas típicas locais e religiosas. A tranquilidade e simplicidade local, os atrativos naturais, além da riqueza histórica das comunidades em seus modos de viver e fazer o artesanato, assim como o contexto histórico da cultura do garimpo da região também foram mencionados. Barreto (1995, p.21) afirma que turismo cultural:

seria aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto o turismo cultural seria

aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem.

As comunidades do entorno dos parques possuem tradições próprias e um modo de vida peculiar distintos de outras localidades, pois vivem com os meios dispostos pela natureza, retirando dela apenas o essencial para sua manutenção, a partir dos costumes vindos de gerações passadas. Desta forma, as manifestações culturais se fazem presente em suas vidas, e é essencial preservar a cultura desses povos para que ela não se perca e deixe de ser repassada aos mais novos.

Dando continuidade as análises, as comunidades tradicionais se diferem umas das outras devido aos seus costumes e tradições passadas de gerações em gerações. Assim, nesta questão foi perguntado aos gestores se eles perceberam que atividades tradicionais deixaram de ser praticadas nas comunidades devido ao turismo. 80% dos entrevistados não observaram que as atividades tradicionais deixaram de ser realizadas por causa do turismo, enquanto que 20% percebeu esta mudança devido a novos tipos de festas estarem em alta, o que atrai um grande fluxo de visitantes. Com a modernidade, novos costumes surgem com o tempo, como praticas novas que cada geração vai agregando. As atrações turísticas são diversas e nem tudo que atrai alguns vai atrair a todos, nada em si deixa de existir. Apenas vai se adaptando a novas práticas à medida que a sociedade vai evoluindo.

O empreendedorismo é a iniciativa de implementação de novos negócios ou de mudanças em empresas já existentes, gerando renda e oportunidades para todos, a partir da criação do seu próprio negócio. Foi perguntado, nesta questão, se há campanhas de incentivo ao micro e pequeno empresário e se há fontes de créditos para empreendedores locais, no intuito de observar como os gestores percebem esta questão no entorno da UC. Nenhum dos entrevistados tem conhecimento a respeito de programas de linha de crédito ou de campanhas de incentivo ao micro e pequeno empresário, ainda que um gestor tenha comentado acerca de que programas de fomento poderiam ser impulsionados por uma empresa mineradora do município, próximo à unidade de conservação. Outro gestor relatou que alguns moradores utilizam linhas de financiamento para pequenos produtores rurais. Segundo o SEBRAE, os empreendedores locais podem se cadastrar como Microempreendedor Individual (MEI), ou seja, um profissional autônomo, que passa a ter CNPJ, e diante de facilidades como a abertura de conta bancária, pedido de empréstimos e emissão de notas fiscais, assumem obrigações e direitos de uma pessoa jurídica.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) é voltado para pessoas físicas ou jurídicas, cuja renda ou receita bruta anual não ultrapasse o limite de

R\$ 200 mil e destina-se ao estímulo de atividades produtivas de pequeno porte. Para isso, utiliza a metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. O programa tem como objetivos: incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares (SEBRAE, 2022).

A questão seguinte, décima quinta do questionário, procura saber dos gestores se os empreendedores do entorno são locais. Ou seja, se o território conta com a presença de muitos investidores externos ou se a maioria dos empreendimentos do entorno da UC são iniciativas da própria comunidade. De forma geral, foi dito por todos os entrevistados que a grande maioria dos empreendimentos do entorno são dos próprios moradores locais, com ressalvas de que os empreendimentos mais estruturados são de investidores de fora da região. Essa questão está diretamente relacionada com o poder aquisitivo onde pousadas mais estruturadas e outros empreendimentos são de investidores de outros locais e, os empreendimentos dos moradores locais se baseiam em pequenos bares, restaurantes e receptivos familiares. Aqueles que procuram investir nessas regiões, muitas das vezes já visitaram os destinos e viram ali oportunidades de empreendimentos lucrativos. Esta questão está diretamente atrelada a temática desta pesquisa, no entanto devido a pandemia do COVID-19 e falta de recursos econômicos para a realização da pesquisa *in loco*, as atividades de campo que poderiam potencializar a análise foram canceladas. Observa-se, contudo, a necessidade de análise mais aprofundada em estudos futuros, principalmente naqueles parques que já possuem uma visitação mais expressiva. Para resguardar tais particularidades, mais uma vez, é essencial ponderar como ocorrerá a ocupação do solo no caso de haver o surgimento da migração por amenidades na região, seja por meio de políticas locais, seja por meio da mobilização comunitária acerca do tema.

Para que a atividade turística aconteça de forma adequada, além da infraestrutura básica, o destino deverá contar também com aquelas infraestruturas voltadas para os serviços turísticos, se adequando não apenas para a satisfação de turistas e visitantes, mas também para os moradores locais. Assim, na questão seguinte, procurou-se saber a opinião dos gestores a respeito das infraestruturas de serviços turísticos disponíveis para atender as necessidades de turistas e visitantes. E quais são as principais limitações dessa estrutura. Quando questionados se as infraestruturas de serviços turísticos atendem as necessidades dos turistas e visitantes, 80% dos gestores afirmam que não, seja pela falta empreendimentos

de serviços essenciais (setor de hospedagem e alimentação), seja pela falta de capacitação e qualidades dos serviços prestados. Os outros 20% afirmam que sim, exceto em períodos de férias onde a procura por alojamentos é maior do que o número disponível.

Segundo o glossário do Ministério do Turismo infraestrutura turística é o conjunto de obras e de instalações de estrutura física e de serviços urbanos básicos que dão suporte ao desenvolvimento da atividade turística em determinada área. São exemplos de infraestrutura turística: sistema de transportes e de comunicações, hotéis, locadoras, posto de informações, bares e restaurantes, entretenimento, etc. Segundo STCP Engenharia (2004b), o PEBI não possui infraestrutura de apoio à visitação ou qualquer outra atividade de manejo, porém sua área recebe regularmente visitantes, que buscam atrativos como as cachoeiras da Sentinela e dos Cristais, o Caminho dos Escravos, a Barragem de Biribiri, as trilhas das cachoeiras e outros atrativos. Esses tipos de serviços básicos são essenciais para o desenvolvimento do turismo nas localidades, sendo muitas das vezes fatores decisivos na hora da escolha dos turistas por determinados destinos. Essa falta de infraestrutura gera vários impactos negativos com o excesso de visitantes e problemas de acúmulo do lixo. Consta no Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre-Vivas (2016), que em São João da Chapada, Macacos e Inhaí, comunidades do entorno no limite sul do PNSV, foram realizados cursos de capacitação de produção associada ao turismo, qualificação de turismo de base comunitária, formatação de roteiros e boas práticas de turismo. As atividades foram desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) com apoio da EMATER. Assim como na questão anterior, a associação que se faz desta questão com a migração por amenidades está diretamente vinculada à necessidade de ponderar como ocorrerá a ocupação do solo no caso de haver o surgimento da migração por amenidades na região, seja por meio de políticas locais, seja por meio da mobilização comunitária acerca do tema.

Já a sazonalidade turística é um fenômeno caracterizado pela instabilidade entre a oferta e a demanda nos destinos turísticos em determinados períodos do ano e, diante disso, foi perguntado aos gestores se a sazonalidade vem a ser um problema para os empreendedores locais na atualidade, bem como quais seriam os meses do ano mais afetados e se os gestores fazem algo para tentar diminuir estes efeitos. Ainda assim, saber se é de conhecimento deles se algum empreendimento fechou por causa da sazonalidade e se há cursos, eventos e/ou treinamentos que ajudem o empreendedor a lidar com os efeitos da sazonalidade. Para 40% dos entrevistados a sazonalidade é sim um problema para os empreendedores locais, sendo os períodos de seca e frio, entre maio e outubro, os mais afetados

com a sazonalidade. Os outros 60% acredita não ser um problema, ou não possui conhecimento a respeito. Para Pereira, Eichenberg (2016, pag. 5), a sazonalidade “pode ser definida como um determinado período para a ocorrência de um fenômeno, ou seja, aquele que ocorre em alguns períodos e outros não”.

A taxa de sazonalidade no turismo se baseia em fatores que alteram o nível das atividades turísticas durante o ano. Estratégias como um planejamento para cada temporada, definir um público alvo para cada temporada, realizar eventos promocionais nos períodos de baixa temporada e aproveitar os eventos turísticos da região podem ser a solução em épocas de baixa demanda. Segundo o monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais feito pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), a distribuição sazonal das visitas ao longo de 2019 apresentava picos durante o período das férias escolares brasileiras, mostrando que as UCs mantêm o mesmo padrão de outros destinos turísticos nacionais. Feriados próximos a finais de semana são fatores incentivadores de maior permanência nos destinos, trazendo benefícios ao setor turístico, já as férias escolares e outros períodos esporádicos como nas épocas de verão, ditam os picos de sazonalidade do turismo (CASTRO, 2013). No que tange a migração por amenidades, frisamos que a definição de calendários de eventos, principalmente relacionados ao segmento do turismo em áreas naturais, pode dirimir tais impactos e, talvez neste contexto, a contribuição de pessoas com outras experiência turísticas pode contribuir para o debate.

O turismo faz parte do setor terciário, responsável pela oferta de mercadorias e serviços, gerador de renda e empregos e que vem promovendo o crescimento da atividade econômica nas regiões onde é praticado. A 18ª questão procura saber se o turismo é essencial para a economia local e por quê, na opinião dos gestores. Na opinião de 80% dos gestores entrevistados o turismo é essencial para a economia local, pois ele pode ser uma ferramenta na geração de emprego e renda para as comunidades, pelo seu alto valor turístico bem como por questões de relevo e tipo de solo, já que a terra não é propícia para a agricultura. Outros 20% acha que o turismo não é essencial, pois ele não é a única fonte de renda dos moradores. O turismo é um setor de grande importância, pois ele gera emprego e renda, dinamiza a economia, gera impostos, que são revertidos para saúde, educação e obras. Segundo Silva (2004, p. 9), “o turismo tem estimulado emprego e o investimento tem modificado o uso da terra e a estrutura econômica das áreas destino, ao mesmo tempo em que a nível global, efetua uma contribuição positiva para a balança de pagamentos dos países”. O turismo hoje é uma das maiores economias do mundo, representa um a cada dez empregos gerados no mundo e 10% do PIB mundial (FÁVERO, 2019). A atividade turística gera a oportunidade

de inclusão social a partir da criação de novos negócios aumentando assim a produção de bens e serviços, gerando o desenvolvimento das localidades, melhorando as infraestruturas e trazendo assim benefícios aos turistas e aos moradores locais. Desta forma o desenvolvimento local para Scótoló e Netto (2015, p. 49) “tem sido possível em projetos endógenos de turismo de base comunitária resultantes da decisão, da autogestão e da plena participação da comunidade local nas atividades turísticas”, e será essa inserção e participação da comunidade no desenvolvimento local que irá promover sua permanência na localidade a partir da tomada de decisão e colaboração do desenvolvimento da localidade. Neste sentido, esta é um dos principais impactos que a migração por amenidades pode trazer a dada localidade, uma vez que diante da experiência dos novos residentes, pode acabar por ocupar as funções, trabalho e emprego que poderiam ser, inicialmente, ocupadas pelas comunidades do entorno. E será nesta mesma seara que a próxima questão, influi.

Já a falta de qualificação de mão de obra especializada coloca grande parte da população em situação de desvantagem na hora da contratação. Em empreendimentos turísticos, a situação não é diferente principalmente para os moradores locais, onde para estes restam apenas serviços terceirizados, devido à falta de qualificação, e muitas contratações ocorrem com pessoas de diferentes localidades que possuem alguma qualificação específica. Com o intuito de entender esta questão foi perguntado aos gestores se a geração de empregos nestas localidades provoca a migração de trabalhadores vindos de outras localidades a procura de novas oportunidades. Para 80% dos entrevistados a geração de emprego provoca a migração de trabalhadores vindos de outras cidades. Consta no Plano de Manejo do Parque Estadual do Pico do Itambé (2004), que no parque ocorre a migração sazonal, porém ela não traz como resultado prático a melhoria da propriedade, o que se percebe é que o dinheiro ganhado com o trabalho da migração sazonal se dá apenas para a sobrevivência das famílias até o período seguinte das próximas migrações. É relatado ainda no Plano de Manejo do PEPI que devido à falta de oportunidades de serviços e melhores condições de vida, moradores deixam suas propriedades em busca de novas fontes de renda em centros urbanos, há também a vinda de novos moradores devido a oportunidades geradas com a criação de empreendimentos em tais regiões. Uma questão importante nessas situações se mostra quando esses empreendimentos optam por mão de obra qualificada vinda de fora das comunidades. Isso prejudica o morador local onde a qualificação certa poderia prepará-lo para o mercado de trabalho, garantindo assim a inclusão da comunidade na renda e permanência no território. No Plano de Manejo do PEPI (2004, pag.88, Encarte 2), é relatado que:

para os moradores das comunidades resta os empregos indiretos, menos qualificados devido à baixa escolaridade observada, ou atendimento à demanda dos turistas, restaurantes e pensões por produtos agropecuários ou artesanato.

O que inibe de fato a grande maioria dos moradores do entorno dos parques a migração em massa para outras regiões é a agricultura de subsistência e o extrativismo, além da estabilidade de manutenção mesmo frente as dificuldades já enfrentadas no território, onde muitos “moradores já tem dificuldade em sobreviver nas áreas onde atualmente residem e que se vierem para a cidade a situação ficaria ainda mais difícil”, STCP Engenharia (2004, pag. 86, Encarte 2).

A partir da criação dos parques houve regulamentação e decreto de seus limites, definindo ainda as zonas de amortecimento, onde muitas famílias se estabeleceram e sobrevivem no entorno dos parques. Então foi perguntado aos gestores se ocorre ocupação em lugares impróprios, se há algum planejamento nesse processo de habitação dos moradores locais e se há algum padrão pré-estabelecido que devem seguir. Em relação à habitação dos moradores locais, de um modo geral todos os entrevistados afirmam que não há um planejamento específico no processo de habitação dos moradores do entorno. Para um gestor, a ocupação dos habitantes nesses territórios ocorreu de forma indevida no interior dos parques e, com isso, uma série de parcelamentos irregulares do solo. No Plano de Manejo das Sempre-Vivas (2016), é relatado que muitos moradores de comunidades do entorno do Parque Nacional das Sempre-Vivas reclamam a posse de áreas no interior da UC, porém a maioria destas áreas não apresentam benfeitorias, uma vez que são usadas como locais de pasto para gado no período da estiagem e também como campo de coleta de sempre-vivas. No Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Preto (2004) foi constatada inconsistências na área do parque em relação ao que consta no Decreto de Criação, e que devido a estes impasses ocorre a ocupação indevida nessas áreas. De acordo com o Plano de Manejo do PESI (2016), foram registrados parcelamentos irregulares de solo, devido a venda de lotes com menos de 3,0 hectares, definido pelo Plano Diretor como área mínima para parcelamento. No Plano de Manejo PEBI (2004), é relatado que no Parque Estadual do Biribiri existe uma série de posseiros dentro dos seus limites, mas a expectativa é que haja relocação ou indenização dessas famílias, com a tendência dessas famílias que hoje residem no Parque se mudarem para os bairros mais periféricos de Diamantina.

Com a grande ocupação desordenada e aos parcelamentos irregulares de solo, a próxima questão, 21<sup>a</sup>, procurou saber dos gestores como é o processo de loteamento dos territórios no entorno das UCs.

**Figura 44 – Processo de loteamentos**

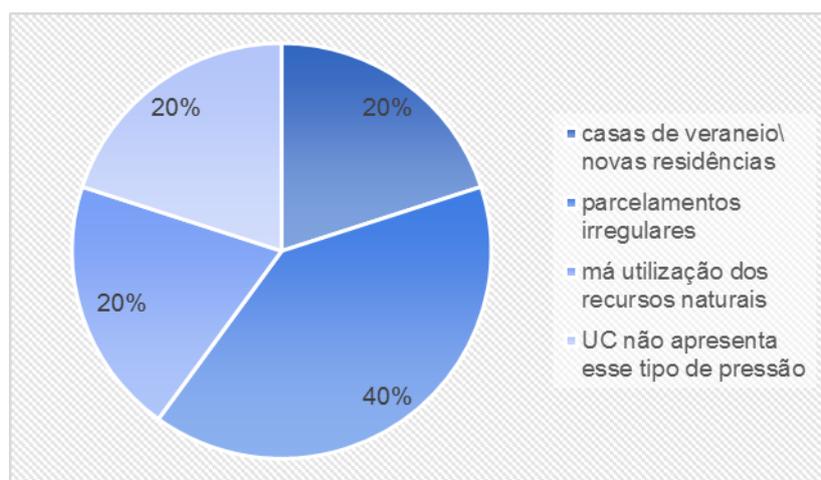


Fonte: as autoras, 2022.

De acordo com 40% dos entrevistados o processo de loteamentos dos territórios no entorno das UCs deveria ser feito segundo o plano diretor do município e de acordo com a legislação atual, onde os loteamentos devem ser licenciados e serem estabelecidos em áreas definidas no plano diretor do município, fora das áreas protegidas. No entanto, existem muitos parcelamentos irregulares de solo no entorno da UC, inclusive na zona de amortecimento, sendo este um grande problema de gestão da UCs. Os loteamentos não respeitam os módulos mínimos nestas áreas rurais que devem ser de 3,0 hectares, pois existem parcelamentos de áreas bem menores que o permitido. Para os outros 40% esses loteamentos se estabelecem segundo as leis de uso e ocupação do solo, muitos sendo parcelados de maneira que se assemelham aos terrenos urbanos e para os 20% restantes, não consta esse tipo de pressão no entorno da UC. Previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as zonas de amortecimento (art. 2º, XVIII), aplicadas ao entorno da área protegida, e os corredores ecológicos (art. 2º, XIX), destinados a garantir a conectividade entre os ecossistemas, procuram conferir mecanismos adicionais de proteção, aptos a oferecer uma adequada sustentação da unidade de conservação, permitindo a manutenção dos processos ecológicos, do fluxo de espécies e genes, além de proteger a área dos efeitos negativos das intervenções humanas (ÂMBITO JURÍDICO, 2009).

A 22ª questão procurou a saber dos gestores quais foram as principais pressões percebidas, em relação a ocupação dos lotes.

**Figura 45 – Pressões para ocupação dos lotes**



Fonte: as autoras, 2022.

Várias são as pressões relatadas pelos entrevistados em relação à ocupação nos lotes no entorno das UCs, no entanto, a mais citada foi o parcelamento irregular, com o parcelamento do solo abaixo das exigências do módulo rural, configurando-se como uma pressão de empreendedores para se reduzir a zona de amortecimento e, conseqüentemente, possam fazer loteamentos regularizados e de alto padrão. Foram ainda citados: a má utilização dos recursos naturais e o incorreto descarte de resíduos humanos; bem como a construção de casa de veraneio e novas residências de novos moradores que migram para as proximidades da unidade de conservação. De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Intendente, um dos motivos para sua criação foi para garantir sua preservação integral devido à crescente especulação imobiliária em torno da cachoeira Rabo de Cavalo e do cânion do Peixe Tolo, “intensificadas a aquisição e invasão de terras naquela região, considerada de importância estratégica para o desenvolvimento do turismo no município” (DETZEL, 2016, p. 45). Na localidade de Lapinha da Serra já se encontra implantado o Loteamento Bela Vista, com 27 lotes, em que pese, inclusive, já há outro “pedido para implantação de mais 62 lotes na localidade, implicando em um aumento da especulação imobiliária local e em conflitos com o propósito de conservação das UCs” (DETZEL, 2016, p. 155).

Com a especulação imobiliária e o crescente fluxo de turistas e visitantes, o território passa a ser valorizado, e neste sentido foi perguntado na próxima questão aos gestores se eles notam que nestes destinos já se observa a presença de imobiliárias. 60% dos entrevistados percebem a presença de imobiliárias no entorno dos parques e, com isso, a demanda por lotes está cada vez mais crescente. Os outros 40% não percebem essa presença. Conforme Spósito Neto (1994), a ação dos promotores imobiliários, conduzida a partir da adoção de

mecanismos relacionados à especulação imobiliária torna-se fundamental para ampliar o grau de importância territorial, o poder de polarização e de atratividade de pessoas, de investimentos e de serviços para determinadas parcelas do tecido urbano. Essa especulação no entorno dos parques valoriza economicamente o território, atraindo assim mais pessoas para aquela região, aumentando o custo de vida nesses locais. Isso afeta principalmente o modo de vida dos moradores locais, já que precisarão procurar novas alternativas para conseguir se manter naquele local. Ratificando o dito pelos gestores, essa especulação no entorno dos parques está cada vez maior, e frente ao imenso potencial turístico dessas localidades, esse fator tende a crescer. Como medida de prevenção, sugere-se estudos mais detalhados sobre essa temática, com vistas a previsão e delimitação do grau de influência que essa especulação poderá exercer sobre as questões sociais dos moradores da região. Em Parauninha, comunidade do entorno do PESI, já ocorre alguns conflitos referente a possibilidade do adensamento habitacional, conseqüente o aumento da especulação imobiliária, devido à proximidade com os atrativos bastante visitados da AP, visto que nos últimos anos, segundo o Plano de Manejo PESI ocorreu “um grande aumento de novos moradores vindos de outras regiões do estado de Minas Gerais” (DETZEL, 2016, pag. 195). É mencionado ainda no Plano de Manejo do PESI (2016), devido a crescente especulação imobiliária em 2006, em torno da Cachoeira Rabo de Cavalo e Cânion do Peixe Tolo, se intensificaram a aquisição e invasão na região, levando a criação do Parque Estadual da Serra do Intendente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT), com o intuito de garantir a conservação e proteção ambiental dos patrimônios naturais daquela região, uma vez que várias outras localidades do entorno também tiveram um aumento significativo da especulação imobiliária.

A 24ª questão procurou saber sobre a percepção dos gestores entrevistados a respeito de pressões de investidores na construção de empreendimentos turísticos na região das UCs. E se é possível dar um exemplo. Foi percebido para 60% dos entrevistados uma pressão de investidores com vistas à construção de empreendimentos turísticos na região da UC, como restaurantes, casas de veraneio para aluguel em finais de semana e feriados, mas principalmente a compra de lotes para investimentos futuros ou valorização do terreno. Para 40% dos entrevistados não ocorre essa pressão. Frisamos que os territórios destes cinco parques analisados possuem grande potencial turístico, e ainda que não possuam infraestruturas e serviços adequados para a visitação turística de massa (ainda que tampouco seja este o objetivo), mas já possuem uma demanda de visitantes, que acaba atraindo possíveis

investidores aptos a empreenderem em tais localidades, podendo se configurar como uma tendência da migração por amenidades em um futuro próximo.

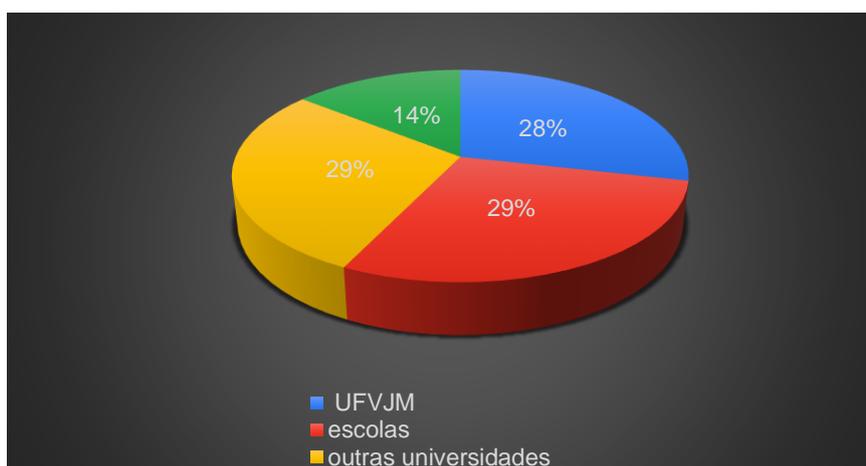
A próxima questão referiu-se à ocorrência da participação da gestão com medidas de controle para evitar que a especulação imobiliária ocasione ocupações irregulares. Se sim, qual seria. Para 40% dos entrevistados não há qualquer iniciativa para evitar a especulação imobiliária, pois o entorno da UC é regido pelas leis municipais como o Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo, ou porque a UC não apresenta esse tipo de pressão em seu território. No entanto, 60% dos entrevistados tentam contribuir nesta frente, fazendo algum tipo de controle, principalmente no que tange a fiscalização no interior da UC e no entorno dos atrativos (zona de amortecimento). Estes gestores frisam, inclusive, que antigamente a fiscalização chegava até nas áreas mais distantes dos limites do parque, ainda na Zona de Amortecimento, mas devido a demanda crescente de venda de lotes, não houve mais condições de fazer esse tipo de fiscalização. Assim, os gestores têm se mobilizado a buscar ajuda junto às prefeituras do município, IEF e Ministério Público para encontrar uma solução que vise trazer menos danos na Zona de Amortecimento da UC. Já as ocupações irregulares, provenientes de invasão, são mais difíceis de serem contidas, ficando a cargo do órgão gestor da UC tentar arcar com o monitoramento e a aplicação de penalidades para quem adquirir um lote irregular. Neste sentido, um gestor frisou que atualmente, em conjunto com a prefeitura, tem feito orientações com a comunidade para que não vendam suas terras, pois poderão perder a oportunidade de estabelecer, eles próprios, a prestação de serviços turísticos diante da consolidação do uso público da UC.

Em uma sociedade os indivíduos se aglutinam de forma impessoal, enquanto que em uma comunidade os integrantes possuem relações mais conectadas e próximas. Neste sentido foi perguntado nesta questão se a comunidade do entorno da UC se organiza para evitar ocupações irregulares, e como isso se procede. Para 80% dos entrevistados a comunidade do entorno da UC não se organiza para evitar ocupações irregulares, apenas 20% relatam que algumas pessoas se preocupam com esse tipo de ocupação irregular. Segundo estes, a forma de organização é a partir de denúncias ao órgão gestor da UC. Foi relatado, ainda, a falta de preocupação da comunidade do entorno com as ocupações irregulares uma vez que os mesmos estão vendendo suas terras. Tais constatações sinalizam, de forma bastante relevante, a tendência da migração por amenidades no entorno de tais áreas protegidas.

A questão seguinte procurou saber sobre o envolvimento dos gestores com as instituições de ensino na região das unidades de conservação. A grande maioria dos entrevistados busca articular suas ações com as instituições de ensino da região, citando

inclusive parcerias não só com a UFVJM, como também com outras universidades e escolas do município com vistas a promoção da educação ambiental, além de pesquisas científicas e iniciativas em comum com outras instituições parceiras.

**Figura 46 – Instituições de ensino articuladas as UCs**



Fonte: as autoras, 2022.

Para 29% dos entrevistados a parceria com escolas dos municípios são importantes para a realização de ações conjuntas em datas ambientais comemorativas através de campanhas de educação ambiental. Outros 29% buscam ampliar suas parcerias com diversas universidades, ainda que estas parcerias precisem ser melhoradas. Destaca-se que uma UC já possui parceria com a UFVJM no que se refere ao Turismo de Base Comunitária:

a importância de estudos sobre as unidades de conservação se dá pelo fato de assegurarem o uso sustentável dos recursos naturais, propiciando às comunidades envolvidas, o desenvolvimento de suas atividades, além de demonstrar a importância que os instrumentos jurídico-ambientais representam, na medida em que, constituem verdadeiras armas no combate ao dano ambiental e ao uso consciente dos espaços verdes protegidos (OLIVEIRA, 2014, p. 8).

Deste modo os conhecimentos científicos obtidos previamente ao longo da vida e no decorrer dos processos de aprendizagem geram oportunidade de melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento de medidas e ações que promovam e assegurem a manutenção e a preservação dos meios dispostos ao usufruto da sociedade. A importância da ciência e da tecnologia aumenta à medida que o mundo se aprofunda em uma sociedade do conhecimento. A partir das funções sociais do conhecimento científico é gerado para a sociedade a melhoria da qualidade de vida e a oportunidade de identificar e resolver problemas que a humanidade enfrenta. Gerando um melhor aproveitamento no uso dos recursos naturais e energéticos de maneira mais eficiente e promovendo, assim, a

oportunidade de educar a sociedade, contribuindo para que a mesma fique mais sensibilizada às diversas problemáticas. Neste sentido, acreditamos que, no âmbito do curso de Turismo da UFVJM, está posta a importância da indissociabilidade universitária, e os resultados desta pesquisa podem motivar tanto aspectos práticos a serem desenvolvidos em sala de aula, como praxis do ensino, como inclusive a realização de projetos de extensão universitária como possibilidades de compartilhar os conhecimentos adquiridos no desenvolvimento desta pesquisa de iniciação científica, junto a comunidade externa.

A 28ª questão procurou saber se é de conhecimento dos gestores a existência de outras entidades que contribuam para a promoção da educação ambiental, seja para os visitantes ou para os moradores. Na visão de 20% dos entrevistados não ocorre a presença de entidades que contribuam na promoção da educação ambiental junto a este público, mas para os outros 80%, ocorre essa parceria a partir das iniciativas com todos os setores, e principalmente ONGs.

Foco político-pedagógico no fortalecimento de políticas públicas e ações institucionais que promovam: instrumentos de gestão e conservação da biodiversidade; participação efetiva na gestão das UCs dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental; espaços democráticos de participação na gestão de UCs e da biodiversidade [... E para isso acontecer] a Coordenação de Educação Ambiental do instituto promove e executa ações educativas voltadas para o desenvolvimento de capacidades de intervenção cidadã qualificada nos processos de gestão ambiental pública, e em especial da biodiversidade e das UCs (ICMBio. 2016, p. 30).

Atividades de educação ambiental podem nortear programas de combate à pobreza, iniciativas de geração de renda e medidas de conservação dos recursos naturais. Cabe ressaltar o quanto estas parcerias são importantes (INDRUSIAK; PADUA 1997, *apud* MUHLE, 2012, p. 8), evidenciando que “o início de uma maior integração do Parque Estadual do Turvo e sua comunidade do entorno, se deu através da realização de um levantamento dos perfis dos diferentes grupos relacionados ao parque entre 1995 e 1996”.

identificou o perfil dos diferentes atores envolvidos com o parque na sociedade e assim foi possível direcionar projetos de Educação Ambiental que sejam eficazes para cada público, desde a comunidade do entorno até os guarda-parques que pouco conheciam a importância do seu trabalho (MUHLE, 2012, p. 8).

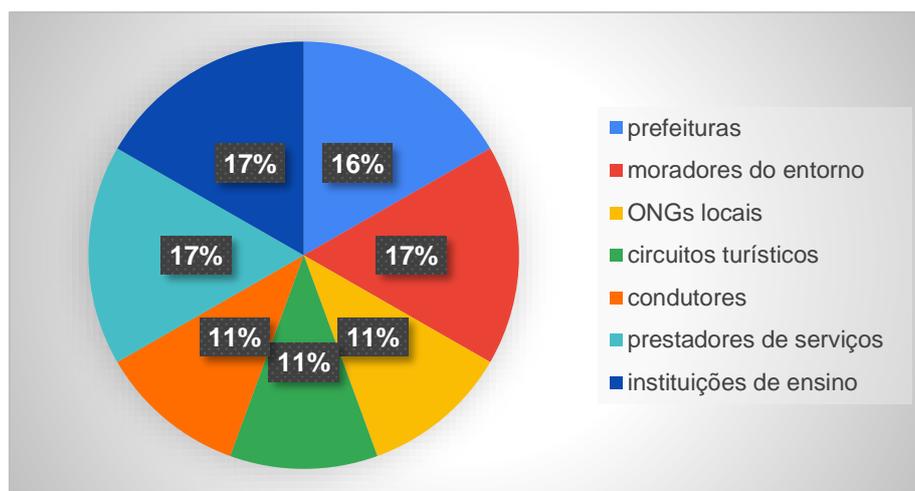
Como apresentado, muitas das vezes nem os próprios funcionários dos parques conhecem a importância do seu trabalho, em medidas de preservação e contribuindo na disseminação dessa educação ambiental. É um trabalho que precisa ser desempenhado em conjunto, tanto pela iniciativa privada como pela gestão dos municípios, buscando promover

iniciativas que contribuam na promoção da educação ambiental onde ela seja acessível e que alcance a todos os públicos, dando ênfase às escolas como forma de gerar, desde cedo, nos jovens a ideia de preservação ambiental. Portanto, tratar da migração por amenidades como uma temática da educação ambiental, sob o prisma da reflexão e crítica construtiva nos parece essencial.

A próxima questão trata acerca da forma como o planejamento da atividade turística é discutido junto a sociedade, de modo geral. De acordo com 40% dos gestores entrevistados o planejamento da atividade turística é discutido de forma ampla, uma vez que a atuação da UC é voltada as discussões referentes ao uso público, seja na reestruturação do Conselho Gestor seja na publicação do Plano de Manejo, ou ainda por meio de Grupos de Trabalho no Conselho Gestor, visando agregar diversos atores, inclusive entidades que não fazem parte do Conselho, mas que possuem interesse neste debate. Para os outros 60%, o planejamento da atividade turística não é discutido de forma ampliada, devido as questões políticas, troca constante da gestão municipal e suas prioridades, faltando um alinhamento entre todos os envolvidos com o turismo, uma vez que o turismo na região ocorre de forma individualizada, tanto pelas empresas como pelas pessoas envolvidas com o turismo. Quiçá a migração por amenidades deva ser tratada no âmbito tanto dos benefícios como impactos do turismo nos processos de planejamento e gestão da atividade.

Já a 30ª questão procurou saber dos gestores entrevistados quais são os principais atores locais do entorno da UC. Nesta questão mais de uma escolha poderia ser feita, e deste modo vários foram os atores locais do entorno da UC citados pelos entrevistados, e dentre os mais citados estão as prefeituras, os moradores do entorno, as ONGs locais, os Circuitos Turísticos, os condutores, os prestadores de serviços do setor de hospedagem e alimentação (em especial), instituições de ensino, dentre outros.

**Figura 47 – Principais atores locais**



Fonte: as autoras, 2022.

Foi perguntado nesta questão se, na opinião dos gestores, há articulação dos atores envolvidos com o entorno em prol de objetivos comuns. E se possível justificar. Na opinião de 60% dos entrevistados acontece a articulação desses atores envolvidos em prol de objetivos comuns, não só através dos conselhos, como também a partir das instituições de fomento local, prestadores de serviço, Circuito Turístico, associações e comunidade no geral que sempre estão se articulando. Já 40% não observa essa articulação em prol de objetivos comuns pois, muitas vezes, cada ator segue seu planejamento sem um alinhamento com os demais.

Já a próxima questão, foi perguntado se é de conhecimento dos gestores as possibilidades de parcerias público-comunitárias com as áreas protegidas. E se é de interesse do gestor saber mais a respeito dessas possibilidades. Todos os entrevistados conhecem as possibilidades de parcerias público-comunitárias com as áreas protegidas, mas gostariam de saber mais a respeito sobre essas possibilidades. Segundo Martins Fonseca, Scalco, Araujo (2022, p. 31), “as parcerias podem ser estabelecidas entre instituições públicas e privadas, com e sem fins lucrativos”. Esse tipo de parceria entre a esfera pública e as iniciativas lideradas pelas comunidades locais envolvem o protagonismo de comunidades locais e organizações da sociedade civil afim de fortalecer o turismo, o lazer e a conservação em áreas protegidas, contribuindo também para direitos sociais a valorização de identidades culturais e a diversificação de alternativas socioeconômicas locais. segundo Botelho durante o Seminário Parcerias Público-Comunitárias para o turismo em áreas protegidas (OPAP, 2021). Martins Fonseca, Scalco, Araujo (2022) promoveram um curso online com duração de 80 horas, com o objetivo de promover um diálogo pela compreensão do que são as parcerias

em AP e suas possibilidades de implantação, com especial atenção aos temas relacionados ao uso público e envolvimento das comunidades locais. O curso contou com mais de 70 interessados, ainda que tenham sido disponibilizadas apenas 20 vagas, contando com a participação de profissionais de diversas áreas do conhecimento. Frisamos, neste sentido, que no que tange a migração por amenidades, gerir o território de forma ordenada e responsável em prol dos objetivos comuns também pode ser percebida como algo importante.

Neste sentido, na próxima questão foi perguntado se a UC possui parcerias com empreendedores locais ou com terceiro setor, bem como solicitado que fossem citadas quais seriam essas parcerias. Ademais, considerando as possibilidades destas parcerias, quais seriam as de interesse atual e à médio prazo. 20% dos entrevistados informaram que não possuem parcerias formalizadas com empreendedores locais ou terceiro setor, sendo o interesse principal da UC atualmente firmar parcerias de maneira a ordenar minimamente o acesso da UC pelos visitantes. Os outros 80% possuem parcerias pontuais com o terceiro setor, para realização de projetos específicos. Portanto, várias dessas parcerias são incipientes, no curto prazo e, o interesse maior, seria para capacitar a comunidade e prestadores de serviços turísticos para potencializar iniciativas diversas. Tal possibilidade, mais uma vez destacamos, poderia vir como uma potência significativa para garantir a permanência de membros mais jovens de famílias ancestrais de tais territórios.

Na 34ª questão foi perguntado aos gestores se houve algum acontecimento que tenha marcado o início da intensificação do turismo na região da UC. E em qual ano se deu este início. Para os gestores, a intensificação do turismo na região das unidades de conservação ocorreu a partir de vários acontecimentos, dentre os quais destacam: a descoberta pelos turistas de várias cachoeiras e trilhas existentes no interior e entorno da UC e no município; a própria criação das APs; os investimentos públicos na infraestrutura e divulgação dos atrativos; o reconhecimento internacional por meio de títulos como Patrimônio Cultural da Humanidade ou Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço, além de programas televisivos de divulgação turística espontânea.

Para Silva (2004, p. 7) o turismo, “tem representado nas últimas décadas como uma das mais promissoras atividades econômicas mundiais, geradora de postos de trabalho e de divisas”. Porém, além das melhorias e oportunidades que o turismo pode gerar, ele também pode trazer transtornos. Neste sentido, foi perguntado aos gestores, na próxima questão, quais eram os principais transtornos causados pelo turismo atualmente. Para 40% dos gestores entrevistados, em seus respectivos territórios protegidos não há transtornos

causados pelo turismo atualmente. Porém, no entorno ocorre a presença de banhistas que fazem churrasco e ligam o som alto dos carros. Para os outros 60%, os transtornos se baseiam nas dificuldades de controlar o número excessivo de visitantes em alguns atrativos, bem como a falta de educação ambiental; de infraestrutura para atendimento ao turismo; de capacitação dos prestadores de serviços, além da própria falta de ordenamento e conhecimento do fluxo de visitantes no território, diante do número baixo de funcionários e portarias instaladas. Neste sentido, notamos que mesmo diante de acontecimentos significativos, estes não foram suficientes para efetivamente promover a migração por amenidades no entorno de tais AP. Mas ainda assim, é essencial acompanhar como se dará a temática para os próximos anos posto a incidência da pandemia da COVID-19 que pode antecipar cenários não imagináveis a curto prazo.

A 36ª questão baseou-se na percepção dos gestores com a realização de estudos com recursos do BNDES para a concessão de uso público em Áreas Protegidas. Apenas um gestor entrevistado não teve ainda a oportunidade de saber a respeito. Para os outros, a realização de estudos com recursos do BNDES para concessão de uso público em Áreas Protegidas é positiva, sendo uma proposta que pode trazer desenvolvimento para a região e melhores ofertas de serviços aos visitantes nos atrativos naturais nas UCs, aumentando a geração de renda das comunidades do entorno, mediante a geração de emprego e a possibilidade de subcontratação de ofertas de serviço, com venda de souvenir, produtos da região, etc. e desonerando os investimentos (manutenção e recursos humanos) do Estado para esse fim. Como já foi informado, em um raio de 150 km de Diamantina existem sete parques, sendo um nacional (PARNA Sempre Vivas), cinco estaduais (Biribiri; Rio Preto; Pico de Itambé; Serra do Intendente e Serra Negra) e um municipal (Parque Natural Municipal do Tabuleiro), e segundo Martins Fonseca, Scalco, Araujo (2022), “três foram priorizados como objetos de estudo pelo IEF-MG/BNDES, a saber Parque Estadual do Rio Preto; Parque Estadual do Biribiri e Parque Estadual do Pico do Itambé”, ou seja, três dos cinco parques trabalhados neste presente estudo. Deste modo, segundo o IEF (2021), “não se trata de “venda do parque” ou “privatização da natureza” e sim de estudos de viabilidade para a concessão dos serviços turísticos do parque, respeitando as questões socioambientais”. Para Martins Fonseca, Scalco, Araujo (2022), há o entendimento que, ainda que o modelo de concessões possa se adequar à realidade de algumas UCs do Brasil, a grande maioria destas possui especificidades que favorecem outras modelagens de parcerias. Os autores entendem que estas outras parcerias podem ser mais inclusivas, e conseqüentemente mais benéficas para as comunidades locais, uma vez que tais especificidades se referem “ao quantitativo de

visitantes, à presença das comunidades locais, às possibilidades de oferta de serviços de TBC pelos moradores desses territórios, dentre outras” (2022, p. 48).

Na próxima questão, o modelo do “ciclo de vida do produto turístico”, desenvolvido por Butler em 1980, tem como objetivo verificar os estágios pelos quais passam um produto turístico, sendo estes a exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou rejuvenescimento. Deste modo, foi apresentado aos gestores uma figura que demonstra este ciclo de vida dos destinos turísticos e, neste sentido, perguntou-se aos gestores se é de conhecimento dos mesmos algum destino turístico que seguiu este gráfico. Se sim, comentar qual foi. 80% dos entrevistados não conhecem nenhum destino turístico que tenha alcançado o ciclo de vida completo sugerido. Entretanto, outros 20% relatam ter visto vários estudos de caso referentes a essa situação, e no caso de Minas Gerais, se recordaram de Ibitipoca, Serra do Cipó e Capitólio, no contexto da fase de consolidação e estagnação. De acordo com o conceito de ciclo de vida do destino turístico, enunciado por Butler (1980), todo destino turístico atravessa um ciclo de vida. Esse modelo do ciclo de vida dos produtos turístico verifica os estágios por quais passam um produto turístico, sendo composto por: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou rejuvenescimento. Cada estágio pode ser associado com um impacto específico, econômico, ecológico e sociocultural. Um estudo realizado em Bonito, Mato Grosso do Sul, teve como objetivo analisar em qual dos estágios se encontrava o destino turístico:

Foi realizado através da perspectiva sistêmica sobre o turismo, conforme Beni (2004), sendo utilizados os métodos qualitativo e quantitativo, entrevistas semiestruturadas com agente públicos e privados envolvidos no turismo, além da aplicação de questionários aos turistas, com o intuito de analisar a oferta turística do município (FRATA, 2007, p. 12).

Diante dos resultados obtidos, a autora entende que o destino se encontrava na fase de consolidação, apresentando aspectos a serem melhorados, como a forma de comercialização, a qualidade no atendimento ao turista e a infraestrutura de acesso ao destino. O destino então depende de ações dos agentes do trade turístico em busca de novas alternativas para poder permanecer rejuvenescendo, evitando assim a estagnação. Portanto, diante dos estágios demonstrados aos gestores esta questão buscou saber em qual deles a região da unidade de conservação se encontrava e suas motivações para esta compreensão.

**Figura 48 – Ciclos de vida dos destinos turísticos das UCs**



Fonte: as autoras, 2022.

Para 20% dos entrevistados, a região da unidade de conservação se encontra na fase de exploração, por ainda estar no estágio de descobrimento do destino e desenvolvimento do turismo. Outros 20% acreditam estar entre as fases de envolvimento e desenvolvimento, uma vez que estão trabalhando no engajamento da comunidade e implantando as primeiras estruturas turísticas, principalmente nos atrativos mais distantes do distrito principal. Outros 40% se encontram em fase de desenvolvimento, considerando que nesta fase o local se estabelece realmente como um destino turístico. A população local percebe as oportunidades de avanço e crescimento do setor turístico e investidores começam a ter interesse em construir em instalações próximas as atrações turísticas. Por fim, os 20% restantes, entendem que já estão na fase de consolidação, pois a região já é um destino turístico consolidado ainda que possa ser mais explorada em termos turísticos. Entendemos que esta questão está diretamente relacionado a possível não presença da migração por amenidades, mas vem, como uma termômetro importante para análises futuras que estejam relacionadas a esta temática, tão necessária em tempos atuais.

O referido questionário buscou identificar a opinião dos gestores dos cinco parques trabalhos no projeto de iniciação científica aspectos relacionados à temática do turismo e à migração por amenidades em seus respectivos territórios. Assim, buscamos compreender as causas e efeitos que o turismo pode impactar em várias questões do cotidiano, tanto do parque quanto também das comunidades do entorno destas unidades de conservação.

Essa pesquisa buscou elucidar as informações obtidas no questionário em conjunto com as pesquisas bibliográficas e documentais para contextualizar as especificidades locais e as temáticas do projeto, e diante dos resultados obtidos, podemos considerar que os parques

se encontram motivados com a presença da atividade turística e as vantagens que essa atividade pode vir a trazer, tanto para o parque como também para as comunidades do entorno.

Não se ignora, contudo, que essa atividade também traz impactos negativos, como a geração de resíduos e seu mau descarte, a especulação imobiliária, os parcelamentos irregulares do solo à medida que esta especulação aumenta, a pouca inserção da comunidade em empregos e empreendimentos turísticos, enfim, são várias as adversidades que podem ser trazidas pela atividade turística.

No entanto, é necessário transformar as adversidades em oportunidades a todos, o que pode ser alcançado por meio de um planejamento assertivo, especialmente se houver o protagonismo da própria comunidade do entorno destes parques, na tomada de decisão junto a questões importantes, por meio de incentivos para empreender, assim como ratificar a importância do pertencimento dos mesmos nestes territórios, com vistas a evitar o êxodo do território de nascença. Essa forma de promover a união da comunidade pode fortalecer a valorização das suas raízes e culturas, e pode ser um diferencial de inclusão social para o turismo local.

## 7 – CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Esta pesquisa foi desenvolvida em meio a ocorrência da pandemia da COVID-19, entre setembro de 2020 e agosto de 2021, sendo que a mesma sofreu vários desafios para alcançar os resultados esperados. Ainda assim, os resultados obtidos foram bastante satisfatórios, considerando este relatório final.

Cabe, neste sentido e considerando os objetivos desta pesquisa, frisarmos que o objetivo geral foi alcançado, na medida do possível, considerando o contexto durante a Pandemia e da expectativa frustrada de trabalho de campo, posto que a análise do referencial teórico tratou, de maneira consistente, das temáticas que permeiam o contexto das transformações que as migrações por amenidades podem gerar no entorno de UC de proteção integral. O questionário aplicado aos gestores trouxe informações pertinentes e relevantes sobre a temática principal, as migrações por amenidades, além de ressaltar problemas que já vem se tornando também frequentes como a especulação imobiliária. Tal situação pode acarretar em várias modificações e transformações de tais localidades e com isso modificar a qualidade e o modo de vida dos moradores locais.

Para tanto, foram descritas as fases do ciclo de vida de um destino turístico, associado a realidade específica do turismo de natureza em área protegidas, uma vez que ainda que Butler (1980) tenha proposto um modelo de ciclo de vida de destinos turísticos (*Tourism Areas Life Cycles* - TALC) referência em mais de 20.000 estudos científicos<sup>14</sup>, no qual propõe a análise da situação dos destinos turísticos levando em consideração o tempo e o número de turistas, corroboramos com Falcão e Gomes (2011) acerca da importância da adaptação de dito modelo quanto à adição de indicadores relacionados a sustentabilidade dos destinos turísticos. Para as autoras, tais indicadores levam em consideração diferentes dimensões do âmbito da sociedade quanto aos destinos turísticos, classificadas como dimensão social, ambiental, cultural, política/institucional, territorial e econômica. Portanto, ratificamos que tais dimensões são imprescindíveis na análise do turismo em territórios patrimonializados, como as áreas naturais protegidas.

A partir de tal compreensão, foi possível balizar na pesquisa pressupostos acerca das comunidades e cidades sustentáveis, em termos ambientais, territoriais, econômicos e socioculturais, já que, como contextualizado, esta iniciativa de pesquisa tem como objetivo atuar em áreas rurais que, na contemporaneidade, podem adquirir usos diferenciados

---

<sup>14</sup> Terminologia científica mundialmente reconhecida pelo seu caráter precursor acerca da temática, que pode ser conferida em rápida busca no *Google Academic*, por exemplo.

considerando tendências globais de indivíduos que se interessam por sair da cidade e migrar para o campo em busca de qualidade de vida no interior. Estudos sobre a temática do êxodo urbano no Brasil ainda são incipientes, mas há tendência que tal prática possa se tornar exponencial, principalmente diante da pandemia do COVID-19. Assim, está posta a possibilidade de ocorrência da migração por amenidades em territórios que estejam no entorno de unidades de conservação de proteção integral como bastante factível, ainda que incipiente.

Neste sentido, outro objetivo alcançado refere-se a compreensão das características da migração por amenidades e suas respectivas influências para a qualidade de vida da população local; para a preservação ambiental no entorno das unidades de conservação de proteção integral e; para a cadeia produtiva do turismo nas localidades analisadas pois, a pandemia da COVID-19 tem apresentado dados que permitem elucidar como a especulação imobiliária se projeta visando lucros em áreas pré-determinadas. Famílias que possuem poder aquisitivo maior acabaram por optar por passar a quarentena em locais diferentes da sua habitação, e motivadas pela busca por qualidade de vida, optaram por resistir a esse delicado momento em lugares considerados tranquilos e próximos, principalmente, de áreas naturais. Assim, a especulação acaba se fazendo presente no cotidiano destas comunidades, podendo, no futuro, tornar esses locais insustentáveis, uma vez que, quando ocorre a valorização de determinado território, o custo de vida nesse lugar também se torna mais elevado, dificultando sobremaneira a vida dos moradores.

A partir da contextualização das falas dos gestores entrevistados e dos referenciais teóricos e dos planos de manejo dos cinco parques trabalhados é nítido que está ocorrendo um processo de ocupação do entorno destes territórios de maneira representativa. Onde a sua ocupação irregular modifica e transforma a localidade a medida que parcelamentos irregulares do solo vão ocorrendo, justificada pela valorização do território devido as belezas cênicas que os parques possuem. Desta forma, a migração de pessoas vindas de fora da região a procura destes locais para residir, e com isso a oportunidade de empreender nessas localidades com negócios voltados a atividade turística, podem contribuir na promoção de novas formas de se manter no território.

Evidentemente, esse interesse pelo território faz crescer a especulação imobiliária nestes locais, trazendo assim uma descaracterização e modificação tanto do território como também da qualidade de vida dos moradores que vivem no entorno destes parques. Devido a especulação imobiliária, o custo de vida nestes locais tende a aumentar e a forma de se manter neste território acaba se modificando, onde antes estes moradores se mantinham

apenas com a agricultura familiar de subsistência acabam à mercê de trabalhos terceirizados e precarizados, muitas vezes devido à pouca qualificação profissional. Essa falta de oportunidade de trabalhar e empreender nestes locais culmina, com o tempo, fazendo com que essa população se desloque de seus locais de origem para lugares mais distantes à medida que o custo de vida aumenta.

No entorno dos cinco parques trabalhados a grande maioria da população rural ainda vive da agricultura familiar, produzindo seu próprio alimento para consumo e vendendo o excesso de sua produção a mercados locais. A participação em empreendimentos turísticos é pequena, e o que se vê em algumas localidades é a venda de alimentos e artigos artesanais, feitos pelas próprias comunidades, ainda que com o diferencial de que cada conta com suas particularidades e saberes, passados de geração em geração.

Frisamos, no entanto e novamente, que devido a pandemia da COVID-19 o trabalho de campo nestas comunidades não pode ser realizado, e que a grande maioria das informações foram obtidas a partir dos planos de manejo de cada unidade de conservação analisada. Mas, devido a grande maioria dos planos de manejo estarem desatualizados, várias informações já devem apresentar contextos bastante distintos. Neste sentido, vale instigar estudantes para realizar análises mais pormenorizadas acerca da temática no entorno das UCs, considerando principalmente a eminência dos planos de manejo que estão em fase de atualização, como a observação e levantamento de dados em campo, como estratégias de continuidade da pesquisa e que possam contribuir para a gestão destes territórios protegidos pelas comunidades e gestores.

Portanto, se faz essencial o desenvolvimento de pesquisas que antecipem este cenário, a partir da compreensão de qual é a conjuntura atual, assim como a necessidade de acompanhar de modo constante como se darão tais tendências na realidade de influência do curso de Turismo da UFVJM, posta a necessidade eminente de contribuição para o desenvolvimento científico, socioeconômico e cultural da região em que o curso está inserido.

Ainda assim, destacamos que a aplicação dos questionários aos gestores contribuiu de modo diferenciado na análise das questões atinentes a migração por amenidades e que afetam e modificam o entorno destes parques de alguma forma. Vale, neste sentido, desenvolver uma pesquisa para um registro sistemático de como se darão os próximos capítulos acerca desta temática. Notamos que todos os gestores estão cientes do quão interessante é a atividade turística nestes territórios, já que podem contribuir na promoção do uso público por meio de iniciativas relacionadas à educação ambiental e,

consequentemente, à preservação destes locais, como fonte geradora de trabalho e renda e inserção da população local e, assim, contribuir com o sentimento de pertencimento à seus territórios.

Portanto, ressaltamos que estudos acerca da migração por amenidades ainda são incipientes, principalmente no Brasil, e por se tratar de um assunto novo, não possui análises aplicadas ao turismo, sendo um campo de conhecimento bastante relevante. Frisa-se que é importante que o assunto comece a ser tratado como um fator decisivo nos estudos acerca da atividade do turismo, uma vez que acreditamos que esse fenômeno tende a ser cada vez mais frequente na realidade brasileira.

## 8 – REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, C.S.; TOMAZZONI, E.L. Turismo de Segundas residências no litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 12(1), pp.80-101, jan./abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v12i1.1328>
- ALMIRON, A.; BERTONCELLO, R.; TRONCOSO, C.A. Turismo, patrimonio y territorio: Una discusión de sus relaciones a partir de casos de Argentina. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 15 (2), pp. 101-124, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180713891001>
- ÂMBITO JURÍDICO. Amortecimento: A proteção ao entorno das unidades de conservação. São Paulo. 01 abr. 2009. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/zona-de-amortecimento-a-protecao-ao-entorno-das-unidades-de-conservacao/>
- ASSIS, L. F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano 7, n°11, 12, 13, 2003.
- BARRETO, Margarita. Manual de Iniciação ao estudo do turismo. Campinas - SP: Papirus, 1996. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=i1aAnj\\_QQPIC&printsec=copyright#v=onepage&q&p;f=false](https://books.google.com.br/books?id=i1aAnj_QQPIC&printsec=copyright#v=onepage&q&p;f=false)
- BENI, M. C. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.
- BENI, M.C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Senac, 2001.
- BERTONCELLO, R. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. IN: PAES, M.T.D.; OLIVEIRA, M.R.S. Geografia, turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2010.
- BETTI, P. Turismo de Base Comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: Estudo de caso na área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagui, Guaraqueçaba - Paraná. Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37153/R%20-%20D%20-%20PATRICIA%20BETTI.pdf;sequence=3>
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ.* v. 18, n. 3, pp. 265-274, 2006. Disponível em: [https://arquivos.cruzeirosdueducacional.edu.br/principal/old/revista\\_odontologia/pdf/setembro\\_dezembro\\_2006/metodologia\\_pesquisa\\_bibliografica.pdf](https://arquivos.cruzeirosdueducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf)
- BRASIL. ICMBIO. Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade. ICMBio. Brasília, mai. 2016. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5es\\_da\\_COEDU/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Ambiental\\_em\\_Unidades\\_de\\_Conserva%C3%A7%C3%A3o\\_web.pdf](https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5es_da_COEDU/Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_em_Unidades_de_Conserva%C3%A7%C3%A3o_web.pdf)
- BRASIL. ICMBIO. Monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais: Resultados de 2019 e breve panorama histórico. ICMBio. Brasília. mai. 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/monitoramento\\_visitacao\\_em\\_ucs\\_federais\\_resultados\\_2019\\_breve\\_panorama\\_historico.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/monitoramento_visitacao_em_ucs_federais_resultados_2019_breve_panorama_historico.pdf)
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre-Vivas. Brasília, 2016.
- BRASIL. LEI Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas\\_protegidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf](https://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf)
- BRAVO, R. S. Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios. Madrid: Paraninfo, 1991.
- BULHÕES, T.G.; BULHÕES, N.G.; GONTIJO, B.M. O Ecoturismo em Santo Antônio do Itambé (MG) como indutor do envolvimento comunitário no entorno de Unidades de Conservação. *Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, pp.45-62. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6356/4055>
- BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, XXIV, p.5-12, 1980,
- CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M.I.G.; BRUNO, A.C.S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. *Ambient. soc.* 17 (3), Set, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300008>.
- CAMPOS, M.B.; BARBIERI, A.F. Considerações teóricas sobre as migrações de idosos. *R. Bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, 30, Sup., p. S69-S84, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000400005>
- CANAL TURISMO CONSCIÊNCIA. Turismo de Base Comunitária na Rota das 10 Cachoeiras, 31m32s (playlist), 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLIMcCwd-l0sMosXrqHhfAPmPE2uuEYnBI>
- CARNEIRO, Juliana; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. A multiterritorialidade dos trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo (RJ). Rio de Janeiro, 2020. *Tur., Visão e Ação*, v23, n3, p535-556, set./dez. 2021 - Balneário

Camboriú, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/RwqPVYy4Bn9cghXxLBgJnH/?format=pdf&lang=pt>

CASTRO, Joana Lobo Machado Ribeiro. Sazonalidade no turismo novos desafios à sustentabilidade – O caso prático do Troia resort – ISCTE Business School – IUL. 2013. Disponível em: [https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/8261/1/sazonalidade\\_no\\_turismo.pdf](https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/8261/1/sazonalidade_no_turismo.pdf)

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHAER, G.; DINIZ, R.R.P.; RIBEIRO, E.A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia\\_artigos/pesquisa\\_social.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf)

CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.

CORRÊA, L.H.S. A segunda residência como indutora da urbanização em áreas litorâneas na contemporaneidade. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 28, p. 291-307, 2016. Disponível em: doi: 10.12957/geouerj.2016.15822

COSTA, A.J.; LOPES, R.M.R.; RODRIGUES, J.F. Segunda Residência na dinâmica urbana e turística da cidade de Portalegre (Rio Grande do Norte/RN, Brasil). Turismo & Sociedade, v. 10, n. 1, pp. 1-21, janeiro-abril de 2017. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v10i1.49229>

DEMAJOROVIC, J.; TUR, A.; LANDI, B.; KONDO, A. Complejos turísticos residenciales: Análisis del crecimiento del turismo residencial en el Mediterráneo español y en el Litoral Nordeste (Brasil) y su impacto socio-ambiental. Estudios y Perspectivas en Turismo, 20, 2001, pp. 772-796. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/262590377\\_Complejos\\_turisticos\\_residenciales\\_Analisis\\_del\\_crecimiento\\_del\\_turismo\\_residencial\\_en\\_el\\_Mediterraneo\\_espanol\\_y\\_en\\_el\\_Litoral\\_Nordestino\\_Brasil\\_y\\_su\\_impacto\\_socio-ambiental](https://www.researchgate.net/publication/262590377_Complejos_turisticos_residenciales_Analisis_del_crecimiento_del_turismo_residencial_en_el_Mediterraneo_espanol_y_en_el_Litoral_Nordestino_Brasil_y_su_impacto_socio-ambiental)

DIÁRIO DO COMERCIO. Parque do Ibitipoca amplia limite de visitantes diários. Diário do Comércio. 16 de jul. 2019. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/dc-mais/parque-do-ibitipoca-amplia-limite-de-visitantes-diarios/>. Acesso em 20 de jul. 2022.

FALCÃO, M.C.; GÓMEZ, C.R.P. Análise da Sustentabilidade de Destinos Turísticos: uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade. Turismo: Visão e Ação, v. 14, n. 3, set-dez, 2012, pp. 304–321. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rtva.v14n3.p304-321>

FÁVERO, Ivane. A importância do turismo na economia dos territórios. Prefeitura Municipal Dom Feliciano. 01 jul. 2019. Disponível em: <https://www.domfeliciano.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/1445/a-importancia-do-turismo-naeconomiaдостерриторис#:~:text=O%20turismo%20interessa%20muito%20o,para%20sa%C3%BAde%2C%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20obras.&text=O%20turismo%20hoje%20%C3%A9%20uma,e%2010%25%20do%20PIB%20mundial>

FONSECA, I.L.; OLIVEIRA, W.A. Áreas naturais protegidas, conservação e (eco) turismo: Uma reflexão teórico-conceitual, Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, 20 (junho 2016). Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/20/ecoturismo.html>

Francielly de Lima ag y Fábio Orlando Eichenberg (2016): “Efeitos dinâmicos da sazonalidade: estudo de caso da estância mimosa ecoturismo em Bonito-MS”, Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 20 (junio 2016). En línea: <http://www.eumed.net/rev/turydes/20/bonito.html>

FRATA, A. M. Ciclo De Vida Do Destino Turístico Do Município De Bonito Em Mato Grosso Do Sul. Campo Grande, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/829>

GALLEGO, E.C., MOLÍNS, M.C., DUPÉN, C.M.G.El. Ciclo de vida de destinos turísticos con Migración de Amenidad y su relación con los problemas de manejo de crecimiento. El caso de San Martín de los Andes, provincia de Neuquén. VI Congreso Latinoamericano de Investigación Turística. Neuquén. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/257646682/ciclo-vida-destinos-turisticos-migracion-amenidad-pdf>

GLOSSÁRIO DO TURISMO: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. Ministério do Turismo. 1ª EDIÇÃO. BRASÍLIA, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/glossario-do-turismo-1-c2-aa-20edi-c3-a7-c3-a3o-pdf>

GOHR, Cláudia Fabiana, SANTOS, Luciano Costa e VEIGA, Mariana Feminella. A informação como um elemento chave para a qualidade do produto turístico: uma análise dos postos de informações turísticas do município de Florianópolis/SC. Perspectivas em Ciência da Informação. 2009, v. 14, n. 2, pp. 169-186. Epub 30 Out 2009. ISSN 1981-5344. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/3vmRWcTZnW6Mphrt6K8WPLF/?format=pdf&lang=pt&gt;&gt;> <https://doi.org/10.1590/S1413-9936200900020001&gt;>

GONZALEZ, R.; OTERO, A.; NAKAYAMA, L.; MARIONI, S. Las movilidades del turismo y las migraciones de amenidad: problemáticas y contradicciones en el desarrollo de centros turísticos de montaña. Revista de Geografía Norte Grande, 44, pp. 75-92, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022009000300004>

INPE. Aviso de Inclusão dos Focos VIIRS. Disponível em: [https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas\\_paises/](https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_paises/)

MARTINS FONSECA, V. Patrimonialización de la naturaleza en Argentina y Brasil: Reserva de Biosfera y Parque Nacional como discurso global y práctica local. Tesis (Doctorado en Geografía). Departamento de Geografía y Turismo de la Universidad Nacional del Sur, 2018. Disponível em: <https://repositoriodigital.uns.edu.ar/handle/123456789/4492>

MARTINS FONSECA, V., SANTOS, B.R, ROCHA, A.L. Produção Associada Ao Turismo No Entorno Do Parque Estadual Do Biribiri, Mg: A Realidade Da Comunidade De Mendanha E Os Desafios Para O Desenvolvimento Sustentável Do Turismo. Revista Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 11 – Ano VI – 05/2017 Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM – QUALIS/CAPES – LATINDEX. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2017/03/Beatriz1402.pdf>

MARTINS FONSECA, V.; SCALCO, R. F.; ARAUJO. D. M. Iniciativa extensionista em tempos pandemônicos à natureza: para além das concessões, por outras modalidades de parcerias em áreas protegidas. *Raízes e Rumos*, Rio de Janeiro, v.10n.1, p. 30-52, jan.-jun., 2022. Disponível em: <http://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/11839/10912>

MCINTYRE, N. Re-thinking amenity migration: Integrating mobility, lifestyle and social-ecological systems. *Erde*, 140(3), 2009, pp.229-250. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/287422515\\_Rethinking\\_amenity\\_migration\\_Integrating\\_mobility\\_lifestyle\\_and\\_social-ecological\\_systems](https://www.researchgate.net/publication/287422515_Rethinking_amenity_migration_Integrating_mobility_lifestyle_and_social-ecological_systems)

MCINTYRE, N.; WILLIAMS, D. R.; MCHUGH, K. *Tourism and Multiple Dwelling: Negotiating Place, Home and Identity*. Wallingford, UK: CABI, 2006.

MINAS GERAIS, IEF. Contrato de estruturação de projeto n 20.2.0483.1 – celebrado entre IEF e BNDES. IEF. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/3324-contrato-de-estruturacao-de-projeto-n-20204831-celebrado-entre-ief-e-bndes>

MINAS GERAIS. Governo de Minas lança primeiro edital de concessão pública do Programa Parc. Unidade PPP Minas Gerais. Belo Horizonte. 23 dez. 2020. Disponível em: <http://www.ppp.mg.gov.br/component/content/article/117-novas-noticias/713-governo-de-minas-lanca-primeiro-edital-de-concessao-publica-do-programa-parc?Itemid=437>. Acesso em 15 jun. 2022.

STCP ENGENHARIA. Plano de Manejo do Parque Estadual do Biribiri. Revisão Final. STCP Engenharia de Projetos Ltda: Curitiba, 2004b.

STCP ENGENHARIA. Plano de Manejo do Parque Estadual do Pico do Itambé. Revisão Final. STCP Engenharia de Projetos Ltda: Curitiba, 2004c.

STCP ENGENHARIA. Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Preto. Revisão Final. STCP Engenharia de Projetos Ltda: Curitiba, 2004a.

DETZEL. Plano de Manejo do PE Serra do Intendente e PNM do Tabuleiro. Revisão Final. Detzel Consulting: Curitiba, 2016.

MORAIS, F.S, NOGUEIRA, L. Desenvolvimento e construção: desafios iniciais do turismo em Foz do Iguaçu. XVII Congresso Internacional: FoMerco. Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: [https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1568852745\\_ARQUIVO\\_b18afb201c6bc1989096405db2e97ead.pdf](https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1568852745_ARQUIVO_b18afb201c6bc1989096405db2e97ead.pdf)

MOSS, L. *The Amenity Migrants: Seeking and Sustaining Mountains and Their Cultures*, Cambridge, MA: CABI Pub, 2006.

MUHLE, R.P. Ações de educação ambiental em Unidades de Conservação Estaduais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 7, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72384/000877908.pdf?sequence>

NOLASCO, C. Migrações internacionais: conceitos, tipologias e teorias. Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/32548>

NUNES, M. R. O. As consequências das segundas residências no mercado de hospedagem em Tibau do Sul-RN. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 4 (1), 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/7837>

OLIVEIRA, A.C.; Paula, A.C.G.; MIRANDA, C.C.; ALMEIDA, G.H.S.; Ferrari, E.M.M.; Caldeira, B.C. Estudo da capacidade de carga em trilha no Parque Estadual da Mata do Limoeiro, Itabira (MG). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.10, n.4, nov. 2017/jan. 2018, pp.789-804. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/download/6616/4224/32980>

OLIVEIRA, Cristian Remor. A importância das Unidades de Conservação para a preservação de um meio ambiente equilibrado. Rio Grande, 2014. Disponível em: [http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7457/Cristian%20Remor%20Oliveira\\_2021540\\_assignsubmission\\_file\\_TCC14%20CristianROliveira06.10.14.pdf?sequence=1](http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7457/Cristian%20Remor%20Oliveira_2021540_assignsubmission_file_TCC14%20CristianROliveira06.10.14.pdf?sequence=1)

OPAP. Seminário Parcerias público-comunitárias para o turismo em áreas protegidas. Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas OPAP. Youtube, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/Oho-6cVHQfw>

OTERO, A. M.; ZUNINO, H. Procesos de transformación de destinos turísticos de montaña del norte de la Patagonia Argentino Chilena por migración de amenidad o por estilos de vida. X Biental del Coloquio de

Transformaciones Territoriales. AUGM. Córdoba, Argentina, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/19304068/Procesos\\_de\\_transformaci%C3%B3n\\_de\\_destinos\\_tur%C3%ADsticos\\_de\\_monta%C3%B1a\\_del\\_norte\\_de\\_la\\_Patagonia\\_Argentino\\_Chilena\\_por\\_migraci%C3%B3n\\_de\\_amenidad\\_o\\_por\\_estilo\\_de\\_vida](https://www.academia.edu/19304068/Procesos_de_transformaci%C3%B3n_de_destinos_tur%C3%ADsticos_de_monta%C3%B1a_del_norte_de_la_Patagonia_Argentino_Chilena_por_migraci%C3%B3n_de_amenidad_o_por_estilo_de_vida)

PEREIRA, Gabriel; BENINI, Sandra Medina. Parque Estadual Serra do Tabuleiro e o abastecimento de água da Grande Florianópolis/SC. ISSN eletrônico 2317-8604, volume 9, número 22, 2021. Disponível em: [https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/cidades\\_verdes/article/download/2887/2708/6448](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/cidades_verdes/article/download/2887/2708/6448)

PHILIPPI JÚNIOR, A.; SAMPAIO, C.A.C.; FERNANDES, V. Sustentabilidade e cidadania corporativa. IN: Gestão empresarial e sustentabilidade [S.l: s.n.], 2017.

PORTAL DA UFVJM. Pesquisadores da UFVJM produzem dossiê sobre sistema agrícola tradicional dos apanhadores de sempre-vivas. Disponível em: > [http://www.ufvjm.edu.br/noticias/9719-2020-03-12-14-16-45.html?lang=pt\\_BR.utf8%2C+pt\\_BR.UTF](http://www.ufvjm.edu.br/noticias/9719-2020-03-12-14-16-45.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UTF)

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015

RANGEL, R.A.; CHAVES, J.M.P. O ciclo de vida do produto turístico e as estratégias de gestão de marketing: um estudo de caso sobre Bonito (MS). DESTARTE, v.2, n.1, 2012. Disponível em: <https://turismologar.files.wordpress.com/2015/08/artigo-1-ciclo-de-vida-do-produto-e-marketing-caso-de-bonito.pdf>

RIBEIRO, H.; STIGLIANO B. V. Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade Ambiental. In: RUSCHMANN, D. V. de M. Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo. Barueri: Manole, 2010.

RIBEIRO, P.B.; CATELANI, C.S.; ALMEIDA, A.A.S.; TARGA, M.S. Territorialidade e a ODS 11. Disponível em: <http://agro.unitau.br/repositorio/index.php/rca/article/download/52/77/>

RODRIGUES, C.G.O. O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Tese de Doutorado. Brasília, 2009. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3826/1/2009\\_CamilaGoncalvesdeOliveiraRodrigues.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3826/1/2009_CamilaGoncalvesdeOliveiraRodrigues.pdf)

RODRIGUES, Léo. Tempo seco de setembro facilita incêndios; ação humana é a principal causa. Agência Brasil. Belo Horizonte, 16 de set. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/tempo-seco-de-setembro-facilita-incendios-mas-inicio-se-da-por-acao-humana>. Acesso em 29 de jul. 2022.

RUSHMANN, D. Turismo e desenvolvimento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, I. Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SCÓTOLO, Denise; NETTO, Alexandre Panosso. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. CULTUR, ano 09 - nº 01 - Fev/2015. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/554/505> Zona de

SEBRAE. O Guia para o Turismo em Tempos de Pandemia, 2020. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/GuiaParaTurismoemTemposdePandemia.pdf>

SEBRAE. Tudo o que você precisa saber sobre o MEI. 01 jul. 2022. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mei,caa7d72060589710VgnVCM10000d701210aRCRD>. Acesso 24 jul. 2022

SILVA, K. C. M. A importância do turismo para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo. Observatório de Turismo ES. Vitória, 2004. Disponível em: <https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Publicacoes/Outras/Monografias/KELYCRISTINAMENDESASILVA.pdf>

SOUTO, X. ¿Agua para todos o para la especulación urbanística? Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, vol. XI, N° 657, 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-657.htm>

SOUZA, S. G; SILVA, C. A; CARDOSO, A. F. Projeto de Assentamento Dois de Junho Olhos D'Água- MG: da luta pela terra aos processos de territorialização. VI Congresso em Desenvolvimento Social. ISSN: 1755, 1766. 14, 15, 16, ago. 2018. Disponível em: [https://congressods.com.br/sexta/anais\\_sexta/ARTIGOS\\_GT08/PROJETO%20DE%20ASSENTAMENTO%20DOIS%20DE%20JUNHO%20OLHOS%20DAGUA%20MG%20DA%20LUTA%20PELA%20TERRA%20AOS%20PROCESSOS%20DE%20TERRITORIALIZACAO.pdf](https://congressods.com.br/sexta/anais_sexta/ARTIGOS_GT08/PROJETO%20DE%20ASSENTAMENTO%20DOIS%20DE%20JUNHO%20OLHOS%20DAGUA%20MG%20DA%20LUTA%20PELA%20TERRA%20AOS%20PROCESSOS%20DE%20TERRITORIALIZACAO.pdf)

SOUZA, S.L.S.A. Agenda 2030 e suas interfaces com a política pública de turismo no Brasil. Especialização em Gestão de Políticas Ambientais. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5604/1/Sinara%20Leandra.pdf>

SPOSITO, M. E. B. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto, 1994. Disponível em: [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1415/capitalismo\\_e\\_urbanizacao\\_\\_\\_maria\\_encarnacao\\_betao\\_sposito\\_\\_\\_pdf\\_rev.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao___maria_encarnacao_betao_sposito___pdf_rev.pdf)

TULIK, O. Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Travel & Tourism Competitiveness Report 2019. Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_TTCR\\_2019.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_TTCR_2019.pdf)

ZELLER. Rodrigo. Parque Nacional das Sempre-Vivas. Folha do Meio Ambiente Cultura Viva. Brasília. 01 abr. 2020. Disponível em: <http://folhadomeio.com.br/2020/04/sustent313/>